

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

ANGÉLICA DA COSTA

**TECENDO LAÇOS COM A REDE SOCIOASSISTENCIAL DE SÃO LEOPOLDO
O Serviço Social e a Rede Socioassistencial**

**SÃO LEOPOLDO
2011**

ANGÉLICA DA COSTA

TECENDO LAÇOS COM A REDE SOCIOASSISTENCIAL DE SÃO LEOPOLDO
O Serviço Social e a Rede Socioassistencial

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, pelo Curso de Serviço Social da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Marilene Maia

SÃO LEOPOLDO
2011

Dedico este trabalho aos que me acompanharam no dia a dia às vezes de perto, às vezes à distância, e souberam, com seu carinho, dar-me forças e energias positivas, compreendendo minhas ausências e sempre torcendo por mim!

Em especial às minhas estrelas



Figura 1: 222_2524-estrela-mulher
Fonte: Tatão

Minha mãe, Eloci, que me ensinou a acreditar que sempre podemos fazer diferente e melhor.

Esta conquista também é tua!

Ao meu filho João Pedro, meu orgulho, a melhor parte de mim, presente da vida.



Figura 2: imagesCAZEY3SV
Fonte: Cabo verde fotos

Quando o pescador estende sua rede no chão ou na água, ela se deita horizontalmente, espalhada para alcançar o espaço mais amplo que puder. Nenhum nó está acima dos outros, nem é mais importante do que os outros.

Nenhum nó pode pensar os outros nós como competidores, adversários ou inimigos.

Cada nó sabe que, fazendo parte da rede, está indissoluvelmente ligado a quatro nós ao seu redor, que por sua vez estão ligados cada um a quatro outros nós, numa progressão exponencial para formar a rede.

Portanto, cada nó tem consciência de sua responsabilidade por si próprio, pela sua ligação com os quatro nós seus vizinhos, e pela integridade da rede inteira.

Cada nó sabe que é único e que os outros nós também são únicos. É esta diversidade de nós que forma a unidade da rede.

Quando o pescador reflete sobre esta maravilhosamente simples complexidade, lágrimas de emoção escorrem dos seus olhos. Ele ama a rede, pois ela é obra dele, e é bela e eficaz.

Ela reflete a maravilhosamente simples complexidade que ele é. Cada nó sabe que é único e que os outros nós também são únicos (...)

Marcos Arruda.

AGRADECIMENTOS



Figura 3: imagesCAURBW9J
Fonte: Abel.

As histórias individuais são marcadas pelos enredamentos com as pessoas que cruzam o mesmo caminho, tanto de maneira perene quanto de forma temporária.

Na jornada trilhada para a construção deste trabalho, agradeço de forma explícita:

- *Aos meus Guias Espirituais, por iluminar meu caminho nesta etapa da minha caminhada;*
- *A minha mãe Eloci e meu padrasto Pedro, pela atenção e contribuição nesta vitória; sem vocês eu nunca conseguiria,*
- *Ao meu filho maravilhoso João Pedro, que sempre sorrindo me faz enxergar a vida de uma forma mais leve, todos os dias me ensina o que é o verdadeiro e eterno amor,*
- *Ao meu pai Jacomeli, minha madrasta Salete e meus irmãos Natasha e Felipe, por transmitir segurança nas minhas escolhas e no meu caminhar;*
- *A toda minha família querida, que tanto torce por mim, hoje posso oferecer um pedaço de tantas outras alegrias que estão por vir...*
- *À professora orientadora Meni, pelos ensinamentos, motivação e seriedade com os quais conduziu este trabalho;*
- *Aos professores que contribuíram com minha formação acadêmica,*
- *Aos colegas do curso de Serviço Social, por dividirem coletivamente espaços de discussões, de trocas e de aprendizagem. Ao carinho e amizade que foram sendo construídos ao longo do processo, principalmente as colegas e amigas Maclovia e Gisele Cardozo,*

- À equipe de trabalho do Projeto Social Cidadania.com, meu orientador de campo Assistente Social Paulo, colegas Sônia e Lucas, pela oportunidade de aprendizado acadêmico, profissional e pessoal, pelo incentivo e subsídios para conclusão deste trabalho,

- Aos meus amigos por entenderem minha ausência neste período.

Sem essas pessoas, esta caminhada sequer teria começado!

RESUMO

A presente monografia tematiza as redes socioassistenciais, que se constituíram nos espaços onde foi realizada a experiência de estágio obrigatório do qual o Projeto Social Cidadania.com é parte. Por meio da pesquisa realizada com a rede socioassistencial de São Leopoldo, identificou-se a necessidade de uma presença maior por parte do projeto nos espaços de deliberação no município. Como objetivo principal deste trabalho, busca-se contextualizar as redes existentes no município de São Leopoldo a partir da implementação da Política Nacional de Assistência Social e do Sistema Único de Assistência Social, em especial, a atuação das redes sócio assistenciais das cinco regiões de São Leopoldo. Também se objetiva discorrer acerca da temática da intersetorialidade das políticas públicas, as redes e suas diversas formas de manifestação, bem como a informação com direito na efetivação da cidadania. Além disso, é apresentada a inserção do Serviço Social no trabalho em rede e na rede socioassistencial abordando a parcela contributiva dessa profissão, principalmente no que diz respeito a sua contribuição aos processos de trabalho em rede. A aproximação entre a Rede Socioassistencial e o Serviço Social embasaram a construção desta monografia permitindo assim a compreensão dos processos de trabalho constitutivos dessa realidade, seus limites e possibilidades.

Palavras-chave: Serviço social. Rede. Informação. Cidadania.

LISTA DE ABREVIATURAS

ABEPSS - Associação Brasileira de Estudo e Pesquisa em Serviço Social

CDS - Conselhos Distritais de Saúde

CEAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social

CEDECA - Centro de Defesa da Criança e do Adolescente

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

CLS - Conselhos Locais de Saúde

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social

CME - Conselho Municipal de Educação

CMS - Conselho Municipal de Saúde

COL - Círculo Operário Leopoldense

COMDEDICA - Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

COMITESINOs - Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos

CONDEMA - Conselho Municipal do Meio Ambiente

CONEN - Conselho Estadual de Entorpecentes

CONSEG - Conferência Nacional de Segurança Pública

CONSINOS - Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio dos Sinos

CRAS - Centro de Referência de Assistência Social

CRESS - Conselho Regional de Serviço Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

EMEF - Escola Municipal de Ensino Fundamental

EMEI - Escola Municipal de Ensino Infantil

GT- Grupo de Trabalho

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LOAS - Lei Orgânica de Assistência Social

MDS - Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à fome

MEC - Ministério de Educação

MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais

NAPPI - Núcleo de Apoio e Pesquisa ao Processo de Inclusão

NOB - Norma Operacional Básica

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONG - Organização Não Governamental

PCD - Pessoa com deficiência

PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais

PNAS - Política Nacional de Assistência Social

PNSA - Política Saneamento Ambiental

PROAME - Programa de Apoio a Meninos e Meninas

PROCON - Programa de Orientação e Proteção ao Consumidor

PRONASCI - Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania I

PROTEJO - Programa de Jovens em Território Vulnerável

PRUMO - Programa de Unidades Móveis em Saúde Coletiva

PSF - Programa Saúde da Família

RMPA - Região Metropolitana de Porto Alegre

RS - Rio Grande do Sul

SACIS - Secretaria de Assistência, Cidadania e Inclusão Social

SAE - Serviço de Atendimento Especializado

SEM - Sala de Recursos Multifuncionais

SMED - Secretaria Municipal de Educação

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

TRENSURB - Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre

UBS - Unidades Básicas de Saúde

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A REDE SOCIOASSISTENCIAL E AS REDES DA CIDADE DE SÃO LEOPOLDO-RS	25
2.1 A REDE SOCIOASSISTENCIAL E O SUAS	26
2.2 A REDE SOCIOASSISTENCIAL DE SÃO LEOPOLDO, SUA COMPOSIÇÃO E ATUAÇÃO	33
2.2.1 Rede Socioassistencial Região Centro Sul e Sudeste.....	38
2.2.2 Rede Socioassistencial Região Nordeste	46
2.2.3 Rede Socioassistencial Região Leste	52
2.2.4 Rede Socioassistencial Região Norte	55
2.2.5 Rede Socioassistencial Região Oeste.....	58
2.2.6 Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher	60
2.2.7 Um Apanhado das Redes de São Leopoldo	62
3 O CIDADANIA.COM E A PRESENÇA NAS REDES SOCIOASSISTENCIAIS DE SÃO LEOPOLDO	65
3.1 UNISINOS E CIDADANIA.COM: UM HISTÓRICO DE PRESENÇA PARA O FORTALECIMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL	67
3.1.1 Cidadania.com e Serviço Social	74
3.2 VISIBILIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS: ACESSO E DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO	76
3.3 INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	81
4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO TRABALHO EM REDE PARA O SERVIÇO SOCIAL	86
4.1 O SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO EM REDE, UM BREVE RESGATE HISTÓRICO	88
4.2 O TRABALHO EM REDE E O COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL	93
4.3 OS PROCESSOS DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL.....	99
4.4 CAMPOS DE ATUAÇÃO E AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA REDE SOCIOASSISTENCIAL	102
4.4.1 Assessoria e Consultoria	104

4.4.2 A Investigação	107
4.4.3 Acolhimento e Vínculo.....	110
4.4.4 Abordagem grupal.....	114
4.4.5 Gestão e Comunicação na Rede.....	116
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	120
REFERÊNCIAS.....	123
ANEXO A - MAPA DE SÃO LEOPOLDO.....	136
ANEXO B - FOTO REUNIÃO REDE SOCIOASSISTENCIAL REGIÃO CENTRO/SUL/SUDESTE	137
ANEXO C - FOTO REUNIÃO REDE SOCIOASSISTENCIAL REGIÃO NORDESTE	138
ANEXO D - FOTO 1ª JORNADA DE VALORIZAÇÃO À VIDA REGIÃO LESTE ..	139
ANEXO E - FOTO OFICINA DE GRAFITAGEM REGIÃO LESTE.....	139
ANEXO F - FOTO SEMINÁRIO DE VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS: UM DIÁLOGO POSSÍVEL? REGIÃO LESTE	140
ANEXO G - FOTO SEMINÁRIO SEXUALIDADE HUMANA: AVANÇOS E DESAFIOS EM UMA SOCIEDADE EM REDE REGIÃO NORTE	141
ANEXO H - FOTO SEMINÁRIO DAS REDES SOCIOASSISTENCIAS E LOCAIS DE SÃO LEOPOLDO: QUEM SOMOS? O QUE FAZEMOS?	142

1 INTRODUÇÃO



Figura 4: imagesCA22JA5M
Fonte: Léo

Qual é o seu caminho?

*Espero que siga pelo caminho certo ou pelo caminho feliz,
porque às vezes caminhos errados levam a caminhos certos.*

(Autor desconhecido)

Esta monografia é um dos requisitos da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) para obtenção da titulação de assistente social. Tem como área temática a Rede Socioassistencial, cuja proposta neste trabalho é de discorrer e refletir acerca da presença do Projeto Cidadania.com e a atuação do Serviço Social nas redes no município de São Leopoldo/RS.

A introdução tem por objetivo justamente sinalizar o caminho trilhado de construção do estado da arte sobre a temática das redes sociais na atualidade. Tal construção tem em vista problematizar os aspectos teóricos referentes às redes sociais e o contexto social no qual se desenvolvem.

O estado da arte foi o primeiro passo dado na caminhada de elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso. Passo dado com dedicação e muita curiosidade da acadêmica de Serviço Social.

O conceito de rede iniciou seu caminho cravando suas raízes nas Ciências Biológicas e na Física e, desde a década de 40, vem sendo incorporada pelas Ciências Sociais, tendo forte vinculação com o referencial sistêmico.

No sentido mais literal da palavra e contextualizando historicamente, entende-se por redes uma quantidade de pontos ou nós, interligados por relações que podem ser de vários tipos. A palavra começou por nomear um dispositivo feito de cabos interligados numa malha, utilizado desde épocas pré-históricas na pesca e na caça (WARREN, 2005).

A rede é objeto de estudo de várias áreas do conhecimento humano, da biologia, passando pela matemática, às ciências sociais.

De acordo com Silva (2011a, p. 1):

[...] conceituação de Rede enquanto sistema de laços realimentados provém da Biologia. Quando os ecologistas das décadas de 1920 e 1930 estudavam as teias alimentares e os ciclos da vida, propuseram que a rede é único padrão de organização comum a todos os sistemas vivo.

A Antropologia e a Sociologia deram contribuições importantes na criação de conteúdos teóricos e práticos sobre as redes sociais, primárias e secundárias, que influenciaram as Ciências Sociais Aplicadas.

Dentre as Ciências Sociais Aplicadas, destaca-se o Serviço Social que apresenta algumas das principais produções teóricas atuais sobre a estratégia metodológica do trabalho em rede. Os conceitos de redes sociais pelas Ciências Sociais na atualidade, e pelo Serviço Social, são construídos a partir de uma visão crítica e propositiva, no sentido de identificar seus limites e possibilidades. O diálogo com os autores de visão crítica provocou a reflexão sobre a possibilidade de elaboração de um “conceito propositivo de redes sociais” (SCHERER-WARREN, 1999) que incorpore o conflito de classe como central para a análise, tanto da dimensão técnica quanto da estratégica das mesmas.

O estudo sobre as redes sociais também apresenta referências que relacionam concepção e metodologia, principalmente nas Ciências Sociais Aplicadas, que visam, além de explicar a realidade, transformá-la.

Para Scherer-Warren (1999), existe alguns pontos de partida na conceituação e metodologia das redes que são configurados da seguinte forma:

- a) metodologia de análise científica (instrumento para a organização dos dados para a análise);
- b) teoria substantiva (conceito teórico, definidor de uma realidade);
- c) rede técnica (conceito operativo-instrumental para o planejamento);
- d) estratégia de ação coletiva (conceito propositivo de atores coletivos, movimentos sociais).

A autora ainda cita que:

A ideia de rede como conceito propositivo utilizado por atores coletivos e uma nova forma de organização e de ação (como rede). [...] uma nova visão do processo de mudança social — que considera fundamental a participação cidadã e da forma de organização dos atores sociais para conduzir o processo. [...] contém significados ideológicos e simbólicos e comportam resultados sociais políticos. (SCHERER-WARREN, 1999, p. 23)

Para quem pensa que a temática das redes é novidade, está enganado, pois as redes estão por todos os lados, todos estão cercados e fazem parte das redes. São redes de celulares, redes neurais artificiais, redes sociais, redes organizacionais, de sociedade rede, empresa rede, marketing de rede, trabalho em rede, rede de redes.

Os estudos sobre redes ganharam um caráter fortemente interdisciplinar, ancorados em perspectivas filiadas às várias correntes do chamado pensamento sistêmico e às teorias da complexidade. As ciências em geral têm utilizado desse conceito. Em cada uma delas, apresenta-se um conteúdo para o conceito de rede.

Os principais conceitos de rede e suas disciplinas são resumidos por Scherer-Warren (1999). Na Geografia, refere às redes técnicas, de produção, redes territoriais e redes sociais urbanas amplas; a Administração, a Sociologia e o planejamento urbano utilizam-se dessa última noção da rede da Geografia; a Administração estuda também as redes organizacionais, empresariais e de controle; na Economia, são criados conceitos ligados às redes no âmbito do mercado, do consumo, da produção, como em mini projetos alternativos; na Antropologia, vincula ao conceito as redes de famílias, de amizade, ou seja, as relações primárias; da Sociologia vem a noção de redes de articulação político-ideológica ou simbólica; na Psicologia, utiliza-se do conceito da rede extraído da Teoria dos Gráficos Matemáticos para o estudo das relações sociais; da Biologia e da Ecologia vem a concepção de rede “como tecido social ou como rede energética”; da Computação vem a ideia de rede de informação.

Os “novos” paradigmas apresentam várias categorias e conceitos em comum, dentre elas: as relações sociais entre os indivíduos, esses considerados células. Na concepção sistêmica, enfatizam-se mais as relações do que as entidades isoladas, por isso, a importância das redes, das teias de interdependência entre as diferentes partes e o todo. As produções de Capra fundamentam essas ideias a partir do resgate da “concepção sistêmica da vida”.

Segundo Capra (1982, p. 260), é assim definida:

A concepção sistêmica vê o mundo em termos de relações e de interação. Os sistemas são totalidades integradas, cujas propriedades não podem ser reduzidas às de unidades menores. Em vez de se concentrar nos elementos ou substâncias básicas, a abordagem sistêmica enfatiza princípios básicos de organização. [...] mas os sistemas não estão limitados a organismos individuais e suas partes. Os mesmos aspectos de totalidades são exibidos por sistemas sociais — como o formigueiro, a colméia ou uma família humana — [...] O que se preserva numa região selvagem não são árvores ou organismos individuais, mas as teias complexas de relações entre eles.

Para ilustrar a rede de interconexões, dinâmicas, funcionais, não hierarquizadas, que fazem ligações às partes que compõe um sistema, o autor utiliza simbolicamente a árvore, pois simboliza uma vida saudável e é o oposto de uma rede vinculada a uma estrutura rígida e hierarquizada.

O fluxo de informações entre as células é de suma importância para sua realimentação, se houver algum erro no processo, a comunicação é vital para restabelecer os laços de interdependências que constituem o ciclo entre as células. De acordo com Capra (1982, p. 262), o modelo e “[...] funcionamento dos organismos vivos é guiado por modelos cíclicos de fluxos de informações, conhecidos como laços de realimentação”.

Com a nova configuração da sociedade a partir da difusão do uso das novas tecnologias da informação e da comunicação, que é considerado por Castells (2003b) um dos elementos chave para o modelo de desenvolvimento, por ele denominado de informacionalismo. A velocidade e a fluidez da circulação de informações são vitais para o desenvolvimento do ecossistema e para a garantia do bem comum. Essa necessidade de agilidade informacional alterou as noções de tempo e de espaço, de passado e de futuro, e a consciência passou a ser elaborada a partir de fragmentos impregnação em toda a estrutura social de uma “lógica de redes”, o que seria determinante para a emergência mesmo de uma “sociedade em rede”.

De acordo com Castells (2003b), a sociedade está passando por uma revolução tecnológica trazendo consequências nos parâmetros culturais, políticos e econômicos. A criação da *internet* na década de 1960 foi o estopim da revolução da tecnologia para a sociedade, derrubando os muros da informação conduzindo a um processo de interconexão em rede e trazendo transformações na economia, cultura, e linguagem num âmbito mundial. Para o autor as ferramentas tecnológicas da sociedade são parte integrante da mesma, ou seja, a “sociedade em rede” é consequência do processo de desenvolvimento humano da nova “era da informação”.

O resultado foi uma arquitetura de rede que, como queriam seus inventores, não pode ser controlada a partir de nenhum centro e é composta por milhares de rede de computadores autônomos com inúmeras maneiras de conexões, contornando barreiras eletrônicas. [...] Essa rede foi apropriada por indivíduos e grupos no mundo inteiro e com todos tipos de objetivos, bem diferentes das preocupações de uma extinta Guerra Fria (CASTELLS, 2003b, p. 44).

Com a descoberta dessa nova ferramenta de comunicação que veio ultrapassando todos os limites de espaço, dando uma visibilidade mundial para diversas organizações e protestos, houve também mudanças nas formas de relação. Dentro das Ciências Sociais a rede é considerada como um símbolo da complexidade das relações sociais estabelecidas pelos sujeitos, pois a sociedade é resultado desse “complexo padrão interativo” (CASTELLS, 2003b, p. 42).

Para as Ciências Sociais o termo rede é utilizado desde a década de 1940 e vêm, atualmente, constituindo-se “[...] num paradigma de análise bastante usado, porém com significados diversos” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 21). Ainda nas Ciências Sociais, rede seria o conjunto de relações sociais entre um conjunto de atores e também entre os próprios atores. Designa ainda os movimentos pouco institucionalizados, reunindo indivíduos ou grupos numa associação cujos limites são variáveis e sujeitos a reinterpretações (COLONOMOS, 1995).

O artigo publicado por Giongo (2003), intitulado “Tecendo relações: o trabalho com famílias na perspectiva de redes” onde a autora trabalha a família na perspectiva das redes sociais se encontra um breve histórico que explicita momentos sequenciais da construção do conceito de rede dentro das Ciências Sociais.

Primeiramente a autora define que rede social, “[...] na administração pública o termo ‘rede’ foi, em um primeiro momento, utilizado para designar uma cadeia de serviços, com vínculos hierárquicos, que eram concebidos a partir de uma relação de dependência” (GIONGO, 2003, p. 14). Mais tarde, esse conceito ganhou um novo significado na perspectiva de interconexão entre “agentes, serviços, mercadorias, organizações, movimentos sociais, comunidades”, que assumindo a forma de “atendimento em rede”, realiza ações em parceria através das suas unidades operacionais, as quais são independentes, mas interligadas com relação aos processos, aos objetivos e aos princípios que compartilham e que traduzem em vínculos horizontais que se interconectam: agentes, serviços, produtos e os diversos tipos de organizações. “Essa perspectiva ultrapassa a noção, presente no senso comum e na burocracia do Estado, ‘de cadeia de serviços similares, subordinados em geral, a uma organização que exerce a gestão de forma centrada na hierarquia” (BAPTISTA, 2003, p. 58).

Nas Ciências Sociais, Giongo destaca em seu artigo, o estudo do Antropólogo John Barnes, considerado o criador do termo “rede social”, que foi utilizado, pela primeira vez, em 1954. Para Barnes a noção de redes sociais busca apoiar "a análise e descrição daqueles processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupos e categorias" (BARNES, 1987, p. 163).

Giongo destaca também outra obra vinculada à Antropologia Social, da antropóloga inglesa Elizabeth Both, publicada em 1957, intitulada “Família e Rede Social”.

Nesse livro, Both descreve os resultados de uma pesquisa com 20 famílias britânicas de classe média. A autora mostra a impossibilidade de se entender a família longe do seu contexto social. Chama atenção para a tendência do profissional que estuda famílias de projetar etnocentricamente a visão da família ideal, não respeitando as particularidades do sistema em questão. Desenvolve uma metodologia pioneira para analisar a influência da rede familiar extensa, sua composição e o conteúdo das interações dessa rede com a família que se pretende estudar (GIONGO, 2003, p. 15).

Ao buscar também as origens das redes sociais Kern (2005), identifica nos estudos do grupo Coordenado pelo Professor Enrique di Carlo, do Departamento de Serviço Social da Universidad Nacional de Mar del Plata, na Argentina, que

As práticas das redes encontram suas raízes especialmente na Europa, sobre espaços onde se localizam inúmeras formas de solidariedade nasceram no último século, notadamente desde François Fourier, fundador da escola falansteriana, e Charles, pioneiro da cooperação. Estas fazem parte da família de teias das redes “intervenções coletivas”, acentuando a ação que dá lugar à vontade de buscar por si mesma o seu bem-estar (E.I.E.M. apud KERN, 2005, p. 51).

As origens históricas das redes sociais estão primeiramente relacionadas ao funcionamento das redes sociais primárias, mais especificamente à família e à comunidade, pois a “[...] Antropologia faz uso dos conceitos de redes de vizinhança, de parentesco, de amizade” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 22). E continuam tendo influência significativa na atualidade. A família é a primeira rede que temos contato, é nela que se inspiram e é a partir dela que se buscam novas conexões para ampliar a rede. Essa ideia de interconexão entre as diversas esferas da vida do sujeito está

vinculada ao conceito sistêmico de rede enquanto um sistema aberto, onde se estabelece uma interconexão entre os membros de um grupo com os do outro, o que potencializa os recursos (KERN, 2005).

Outra forma de trabalho em rede surgiu com a expansão da industrialização e a precariedade das condições de vidas da classe subalterna, a comunidade percebeu que seria responsável pelo combate a pobreza e mazelas na época, movidas por um sentimento de solidariedade que passou a trabalhar em rede no combate de suas dificuldades.

As políticas sociais implementadas pelo Estado brasileiro não atendem a todas as demandas da população e como uma resposta a essa situação, pessoas pertencentes às classes populares acabam buscando estratégias para minimizar ou atender suas necessidades. Dentre essas estratégias se destacam as redes de apoio social, que costumam ser mobilizadas, a fim de contribuir com o enfrentamento dos problemas vivenciados por esses sujeitos sociais.

Na atualidade, com a “contrarreforma do Estado”, crescem as redes de ações voluntárias e do Terceiro Setor. E as fronteiras entre essas redes primárias e secundárias estão cada vez mais frágeis. O terceiro setor é essencialmente, uma rede [...]“(SILVA, 2011a, p. 1,).

Segundo Silva (2011b), as redes do Terceiro Setor identificam-se em três categorias, tais como as temáticas, as regionais e as organizacionais, e há, entre elas, múltiplas formatações.

Redes temáticas são aquelas que se organizam em torno de um tema, segmento ou área de atuação das entidades e indivíduos participantes. [...] As redes regionais têm em uma determinada região ou sub-região o ponto comum de aglutinação dos parceiros: um Estado, um conjunto de municípios, um bioma, uma cidade, um conjunto de bairros etc. Redes organizacionais são, em geral, aquelas vinculadas a uma entidade supra-institucional — isto é, que congrega instituições autônomas filiadas (federações, confederações, associações de entidades, fóruns, etc.) — ou as organizações complexas, compostas, por exemplo, de várias unidades autônomas e/ou dispersas territorialmente (SILVA, 2011b, p. 1).

O surgimento das associações voluntárias com diferentes objetivos e formatos, vêm na direção contrária da individualização dos sujeitos e a fragmentação da sociedade moderna. O número de associações voluntárias presentes em determinada sociedade indica o grau de organização e atividade de sua sociedade civil.

Conforme Pies (2005) sociedade civil pode ser definida “como um espaço de construção de projetos globais, articulando-se mutuamente, capacidade de direção política, disputa de poder, conquista de hegemonia e formação de vontades coletivas”.

A formação desses grupos vão muito além de seus objetivos iniciais, pois propiciam a seus participantes a oportunidade de troca de conhecimento e cooperação entre si. Pela expressão, confronto de ideias, da formação de consenso e de possíveis ações coletivas, os cidadãos aprendem e exercitam valores e práticas democráticas. A atuação deve ser em rede, mas a vinculação dos sujeitos à mesma se fundamenta numa “consciência individual” a sua vontade de participar, que está diretamente relacionada à colaboração. O que une seus membros são os “[...] valores e objetivos que eles estabelecem como comuns, interconectando ações e projetos” (SILVA, 2011a, p.1).

Atualmente é possível identificar três tipos de organização: as sociais (religião, comunidade, jovens, esportes, mulheres, saúde e grupos de educação e informação); as políticas tradicionais (sindicatos, associações profissionais e partidos políticos); e as que alguns denominam “novas organizações políticas” (meio ambiente, paz, direito dos animais e grupos defensores de direitos coletivos e da cidadania).

Conforme Scherer–Warren (1999, p. 50),

[...] pode-se concluir que os três campos de ações (filantropia, desenvolvimento e cidadania), estão configurando-se no trabalho das ONGs como faces de um campo mais abrangente, com conteúdo ético e menos idealizado: a busca do bem comum, por meio da resolução dos problemas de exclusão social, de uma nova ótica para o desenvolvimento e para a realização da cidadania plena para todos.

Historicamente, percebe-se uma herança cultural na sociedade, uma grande desconfiança nas instituições públicas e a dificuldade do cidadão em participar de forma desinteressada na resolução dos problemas que dizem respeito a todos (SANTOS, 1993). Essa situação poderia ser revertida mediante ações e formas de organização que contribuíssem para estimular a confiança social e a consciência cívica, criando bases para a solidariedade social. As associações de caráter voluntário constituem formas de as pessoas se reunirem em torno de objetivos comuns, participarem de decisões e cooperarem entre si.

As ONGs podem ser consideradas modernas formas de participação na sociedade brasileira, segundo Gohn (2000, p. 64),

[...] modernas porque se organizam em torno dos chamados direitos sociais modernos: direito à qualidade de vida, à felicidade, à não discriminação, à preservação do meio ambiente etc.; porque buscam combinar os valores individuais com valores coletivos, a racionalidade individual (dada pelos desejos e inspirações das pessoas) com a racionalidade científica (dada pelos estudos e análises técnicas dos problemas em questão); e finalmente modernas por se constituírem em espaços coletivos de participação da sociedade civil, a partir de interesses de grupos determinados, tendo como referência movimentos e organizações sociais.

Contextualizando as organizações e associações no Brasil, foi na década de 1990 que as mesmas ganharam visibilidade e se reproduziram no país, na perspectiva da solidariedade, a partir da campanha contra a fome Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida ou apenas Ação da Cidadania, encabeçada pelo sociólogo Herbert de Souza, mais conhecido como Betinho e que possibilitou “uma convivência inusitada entre grupos com e sem história prévia de trabalho comunitário” (MAGALHÃES, 2002, p. 127).

A campanha contra a fome mobilizou a população brasileira e contrariou a teoria de que a sociedade civil estaria totalmente desativada e indiferente à situação de pobreza no país. A mobilização e a ampliação dessas redes de solidariedade se tornaram importantes não só pela distribuição de recursos para famílias, grupos e pessoas que necessitavam, mas também no resgate da noção de cidadania ligada à ideia de interdependência entre os membros da sociedade. Essa ideia vincula-se à

noção de redes, já que essas envolvem relações de trocas, as quais implicam obrigações recíprocas e laços de dependência mútua (LANDIM, 1998).

Ao pensar em um modelo de rede, mesmo que seu conceito seja utilizado para fazer referência às diferentes realidades idealizam a imagem de pontos conectados por fios, de modo a formar a imagem de uma teia. Por intermédio dos estudos das redes pode, por exemplo, mapear as relações entre indivíduos ou grupos, iniciando-se pelos contatos diretos ou estudá-los a partir da variável intensidade, tamanho, frequência e qualidade dos contatos. Pensar uma sociedade em rede significa entendê-la na sua interdependência e policentrismo (OLIVEIRA; BASTOS, 2000).

Como resultado de processos macrossociais das sociedades modernas, a perda da força e do significado dos contextos locais estaria criando, nos indivíduos, uma sensação de estarem fora da rede social e, conseqüentemente, de estarem excluídos dos processos decisórios.

Desse modo, as redes de solidariedade seriam formas de ativar e estreitar as redes sociais, evitando o isolamento dos indivíduos. O apoio social que as redes de solidariedade proporcionam remete ao dispositivo de ajuda mútua, potencializado quando uma rede social é forte e integrada. Ao referir o apoio social fornecido pelas redes de solidariedade, tem como aspectos positivos das relações sociais, a partilha de informações, o auxílio em momentos de crise e a presença em eventos sociais.

A circulação de informações é livre, mas, para haver a “realimentação do sistema”, ela não ocorre de forma linear a uma infinidade de pontos, pois “[...] o importante nesses fluxos [...] retorno, *feedback*, consideração e legitimidade das fontes são essenciais para a participação colaborativa e até mesmo para avaliação de resultados e pesquisa” (SILVA, 2011a, p.1).

As redes de solidariedade poderiam ser um elemento a favorecer o *empowerment*, processo nos quais indivíduos, grupos sociais e organizações passam a ganhar mais controle sobre seus próprios destinos.

Sinteticamente Perkins e Zimmerman (1995, p. 1) definem o empoderamento como “um construto que liga forças e competências individuais, sistemas naturais de ajuda e comportamentos proativos com políticas e mudanças sociais”. Trata-se da

constituição de organizações e comunidades responsáveis, mediante um processo no qual os indivíduos que as compõem obtêm controle sobre suas vidas e participam democraticamente no cotidiano de diferentes arranjos coletivos e compreendem criticamente seu ambiente.

Como uma rede não tem centro, ela se desdobra em várias outras, autônomas, que são capazes de operar desligadas do restante da rede. Esse processo é denominado de descentralização e capilarização. Por fim, não há hierarquia ou chefia as lideranças são múltiplas e as decisões devem ser compartilhadas.

Para atender aos objetivos propostos, este trabalho está estruturado em cinco capítulos. O ponto de partida é a introdução, que se direcionará para o entendimento acerca da intencionalidade deste estudo.

No segundo capítulo, discorrer-se-á sobre a rede socioassistencial reconhecida no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), considerando as desigualdades socioterritoriais e diferenças locais e de uma breve memória de suas diretrizes. Além disso, o capítulo se dedica a uma reflexão sobre a rede socioassistencial de São Leopoldo, sua composição a atuação.

No terceiro capítulo, enfocar-se-á a presença da UNISINOS e do Projeto Social Cidadania.com na rede socioassistencial de São Leopoldo, a importância da representação da Universidade nos diversos espaços deliberativos no município. Sendo que o capítulo será abrangido pela informação como um direito fundamental para o exercício da cidadania. No último item do capítulo, retratar-se-á a intersectorialidade das políticas públicas como estratégia de ruptura com a fragmentação setorial.

No quarto capítulo, ter-se-á como objetivo refletir sobre os desafios do profissional de Serviço Social diante as diversas expressões sociais e segmentos populacionais existentes da rede socioassistencial abordando as perspectivas e os espaços ocupados pela profissão nessa área. A necessidade de construção e reconstrução de saberes atentos a novas formas de práticas. Finalmente, referenciam-se as possibilidades de atuação desse profissional nos mais diversos espaços.

Por último, apresentar-se-ão as considerações finais deste estudo, com base nos processos vivenciados no suporte teórico e na experiência de estágio. Considera-se importante para o Serviço Social, por ser uma categoria fundamental para o fortalecimento no processo de garantia de direitos e participação política dos sujeitos.

Este trabalho é fruto da trajetória acadêmica, construído a partir da relação entre a teoria e a prática, orientadas pelo projeto ético-político da profissão que, indiscutivelmente, norteará as ações profissionais futuras numa perspectiva reflexiva e propositiva.

2 A REDE SOCIOASSISTENCIAL E AS REDES DA CIDADE DE SÃO LEOPOLDO-RS

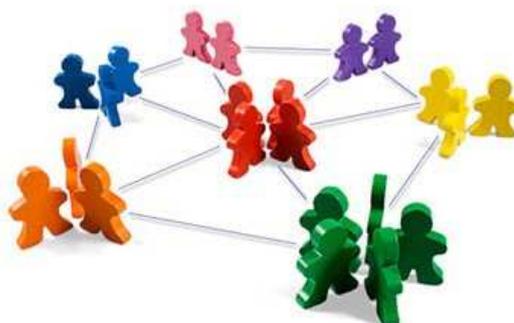


Figura 5: rede de contatos

Fonte: Incubadora de empresas da Escola Politécnica da UFBA

*“As reuniões de rede potencializam nossas ações,
dentro deste coletivo de forma participativa”(Conexão região Sul)*

Para desenvolver de forma mais adequada, o capítulo foi dividido em dois itens. O primeiro discute o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em relação às Redes Socioassistenciais, contextualizando a realidade através da teoria e sua gestão, o reconhecimento dos direitos socioassistenciais que devem ser assegurados pela rede, os objetivos da rede na implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), intencionalidade e condições para articulação.

O segundo item apresenta a aproximação com os nós e laços da Rede Socioassistencial de São Leopoldo: como são compostas, áreas de atuação e temáticas exploradas desde a implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em 2005 no município.

Por fim, apresentar-se-á uma visão geral das redes do município de São Leopoldo.

2.1 A REDE SOCIOASSISTENCIAL E O SUAS

O Sistema Único de Assistência Social foi regulamentado pela Norma Operacional Básica - NOB/SUAS em 2005, o que demarca um avanço significativo da assistência social como política pública, como política de Estado mais do que política de governos. A política de assistência social passa a considerar as desigualdades socioterritoriais, o desvelamento e o respeito às diferenças locais (étnico cultural), a realidade dos municípios por porte, define também a construção da rede de serviços regionais/territoriais inseridos na proteção social especial. Entende-se por SUAS:

Conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios no âmbito da assistência social prestados diretamente – ou por meio de convênios com organizações sem fins lucrativos -, por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais da administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo poder público. É modo de gestão compartilhada que divide responsabilidades para instalar, regular, manter e expandir as ações da assistência social (SPOSATI, 2006, p. 130).

Estabelece ainda como diretriz a centralidade da rede primária, da família para a concepção e da implementação da gestão de serviços (benefícios, serviços, programas e projetos), para assegurar a convivência familiar e comunitária. Conforme os dados da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (2009), as atividades predominantes nos municípios brasileiros são:

- visita domiciliar: 93,1%;
- atendimento sociofamiliar: 89,6%;
- atendimento familiar: 89,3%;
- cadastramento socioeconômico: 88,4%;
- provisão de benefícios eventuais: 79,4%;
- atividade de geração de trabalho e renda: 77%;
- atividade de capacitação e preparação para o mundo do trabalho: 58,5%.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) consiste na organização em todo território nacional das ações socioassistenciais e a hierarquização dos serviços por níveis de complexidade, porte dos municípios, estrutura uma rede de serviços específica e continuada e estabelece a gestão compartilhada. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem o objetivo de identificar os problemas sociais, focando as necessidades de cada município, ampliando a eficiência dos recursos financeiros e da cobertura social.

São eixos estruturantes da gestão do SUAS:

a. precedência da gestão pública da política; b. alcance de direitos socioassistenciais pelos usuários; c. matricialidade sociofamiliar; d. territorialização e. descentralização político-administrativa; f. financiamento partilhado entre os entes federados; g. fortalecimento da relação democrática entre estado e sociedade civil; h. valorização da presença do controle social; i. participação popular/cidadão usuário; j. qualificação de recursos humanos; k. informação, monitoramento, avaliação e sistematização de resultados (BRASIL, 2005, p.14).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) ainda prevê a organização da assistência em dois níveis de proteção, divididos em proteção social básica e proteção social especial de média e alta complexidade.

A proteção social básica tem por objetivo prevenir a violação dos direitos, enquanto que a proteção especial atua quando os direitos já foram violados. Ambos os níveis de proteção têm nas suas ações centralidade na família. “A ação da rede socioassistencial de proteção básica e especial é realizada diretamente por organizações governamentais ou mediante convênios, ajustes ou parcerias com organizações e entidades de Assistência Social” (BRASIL, 2005, p. 22).

Nessa perspectiva,

[...] o SUAS, deve voltar-se especialmente para um campo distinto das demais políticas sociais, ao implementar, desde medidas de transferência direta não-contributiva de valores materiais (no nosso caso o Bolsa Família) reforçando corretamente o protagonismo da população, até emancipação e autonomia dos segmentos populacionais a ela vinculados (PAIVA, 2006, p.10).

Segundo Pesquisa de Informações Básicas Municipais (2009), os serviços socioassistenciais mais presentes nos municípios brasileiros, por ordem decrescente são:

- proteção social especial às crianças e aos adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e suas famílias (PAIF): 85,6% dos municípios;
- serviços para idosos: 84% dos municípios;
- plantão social: 67,9% dos municípios;
- serviços socioeducativos para jovens: 67,3% dos municípios;
- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI): 66,6% dos municípios;
- serviço de apoio e orientação aos indivíduos e famílias vítimas de violência: 45,6% dos municípios;
- serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto: 41,5% dos municípios;
- serviço de enfrentamento à violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes e suas famílias: 39% dos municípios;
- habilitação e reabilitação de pessoas com deficiência: 32,9% dos municípios;
- acolhimento de crianças e adolescentes: 24,5% dos municípios;
- abordagem social nas ruas: 22,3% dos municípios;
- acolhimento de idosos: 20,6% dos municípios;
- atendimento à população de rua: 13% dos municípios;
- serviço de família acolhedora: 9,2% dos municípios;
- serviço de acolhimento para população de rua: 5,2% dos municípios;

- serviço de acolhimento em albergues para adultos e famílias: 4,7% dos municípios;
- serviço de acolhimento de mulheres: 2,7% dos municípios. O que demonstra a concretização de uma trabalho em rede no SUAS.

Como porta de entrada para o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem-se o Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, que está inserido na proteção social básica. O CRAS é uma nova estrutura dentro da gestão da política de Assistência Social e também é um recente espaço de intervenção do Assistente Social.

O CRAS como uma unidade estatal, que destina suas ações à população excluída do acesso aos bens e serviços e que vivem nas áreas de maior vulnerabilidade social. O Centro de Referência de Assistência Social têm como principais características a gratuidade, a continuidade, o investimento público permanente e a descentralização das ações.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) estrutura os novos tipos e níveis de gestão para a habilitação dos municípios e estados; o cofinanciamento das três esferas de governo, modificando substantivamente os repasses dos recursos fundo a fundo pautados em pisos de proteção de forma regular e automatizada. O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) proporciona uma maior controle sobre os recursos repassados trazendo uma maior transparência nas ações executadas pela rede socioassistencial.

[...] A instituição dos fundos caracteriza uma forma de gestão transparente e racionalizadora de recursos que contribui para o fortalecimento e visibilidade da Assistência Social no interior da administração, bem como para o controle social de toda execução financeira (BRASIL, 2005, p. 52).

Rompe com o modelo convenial que passa a ser restrito aos projetos e implementa instrumentos de gestão articulados aos sistemas de informação, monitoramento e avaliação (LOPES, 2006). Nesse sentido, a gestão de trabalho, a

capacitação permanente, a compreensão do perfil do servidor/trabalhador da área, da constituição e composição das equipes, das funções e qualificação necessárias às ações de planejamento, formulação, assessoria, execução, monitoramento e avaliação dos serviços, programas, projetos e benefícios está possibilitando a construção de novas referências.

O sistema de informação, monitoramento e avaliação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) tem como objetivo:

[...] produzir condições estruturais para as operações de gestão, monitoramento e avaliação do SUAS, conforme as determinações dessa Norma. Opera a gestão dos dados e dos fluxos de informação do SUAS com a definição de estratégias referentes à produção, armazenamento, organização, classificação e disseminação de dado, por meio de componentes de tecnologia de informação, obedecendo ao padrão nacional. (BRASIL, 2005, p. 40).

A tecnologia de informação constituída pela Rede SUAS, também é um dos avanços advindos com a atual Política Nacional de Assistência Social, e possibilita fazer uma leitura das ações federais na área de assistência social, até então inexistente, permitindo uma melhor apreensão a respeito de sua gerência. A implementação dos sistemas de informação, monitoramento e avaliação, instrumentos fundamentais para operacionalização de uma gestão democrática, estão garantindo o acesso transparente e o exercício do controle social dessa política pública.

Segundo Sposati (2006), a rede socioassistencial nasceu de iniciativas isoladas de estado e municípios e organizações sociais. Porém, essas demandas são muitas e passaram a ser responsabilidade também do Estado, que por sua vez integra as entidades prestadoras de serviços com os objetivos do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) um modelo democrático, descentralizado, que tem a missão de ampliar a rede de assistência social brasileira,

A rede socioassistencial é um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, que ofertam e operam benefícios, serviços, programas e projetos, o que supõe a articulação entre todas estas unidades de provisão de proteção social, sob a hierarquia de básica e especial e ainda por níveis de complexidade (BRASIL, 2005, p. 20).

Conforme destaca Sposati (2006), o SUAS reforça alguns preceitos contidos na LOAS, tais como: universalização do sistema com fixação de níveis básicos, territorialização de rede de assistência social através da oferta de serviços baseada na proximidade e necessidades locais, além da descentralização político-administrativa com comando único. A rede socioassistencial é um espaço democrático e de articulação entre as pessoas, instituições e serviços. O SUAS menciona que articulação,

São espaços de participação aberta, com função propositiva no nível federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, podendo ser instituídos regionalmente. São constituídos por organizações governamentais e não-governamentais, com a finalidade de articular, entre outros conselhos; união de conselhos; fóruns estaduais, regionais ou municipais e associações comunitárias (BRASIL, 2005, p. 41).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) prevê que a rede socioassistencial se organizará a partir dos seguintes parâmetros:

- a) oferta, de maneira integrada, de serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social para cobertura de riscos, vulnerabilidades, danos, vitimizações, agressões ao ciclo de vida e à dignidade humana e à fragilidade das famílias;
- b) caráter público de co-responsabilidade e complementaridade entre as ações governamentais e não-governamentais de Assistência Social evitando paralelismo, fragmentação e dispersão de recursos;
- c) hierarquização da rede pela complexidade dos serviços e abrangência territorial de sua capacidade em face da demanda;
- d) porta de entrada unificada dos serviços para a rede de proteção social básica, por intermédio de unidades de referência e para a rede de proteção social especial por centrais de acolhimento e controle de vagas;
- e) territorialização da rede de Assistência Social sob os critérios de: oferta capilar de serviços, baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão; localização dos serviços para desenvolver seu caráter educativo e preventivo nos territórios com maior incidência de população em vulnerabilidades e riscos sociais;
- f) caráter contínuo e sistemático, planejado com recursos garantidos em orçamento público, bem como com recursos próprios da rede não-governamental;

g) referência unitária em todo o território nacional de nomenclatura, conteúdo, padrão de funcionamento, indicadores de resultados de rede de serviços, estratégias e medidas de prevenção quanto à presença ou ao agravamento e superação de vitimizações, riscos e vulnerabilidades sociais (BRASIL, 2005, p. 20).

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) define e reconhece a competência de cada ente federado (cogestão das ações), integra os objetivos, ações, serviços, benefícios, programas e projetos por meio de organização em rede; substitui o paradigma assistencialista pelo de proteção social; estabelece pisos de financiamento para proteção social básica e especial; além de respeitar a transferência via fundos, com aplicação autônoma de recursos nos municípios. As entidades sem fins lucrativos continuam recebendo recursos para realizarem essas atividades, porém agora devem seguir alguns critérios colocando seus serviços, não mais como ajuda, e sim, como direito do cidadão.

Sposati (2006, p. 97) coloca que

outro movimento provocado pela implantação do Sistema Único de Assistência Social decorre da alteração do modo de financiamento federal, para Estados e Municípios. Finalmente foi rompida a transferência de recursos pela via convencional [...] onde o município não era considerado ente federativo, mas, praticamente, uma testemunha ou um padrinho do convênio federal com uma entidade social. A partir do SUAS a transferência de recursos federais é realizada fundo a fundo para os municípios habilitados na forma de pisos.

A rede socioassistencial é uma ferramenta que busca superar a fragmentação, o conceito é relativamente novo, mas a prática já existe há cerca de cinco décadas. O trabalho é com pessoas, famílias e organizações e apresenta possibilidades de afirmação de uma nova cultura de relação e organização a partir da lógica dos direitos à proteção social e cidadania.

No próximo capítulo, refletir-se-á sobre a Rede Socioassistencial do município de São Leopoldo-RS e uma contextualização a respeito de sua formação e atuação.

2.2 A REDE SOCIOASSISTENCIAL DE SÃO LEOPOLDO, SUA COMPOSIÇÃO E ATUAÇÃO

O município de São Leopoldo está localizado na encosta inferior do nordeste do Rio Grande do Sul, na depressão central. Faz parte da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), distando 34 km da capital gaúcha. A cidade é cortada pelas rodovias BR 116 e RS 240 e está próxima de importantes rodovias, como a BR 290 e a BR 386, ficando acessível por diversas vias.

São Leopoldo/RS possui uma área de 102,739 km², de distribuição territorial essencialmente urbana (68,29%), composta por um total de 24 bairros, possui uma população de 214.210 habitantes, segundo dados do IBGE Cidades (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, [2011]).

Em pesquisa realizada pelo Círculo Operário Leopoldense (2010), onde foram pesquisados 48 espaços, em São Leopoldo se percebeu que 14% se consideravam como redes, tendo sua origem a partir da década de 90. Como estrutura de funcionamento, aparece que 50% das redes apresentam coordenações e do total das redes 43% são de caráter não governamental e 29% governamental.

Na questão referente ao âmbito de atuação das redes, encontra-se que 100% nos fóruns, 40% nos movimentos sociais e 80% de atuação nos conselhos. Referente à área de atuação nas redes pesquisadas houve o destaque para criança e adolescente com 18%, assistência com 14%, além disso, saúde, saúde mental, justiça, segurança pública, mulheres, gênero e educação com 9% cada.

No município, a Assistência Social esteve, por muito tempo vinculada à área da saúde e, posteriormente, à área da habitação. Até o ano de 2004, o setor estava localizado sob as escadarias do Ginásio Municipal e contava com uma equipe reduzida, composta por aproximadamente doze profissionais.

Nessas condições, atendia à população no balcão. Muitas vezes, o trabalho da assistência social se caracterizava pela distribuição de cestas básicas, sem preocupação com o desencadeamento de processos emancipatórios e de

construção da cidadania. Esse movimento era totalmente contrário aos direitos assegurados na Constituição Brasileira.

Segundo a Constituição Brasileira, todo o cidadão deve ter garantido os seus direitos: civis, políticos, econômicos, culturais, ambientais e sociais, que são essenciais à construção de uma sociedade democrática e igualitária. Os direitos humanos constituem-se em condição essencial para a cidadania e para o desenvolvimento local, regional, nacional e mundial.

Direitos humanos são resultado da cidadania, entendida esta como a descoberta conquistada do direito de ter direito [...] processo histórico de conquista, dentro do qual o fenômeno central é sempre a constituição do sujeito histórico capaz de projeto próprio e coletivo (DEMO, 2001, p.86).

A partir de 2005, iniciou-se um processo de construção de uma política pública de assistência social consistente em São Leopoldo seguindo os parâmetros contidos na Política Nacional de Assistência Social e com os preceitos da Lei Orgânica de Assistência Social, normatizados através da NOB/SUAS.

No mesmo ano houve a constituição da Secretaria Municipal de Assistência, Cidadania e Inclusão Social (SACIS), responsável pela implantação e implementação dessa política no município. A ideia de nomear a Cidadania e a Inclusão, que compõe o conceito de Assistência Social, foi para externar a inclusão como um conceito intrínseco da assistência, e, ao mesmo tempo, possibilitar ao conjunto de trabalhadores uma discussão e apropriação dos “novos” paradigmas da assistência social.

No ano de 2006, deu-se início à implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em São Leopoldo, tendo como objetivo norteador o processo de aproximação com os diversos serviços envolvidos na garantia de direitos nessa região. Tal aproximação se justifica pela necessidade de que se promova a interlocução entre tais serviços, a fim de unir forças no sentido de qualificar o atendimento às famílias, por meio da consolidação de um trabalho menos fragmentado. Através dessa interlocução entre as secretarias municipais de saúde, educação e assistência social vislumbra-se a efetivação da intersetorialidade.

A intersetorialidade é a "articulação de saberes e experiências no planejamento, realização e avaliação de ações para alcançar efeito sinérgico em situações complexas visando ao desenvolvimento social, superando a exclusão social" (JUNQUEIRA; INOJOSA, 1997). É uma nova lógica para a gestão da cidade, buscando superar a fragmentação das políticas, considerando o cidadão na sua totalidade. Isso passa pelas relações homem/natureza, homem/homem que determinam a construção social da cidade.

O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) comporta quatro tipos de gestão: dos Municípios, do Distrito Federal, dos Estados e da União. No caso da Gestão Municipal, três níveis são possíveis: inicial, básica e plena. O município de São Leopoldo se encontra no nível da gestão plena que segundo o SUAS,

Nível em que o município tem a gestão total das ações de Assistência Social sejam elas financiadas pelo Fundo Nacional de Assistência Social, mediante repasse fundo a fundo, ou que cheguem diretamente aos usuários, ou, ainda, as que sejam provenientes de isenção de tributos, em razão do Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social – CEAS (BRASIL, 2005 p. 25).

Suas responsabilidades são oferecer inclusão produtiva, prestar serviço de proteção especial, de média e alta complexidade. Já seus incentivos são participar da partilha dos recursos voltados à inclusão produtiva.

De acordo com os dados do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (2010), dos 5.564 municípios brasileiros, em junho de 2010, 5.526 (99,3%) estavam habilitados em algum dos níveis de gestão estabelecidos pela NOB/SUAS 2005, sendo 12,3% em gestão inicial, 80% em gestão básica e 7% em gestão plena. Apenas 38 municípios (0,7%) não estavam habilitados, o que demonstra a ampla adesão dos municípios ao Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

São Leopoldo está dividido em sete regiões, de acordo com a Secretaria de Assistência, Cidadania e Inclusão Social – SACIS: Norte, Nordeste, Centro, Leste, Oeste, Sul e Sudeste.

A territorialização permite que o município conheça melhor as necessidades e as potencialidades dos cidadãos, os locais vulnerabilizados e excluídos em suas

potencialidades. Trata-se da valorização da comunidade segundo características próprias; e, ao mesmo tempo, exigindo do Poder Público local o papel de catalisador de forças econômicas e sociais, fortalecendo as redes horizontais e intersetoriais.

Yasbek (2004) ressalta como um dos aspectos positivos desse sistema, a incorporação das demandas da sociedade na área da assistência social, a noção de território e a centralidade da família e de sua proteção integral.

O SUAS, cujo modelo de gestão é descentralizado e participativo, constitui-se na regulação e organização em todo o território nacional das ações socioassistenciais. Os serviços, programas, projetos e benefícios têm como foco prioritário a atenção às famílias, seus membros e indivíduos e o território como base de organização, que passam a ser definidos pelas funções que desempenham, pelo número de pessoas que deles necessitam e pela sua complexidade. Pressupõe, ainda, gestão compartilhada, cofinanciamento da política pelas três esferas de governo e definição clara das competências técnicas-políticas da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a participação e mobilização da sociedade civil e estes têm o papel efetivo na sua implantação e implementação (YASBEK, 2004, p. 32-33).

O município é considerado pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS) de grande porte, existem quatro Centros de Referência de Assistência Social, com média de 3.000 famílias referenciadas, sendo eles: CRAS Centro, CRAS Leste, CRAS Nordeste, CRAS Oeste e CRAS Norte, que conforme os requisitos da Gestão Plena contidos no SUAS,

c) estruturar Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), de acordo com o porte do município, em áreas de maior vulnerabilidade social, para gerenciar e executar ações de proteção básica no território referenciado, conforme critérios abaixo:

- Pequeno Porte I – mínimo de 1 CRAS para até 2.500 famílias referenciadas;
- Pequeno Porte II – mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas;
- Médio Porte – mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
- Grande Porte – mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas;
- Metrópoles – mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas; (BRASIL, 2005, p. 26).

De acordo com o SUAS,

Considera-se 'família referenciada' aquela que vive em áreas caracterizadas como de vulnerabilidade, definidas a partir de indicadores estabelecidos por órgão federal, pactuados e deliberados (BRASIL, 2005, p. 21).

O CRAS é um órgão público estatal considerado o principal instrumento da Proteção Social Básica. Nesse espaço são oferecidos serviços, programas, projetos e benefícios de Proteção Social Básica relativo às seguranças de rendimento ou autonomia; acolhida, convívio ou vivência familiar e comunitária. A ênfase desses serviços é o atendimento a família, mesmo que esses programas e benefícios socioassistenciais não sejam prestados diretamente no CRAS, esse mantém a referência para os devidos encaminhamentos.

O CRAS deve se localizar nas áreas de maior vulnerabilidade social, próximo aos possíveis usuários dos serviços. Dessa forma, os municípios devem identificar os locais de maior risco social e neles implantar um CRAS, com isso, procura-se romper com as ações que são feitas de cima para baixo, pois as demandas existentes no território devem ser identificadas e levadas em conta no momento do planejamento das ações.

Em cada uma das regiões de São Leopoldo, realizam-se mensalmente as reuniões da rede socioassistencial com integrantes das instituições prestadoras de serviços à população.

Entende-se por serviço o conceito de acordo com a PNAS/2004 e com a LOAS,

Atividades continuadas, definidas no art. 23 da LOAS, que visam à melhoria da vida da população e cujas ações estejam voltadas para as necessidades básicas da população, observando os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas nessa lei. A Política Nacional de Assistência Social prevê seu ordenamento em rede, de acordo com os níveis de proteção social: básica e especial, de média e alta complexidade (BRASIL, 2005, p. 20).

Esses encontros se constituem em um espaço democrático de debate e avaliação dos serviços prestados à população leopoldense. Oportunizam a participação dos profissionais envolvidos, assim como da população. Há a valorização da participação dos usuários não apenas como público-alvo das ações implementadas, mas realmente como sujeito de direitos, protagonizando o processo de controle social, através do acesso, avaliação e proposição das políticas sociais.

Tratar os cidadãos, situados num mesmo território e seus problemas de maneira integrada exige um planejamento articulado das ações e serviços. Mas isso só não basta. É necessário um novo fazer que envolva mudanças de valores, de cultura como um “fenômeno ativo, vivo, através do qual as pessoas criam e recriam os mundos dentro dos quais vivem” (MORGAN, 1996, p.135).

Esse novo modelo de gestão supõe um pacto federativo, com a definição de competências entre as esferas de poder (União, Estados e Municípios), sendo construído por meio de uma nova lógica de organização das ações, onde os programas, projetos e benefícios são estruturados por níveis de complexidade, na área da Proteção Social Básica e Proteção Social Especial (média e alta complexidade), constituindo-se numa rede de serviços hierarquizada, tendo como referência o território (regiões e portes de municípios).

2.2.1 Rede Socioassistencial Região Centro Sul e Sudeste

No ano de 2007 o CRAS Centro, realizava seus atendimentos da sede da SACIS, agrupando as regiões Centro, Sul, Sudeste e Nordeste. Nesse período, o objetivo principal foi o de mapeamento dos serviços da região para iniciar trabalho conjunto e evitar sobreposição de atendimento, através de encontros formados por microrredes.

Em 2008, o enfoque dessa região foi o de desvelar o papel de cada instituição que compunha o grupo, surgiram então as primeiras buscas por conceitos de rede e seus objetivos. O Sistema Único de Assistência Social SUAS também foi um dos pontos norteadores das discussões durante esse ano, além da apresentação dos serviços que compunham a rede. Em meio às descobertas sobre o trabalho em rede

os participantes perceberam a necessidade de realizar as reuniões nas diferentes regiões e a criação de Grupos de Trabalho para organização das mesmas.

Deve-se considerar ainda que o trabalho em Rede fortalece práticas descentralizadas, transmitem informações e ideias, criam condições para a produção de conhecimento e para a efetiva participação dos envolvidos e facilitam o monitoramento e a avaliação das ações na área da assistência social. No ano de 2009 a região nordeste foi separada das demais.

A região sudeste é formada pelos bairros Rio Branco, Santo André, Pinheiros e Campestre (São Cristovão, Vila Born, Parque Recreio e Monte Belo). A região sul é composta por Duque de Caxias, Santa Tereza, Jardim América, São Borja, Morro de Paula e a região Centro pelos bairros São José, Morro do Espelho, Fião, Cristo Rei e Padre Réus, essas cobertas pelo CRAS Centro.

De acordo com os dados do Guia *on-line* da Cidade de São Leopoldo Cidadania.com (2010), a região apresenta o total de 114 instituições cadastradas, onde 61% são de caráter governamental, 18% não governamental, 8,13% comunitários, 3,5% movimentos sociais e 2,38% empresarial. As políticas mais presentes na região são educação, criança e adolescente.

Em 2009 a região teve como temática a violência na juventude e construção de possibilidade a partir dos programas e projetos voltados para esse público.

Entende-se por Programas e Projetos, de acordo com o SUAS,

Programas: Compreendem ações integradas e complementares, tratadas no art. 24 da LOAS, com objetivos, tempo e área de abrangência, definidos para qualificar, incentivar, potencializar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais, não se caracterizando como ações continuadas.

Projetos: Definidos nos arts. 25 e 26 da LOAS, caracterizam-se como investimentos econômico-sociais nos grupos populacionais em situação de pobreza, buscando subsidiar técnica e financeiramente iniciativas que lhes garantam meios e capacidade produtiva e de gestão para a melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão de qualidade de vida, preservação do meio ambiente e organização social, articuladamente com as demais políticas públicas. De acordo com a PNAS/2004, esses projetos integram o nível de proteção social básica, podendo, contudo, voltar-se ainda às famílias e pessoas em situação de risco, público-alvo da proteção social especial (BRASIL, 2005, p. 20).

No ano de 2010 a temática eleita para aprofundamento foi a inclusão e a política para pessoas com deficiência. Para tanto foi trazido para a rede a realidade de São Leopoldo e realizado a sensibilização com a história de vida de uma pessoa com deficiência.

De acordo com os dados da Diretoria Municipal de Políticas para Pessoas com Deficiência de São Leopoldo, são 1.471 pessoas referenciadas, com faixa etária de 0 a 60 anos, na sua maioria com deficiência de nascença e do gênero masculino (SÃO LEOPOLDO, [2010a]). Os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam que 12% da população de São Leopoldo apresentavam alguma deficiência em 2000 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2000 apud SÃO LEOPOLDO, [200-]).

Os parâmetros mais comuns para se quantificar a parcela de pessoas com deficiências (PCD) entre a população em geral são as estimativas da Organização Mundial de Saúde (OMS). De acordo com a entidade, cerca de 10 % dos habitantes de todo o mundo apresentavam algum tipo de deficiência.

O Censo 2000 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), cujos dados finalizados foram divulgados no início de 2003, mostrou que aproximadamente, 24,5 milhões de pessoas ou 14,5% da população brasileira apresentam algum tipo de incapacidade ou deficiência. A dificuldade de ouvir, locomover-se, enxergar ou são portadoras de alguma deficiência física ou mental engloba 14 entre 100 brasileiros. Segundo o Censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), as PCD no Brasil estão assim distribuídas, 48,1% são deficientes visuais, 8,3% possuem deficiência mental, 4,1% deficiência física, 22,9%, deficiência motora e 16,7% deficiência auditiva.

No Decreto nº 3.298 de 1999 da legislação brasileira, encontram-se os conceito de deficiência e de deficiência física, conforme segue:

Art. 3: - Para os efeitos deste Decreto, considera-se: I - Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

Art. 4: - Deficiência Física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia,

monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções (BRASIL, 1999).

De acordo com dados do Observasinos (2010), referentes ao trabalhador com deficiência no Vale dos Sinos, no município de São Leopoldo,

As informações reunidas pelo Sistema Nacional de Emprego – SINE, durante o ano de 2009 indicam que foram ofertadas 135 vagas para pessoas com deficiência. O serviço contou com a inscrição de 288 trabalhadores, porém apenas 57 pessoas com deficiência conseguiram colocação no mercado de trabalho. Das vagas ofertadas, as deficiências mais solicitadas foram físico, auditivo e mental respectivamente por ordem de oferta. Poucas ofertas para deficientes visuais e cadeirantes (O TRABALHADOR..., 2010).

Os dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2003) mostram o desemprego entre as pessoas com deficiência. Das 24,5 milhões de PCD existentes no Brasil, 15,2 milhões têm entre 15 e 59 anos, portanto em idade de atuar no mercado de trabalho formal, porém 51% (7,8 milhões) estão empregados. O índice de ocupação entre as pessoas com de deficiência, nessa mesma faixa etária, é de 59%.

Segundo Fávero (2004, p.24),

Deficiência é uma limitação significativa física, sensorial ou mental e não se confunde com incapacidade. A incapacidade para alguma coisa (andar, subir escadas, ver, ouvir, etc.) é uma consequência da deficiência, que deve ser vista de forma localizada, pois não implica em incapacidade para outras atividades.

Na esfera privada a Lei Federal n.º 8.213/91, que regula a Previdência Social, em seu art.93, prevê proibição de qualquer ato discriminatório no tocante a salário ou critério de admissão do emprego em virtude de alguém portar deficiência. A empresa com 100 ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas com deficiência, habilitadas.

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I até 200 empregados... 2%;

II - de 201 a 500... 3%;

III - de 501 a 1.000..... 4%;

IV - de 1.001 em diante... 5% (BRASIL, 1991).

A Lei Federal n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990, art.5º, reserva um percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e define os critérios para sua admissão (BRASIL, 1990a).

Em concursos públicos federais até 20% das vagas são reservadas às pessoas com deficiência. Esse percentual não é o mesmo para cada estado, município ou para o distrito federal, porque é a lei de cada uma dessas entidades que irá estabelecer o percentual de quotas de admissão para os portadores.

§ 2º Às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso (BRASIL, 1990a).

Dentro do tema da inclusão, foi abordado também o caso da educação. A questão de escolaridade se torna uma barreira para que a PCD se insira nas organizações e as mantenham no emprego.

O professor Helvécio Siqueira, diretor da escola SENAI Ítalo Bologna, localizada na cidade de Itu, no interior do Estado de São Paulo, que hoje é referência em treinamento e qualificação de portadores de deficiência no país, afirma:

Já fizemos alguns estudos sobre portadores de deficiência e mercado de trabalho. Um deles mostra claramente a dificuldade de indústria admitirem PPD porque grande parte deles tem um retardamento escolar. Há um número expressivo de PPD que não concluíram o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio, que são requisitos básicos para essa pessoa se enquadrar tecnologicamente no mercado (CLEMENTE, 2003, p.61).

Para Siqueira (CLEMENTE, 2003) é essencial que se consiga que organismos educacionais sejam eles, públicos ou privados, municipais ou estaduais incluam essas pessoas novamente no processo de ensino regular, para que elas recuperem, seja por meio de supletivo, Telecurso 2000, etc., esse retardo escolar.

A Lei 9.394, atual legislação de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que prega a inclusão desde os primeiros níveis de ensino, para ser cumprida se faz necessário também à formação de docentes preparados e adequados para atenderem a essas classes especiais, há um número ainda pouco expressivo de professores capacitados para atuarem com portadores de deficiência, poucos ainda dominam a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) e poucas escolas geram material para deficiente visual em braile.

Em São Leopoldo no ano de 2007, foi inaugurada a primeira Sala de Recursos Multifuncionais do município localizada na Escola Municipal de Ensino Fundamental Paul Harris. No espaço da Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal de Ensino Fundamental Paul Harris é prestado o Atendimento Educacional Especializado para estudantes com deficiências.

De acordo com o site Portal de Acessibilidade, a Sala de Recursos Multifuncionais,

São espaços da escola onde se realiza o atendimento educacional especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos dos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar (RIO GRANDE DO SUL, [2010a]).

São Leopoldo possui em sua rede de ensino quarenta e seis escolas municipais de ensino fundamental (EMEF), sendo quinze até o 6º ano (antiga 5ª série) e vinte e uma até o 9º ano. Dessas, quinze oferecem o EJA (Educação de Jovens e Adultos) são dez escolas de Educação Infantil (EMEI) em turno integral, a Escola Jesus Menino (educação infantil em meio turno) e a Escola de Artes Pequeno Príncipe. Possui quinze Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), sendo onze em

fase de implantação e a aprovação junto ao MEC de outras quatro salas (previstas para 2012).

Dentro desse contexto, desde 2002 um grupo de professores (com formação profissional em fonoaudiologia, fisioterapia, psicologia, psicopedagogia) passou a realizar atendimentos aos alunos com necessidades educacionais especiais e com transtornos de aprendizagem inseridos na rede regular de ensino municipal no Serviço Especializado de Inclusão, vinculado à Secretaria Municipal de Educação.

A partir do ano de 2005, com a atual gestão, ocorreu uma série de mudanças. A primeira medida foi a de inseri-lo no Setor Pedagógico da SMED (Secretaria Municipal de Educação), valorizando esse espaço e a história já construída, tendo como meta principal a qualificação dos atendimentos, bem como o direcionamento para as áreas específicas. Buscou-se a ampliação dos atendimentos, partindo de uma reorganização discutida entre a própria equipe. Constituiu-se, então, o NAPPI (Núcleo de Apoio e Pesquisa ao Processo de Inclusão).

O NAPPI (Núcleo de Apoio e Pesquisa ao Processo de Inclusão) é um serviço formado por uma equipe interdisciplinar, vinculado à diretoria pedagógica da Secretaria Municipal de Educação. Sua atuação está focada em subsidiar a construção da Escola Inclusiva. Atua também na elaboração e fomento de políticas públicas voltadas à Inclusão Escolar. Suas ações estão em constante reestruturação, buscando com isso uma avaliação permanente das práticas e o estudo continuado das temáticas pertinentes à Inclusão. Para tanto, está organizado em subnúcleos, que realizam diversas atividades em consonância com as políticas públicas vigentes e parcerias com serviços/entidades existentes na comunidade.

De acordo com os dados da instituição, em 2010c, segundo o Censo foi cadastrado a matrícula de 220 alunos com deficiência na Rede Municipal de Ensino. Desses alunos, 108 foram atendidos nas Salas de Recursos Multifuncionais, sendo, 72 com deficiência mental, 15 com deficiência física, 15 com transtorno global do desenvolvimento, 3 com deficiência múltipla, 1 com deficiência auditiva, 1 com altas/super dotação e 1 com deficiência física/deficiência mental. Quanto aos atendimentos realizado no NAPPI (Núcleo de Apoio e Pesquisa ao Processo de Inclusão), foram 356 alunos, as principais deficiências foram transtornos e/ou dificuldades acentuadas de aprendizagem.

A instituição também atende as famílias, onde realiza intervenções visando orientar as famílias dos alunos com ou sem deficiência da importância da família no processo de desenvolvimento e de formação, ressaltando as habilidades e as potencialidades dos(as) filhos(as), proporcionando no grupo terapêutico a troca de experiências, discussões, orientações e reflexões solidificando as relações entre os componentes do grupo, de modo que compartilhem sentimentos e emoções, em 2010 foram 308 famílias atendidas.

Atualmente São Leopoldo conta com um Fórum de Educação Inclusiva, que foi criado para tratar da metodologia utilizada no ensino de pessoas com necessidades especiais.

A presente política do Ministério da Saúde, voltada para a inclusão das pessoas com deficiência em toda a rede de serviços do Sistema Único de Saúde (SUS), caracteriza-se por reconhecer a necessidade de implementar o processo de respostas as complexas questões que envolvem a Atenção à Saúde das pessoas com deficiência no Brasil. Suas principais diretrizes são a promoção da qualidade de vida; a prevenção de deficiências; a atenção integral à saúde; a melhoria dos mecanismos de informação; a capacitação de recursos humanos; e a organização e funcionamento dos serviços.

No Rio Grande do Sul, de acordo com o material produzido pela Secretaria Estadual da Saúde do Rio Grande do Sul, intitulado “O SUS e a Pessoa com Deficiência no RS 2010”, consta que,

A pessoa com deficiência tem o direito de ser atendida no SUS nas suas necessidades básicas e específicas de saúde por meio de ações de promoção, prevenção e reabilitação, incluindo a aquisição de recursos ópticos, órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção (RIO GRANDE DO SUL, 2010, 2010b).

A região Centro/Sul/Sudeste é o maior território demarcado e atendido apenas por um CRAS, localizado no centro de São Leopoldo, o que pode dificultar o acesso dos usuários aos seus direitos. Nas reuniões da rede socioassistencial na região não são todas as instituições que se fazem presentes, apesar de todas serem

convidadas, mas o importante nesses casos é o comprometimento dos participantes potencializando a rede existente.

2.2.2 Rede Socioassistencial Região Nordeste

O ano de 2009 marcou a separação do CRAS Centro, a partir do início do ano se constituiu uma equipe de referência para o CRAS Nordeste, tendo a partir de julho ocorrido à mudança da sede física para o Bairro Rio dos Sinos.

A região nordeste é composta pelos bairros Santos Dumont e Rio dos Sinos e aparece no Guia *on-line* Cidadania.com (2010), com 18 instituições cadastradas, sem 50% não governamentais e 33% governamental, os outros 17% representam instituições comunitárias. Como principal política de atuação na região está a educação.

As reuniões estavam paralisadas até maio daquele ano, quando aconteceu um encontro para discutir e pensar intervenções diante da transferência das famílias da linha do trem,

[...] referentes ao reassentamento de famílias que residiam na avenida Mauá e foram transferidas para o loteamento Padre Orestes em função das obras de extensão do metrô até Novo Hamburgo (TRENSURB..., 2010).

Foi realizado uma série de encontros com representantes da comunidade e das diversas secretarias envolvidas nesse processo: Secretaria do Estado do Planejamento e Secretaria Municipal de Habitação, além da Trensurb. A partir do mês de agosto tiveram início as discussões sobre o conceito de rede, as quais culminaram no processo de planejamento para o ano de 2010.

A formação de uma rede é um processo inacabado, está sempre em movimento e se faz necessário o envolvimento das pessoas para que se sintam pertencentes na rede.

Porém, a proposta de se trabalhar em rede não é nova. Há tempos organizações públicas e privadas estabelecem entre si relações para se chegar a objetivos comuns que transformam realidades. A novidade nesse sentido está na utilização desse instrumento no processo da gestão dos serviços sociais locais.

A rede sugere uma teia de vínculos, relações e ações entre indivíduos e organizações. Elas se tecem ou se dissolvem continuamente em todos os campos da vida societária, estão presentes na vida cotidiana (nas relações de parentesco, nas relações de vizinhança, nas relações comunitárias), no mundo dos negócios, na vida pública e entre elas. O que explica a existência de múltiplas redes são as necessidades humano-sociais que colocam em movimento a busca de interação e formação de vínculos afetivos, de apoio mútuo, para empreendimentos etc. Uma rede envolve processos de circulação, articulação, participação, cooperação. (CARVALHO, 2004, p.1).

A região nordeste passou a trabalhar em subgrupos para o planejamento para proposta de temas a serem discutidos no ano de 2010. O tema eleito foi o da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, pois é uma realidade na região.

De acordo com o Levantamento de Dados Sobre a Situação de Exploração Sexual de Crianças e de Adolescentes em São Leopoldo/RS (2009a), realizada pelo CEDECA Bertoldo Weber/PROAME, através de uma pesquisa junto a instituições e serviços da área governamental e não governamental, no período de julho e agosto de 2009, alguns dos resultados obtidos confirmam o que empiricamente já era de conhecimento dos agentes que trabalham na área da criança, porém outros surpreendem por suas características.

O PROAME/Centro de Defesa da Criança e do Adolescente Bertholdo Weber (CEDECA) é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, de utilidade pública municipal, estadual e federal, que atua desde 1988 no município de São Leopoldo/RS e no estado do RS, na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, atuando em dois eixos prioritários: intervenção na situação de rua e intervenção frente à violência doméstica, abuso e exploração sexual de crianças e de adolescentes. A partir desses eixos de trabalho, desenvolve ações em três programas específicos: Olhos da Rua; Travessia e Prevenção Primária na Comunidade.

De acordo com os resultados da pesquisa, todas as entidades pesquisadas consideram que podem auxiliar de alguma forma para o enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, através especialmente de projetos de prevenção (61,8%), do reconhecimento (32,4%) e encaminhamento (58,8%) de situações aos serviços responsáveis. Porém, apenas 26,5% das entidades pesquisadas realizam trabalho de atendimento e acompanhamento dos casos.

Sendo que 61,76% das entidades/serviços pesquisadas ainda não possuem uma metodologia específica para intervir frente a essas situações, apesar de 73,53% dessas reconhecerem que existem situações de exploração sexual entre o público atendido.

Apenas 35,3% consideram que sua instituição esteja preparada para intervir frente a esse problema, sendo que a maioria (76,5%) já realizou alguma discussão interna sobre o tema. A maioria das pesquisadas avalia as condições da rede de serviços para atuar frente à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes como “regular” (58,8%).

Das instituições pesquisadas, 55,9% responderam que encontram dificuldades para o encaminhamento das situações de exploração sexual, em especial por haver “fila de espera” e morosidade no atendimento (52,9%), falta de retorno sobre os casos encaminhados (38,2%) e falta de qualidade nos serviços oferecidos (29,4%). Outras 26,5% apontam problemas quanto à escassez de serviços que atendam a essa demanda específica.

Apesar da grande maioria das entidades participarem de espaços de articulação (91,2%), 79,4% consideram que seria necessária uma maior articulação entre os serviços e instituições que já atuam frente à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, enquanto que 52,9% afirmam que seria necessária uma maior qualificação dos serviços já existentes, outros 26,5% apontam a criação de mais serviços especializados como forma de melhorar a intervenção.

Em relação às características das crianças e adolescentes que são atendidas pelas entidades pesquisadas e estão envolvidos em situação de exploração sexual, os dados demonstram que a maioria deles se encontra na faixa etária de 12 a 18

anos (56%) e, ainda, frequentam escola. Nesses 56% das entidades referem que há também meninos em situação de exploração sexual.

As famílias da maioria dessas crianças e adolescentes se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social e na grande maioria das situações envolvem a exploração sexual e os familiares estão envolvidos com álcool e drogas.

Outro dado importante foi constatado que todas as entidades referem haver outras formas de violência presentes na vida das crianças e adolescentes que se encontram em situação de exploração sexual, como a violência física, psicológica, negligência e abuso sexual familiar.

Além das famílias, também em relação às crianças e adolescentes explorados sexualmente se observa o uso de drogas. Apenas 4% das entidades pesquisadas afirmam que não há esse cruzamento de problemas junto ao público atendido.

Os que “lucram” financeiramente com a exploração das crianças são redes de prostituição (apontadas por 48% dos entrevistados), a família da criança (52%) e agenciadores (gigolôs) (36%).

Pessoas da própria comunidade onde residem as crianças e adolescentes são apontadas como “clientes” que pagam pelo “programa sexual” (64% dos entrevistados), assim como pessoas de fora do município (40%).

É interessante ressaltar que 100% dos entrevistados consideram que quem paga pelo “programa sexual” com uma criança ou um adolescente está cometendo um crime.

A exploração sexual ocorre em sua maioria nas ruas (88% das respostas), nas estradas RS e BR (44%), em bares/boates (40%) e festas/bailes (44%).

O tráfico de drogas está presente junto à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes na maioria das comunidades pesquisadas, agravando o problema e também a sua solução, pois apenas 4% não identificam esse cruzamento de problemáticas.

A comunidade, em sua maioria, reage com indiferença à exploração sexual (72%), enquanto que 68% dos entrevistados se referem que as pessoas ainda

encaram com preconceito a exploração sexual (68%). Já os 40% dos pesquisados percebem que a reação da comunidade é de preocupação pela menina ou menino, enquanto que 24% referem reações de revolta contra esses por parte da comunidade local.

No Brasil a submissão da criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual comercial é considerada crime pelo Estatuto da Criança e Adolescente. A criança ou adolescente que oferece seus serviços sexuais seja de forma forçada ou espontânea, é considerada prostituída e não prostituta, já que não possui condições emocionais e psicológicas para fazer essa escolha livre e conscientemente.

O Instituto WCF-Brasil na obra intitulada “Refazendo laços de proteção”, conceitua que:

A exploração sexual comercial de crianças e adolescentes é caracterizada pela relação sexual de uma criança ou adolescente com adultos, mediada por dinheiro ou por troca de favores. Ela abrange diversas formas de manifestação, como as relações sexuais em troca de favores (comida, drogas etc.), o turismo sexual, a pornografia (principalmente pela Internet) e o tráfico para fins de exploração sexual (WCF-BRASIL, p. 31, 2006).

No Brasil o Serviço de Enfrentamento da Violência, do Abuso e da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes está ligado ao Ministério de Desenvolvimento Social e de Combate à Fome (MDS), é coordenado pela Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) e faz parte do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (2001).

No Rio Grande do Sul esse Serviço está ligado à Secretaria da Justiça e Desenvolvimento Social e é coordenado pelo Departamento de Assistência Social.

Em São Leopoldo esse Serviço é coordenado pela Secretaria Municipal de Assistência, Cidadania e Inclusão Social (SACIS) e sua existência é parte de um compromisso assumido pelo Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Doméstica, do Abuso e da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes e pela Rede Municipal de Enfrentamento da Violência contra Criança e Adolescente que é

responsável pelo monitoramento da implementação das metas propostas para o triênio 2010-2012.

De acordo com o Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Doméstica e Sexual contra Crianças e Adolescentes de São Leopoldo,

A articulação desta Rede Municipal de Enfrentamento da Violência contra Criança e Adolescente constitui um espaço de referência no Município para as discussões relativas à violência doméstica, ao abuso e à exploração sexual praticados contra crianças e adolescentes, congregando parceiros preocupados em qualificar o espaço de intervenção e propiciar a necessária articulação entre os vários serviços e entre as políticas de atenção que se propõe a abordar essa questão (SÃO LEOPOLDO, 2010b, p. 01).

São eixos estratégicos do Plano Municipal de Enfrentamento da Violência Doméstica e Sexual contra Crianças e Adolescentes de São Leopoldo:

- eixo 1: Análise da situação;
- eixo 2: Mobilização e articulação;
- eixo 3: Defesa e responsabilização;
- eixo 4: Atendimento;
- eixo 5: Prevenção;
- eixo 6: Protagonismo juvenil.

A rede socioassistencial da região nordeste é bem articulada e comprometida em suas ações. Cabe salientar a participação dos jovens do PROJOVEM, presentes todos os meses nas reuniões e mostrando um engajamento com as problemáticas da comunidade se mostrando participativos nas atividades propostas. A contribuição dos Agentes de Saúde na construção de um plano de ação para a região com bases na realidade local vivenciada diariamente em seus postos de trabalho faz a diferença no direcionamento das ações.

2.2.3 Rede Socioassistencial Região Leste

A região Leste é formada pelos bairros Madezatti, Cohab, Seller, São Geraldo, Independência, Santa Cecília, Jardim Das Acácias, Jardim Cora, Alto Feitoria, Jardim Uirapuru, Loteamento Do Vale, Feitoria Nova. Considerando a significativa população da região que atualmente é em torno de 35.000 habitantes conforme dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2000). De acordo com o Guia *on-line* Cidadania.com (2010), a região leste possui 18 instituições cadastradas no guia, sendo 67% governamentais, 11% não governamentais, 11% movimentos sociais e 11% de caráter comunitário.

Devido aos diversos desdobramentos da questão social, é criado o CRAS na região, em dezembro de 2006, como instrumento de efetivação da política de assistência social.

A equipe do CRAS passou a fazer sua primeira inserção na comunidade através do mapeamento do território e encontros periódicos com as lideranças comunitárias na intenção de trazer para dentro do território os serviços antes prestados somente no centro da cidade e que muitos não tinham condições financeiras de fazer essa locomoção.

Para concretizar a aproximação entre CRAS e comunidade, no ano de 2007 houve uma oficina de grafiteagem, onde os moradores da região grafitaram as paredes do CRAS, trazendo assim sua identidade para o local.

Gohn (2005, p. 32) relata que,

Com a identidade e o reconhecimento inicia-se o processo de dar sentido às ações, individuais ou coletivas. Nesse processo, os indivíduos, de atores sociais-que ocupam diferentes lugares na estrutura na estrutura social (como pais, trabalhadores, membros de alguma organização, movimento, partido, sindicato, religião etc.)-transformam-se em sujeitos, autores de ações históricas que ultrapassam as ações contidas no desempenho individual ou grupal.

No ano de 2008, foi viabilizada a primeira ação provinda das reuniões da rede local, a 1º Jornada de Valorização a Vida, onde houveram palestras de oficinas com a participação de grande parte da comunidade.

Em parceria com o Serviço de Atendimento Especializado-SAE em 2009, a rede mais uma vez realizou um evento para a comunidade, devido ao Dia Mundial de Combate ao HIV/AIDS e a comunidade prestigiou o evento trazendo a importância do tema para os moradores.

A caminhada da rede é longa e árdua, as efetivações das relações são frágeis, mas nas reuniões realizadas no decorrer do ano de 2010 foi possível pensar junto com a rede a organização de um seminário com o tema centrado na violência, já que é uma demanda da região. Com isso nasceu o Seminário da Rede Leste: Violência e Direitos Humanos, um diálogo possível? Esse evento contou com a participação de pessoas de todo o município, representantes de instituições e sociedade civil. Foi uma conquista da rede que se sentiu responsável pela organização e se mostrou participativa. A rede realiza uma operação de potencialização ou empoderamento, cada integrante da rede recebe um investimento de confiança e poder.

Neste contexto, entende-se por violência o conceito utilizado na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (1ª CONSEG), realizada no ano de 2009,

O conceito de violência é muito amplo e variado, tal qual as suas formas de manifestação. De acordo com a definição da Organização Mundial da Saúde (OMS), violência é 'o uso intencional de força ou de poder físico, na forma real ou de ameaça, contra si mesmo, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou comunidade, que resulta ou tem grandes chances de resultar em ferimentos, morte, danos psicológicos, subdesenvolvimento ou privação' (BRASIL, 2009b).

De acordo com os dados do Mapa da Violência no Brasil (WAISELFISZ, 2011), em 1996, a taxa de homicídios juvenis foi de 41,7 em 100 mil. Atualmente, com os dados correspondentes a 2008, o país está com 52,9 vítimas juvenis. Jovens mortos em acidentes de transporte eram 24,2 em cada 100 mil em 1996; agora, são 25,7 em 100 mil. Em suicídios subiram de 4,8 em 1996 para 5,1 em 2008.

Segundo os dados (WAISELFISZ, 2011), entre 556 municípios com maiores taxas de homicídios na população total brasileira, estão 21 municípios do Rio Grande do Sul. Os municípios gaúchos que se destacam são Alvorada (252º lugar), Porto Alegre (281º lugar), São Leopoldo (365º lugar), Guaíba (455º lugar) e Canoas (545º lugar).

Em pesquisa realizada em São Leopoldo e publicada no livro “Para além de um monótono estribilho”, foram aplicados 485 questionários com jovens de 15 a 30 anos. Constavam 47 perguntas relacionadas com questões sobre violência, razões da violência, segurança e com posturas possíveis, manifestadas em sugestões ante os problemas percebidos. Os locais de aplicação foram onze escolas, escolhidas aleatoriamente, procurando atingir as diferentes realidades juvenis.

Destes 27,8% são de meninas de 15 a 17 anos, das quais 54,5% vivem com os pais separados; 27,6% são de meninos de 15 a 17 anos, dos quais 34,3% vivem com os pais separados. Se 20,7% vivem com a mãe e 15,2% vivem com nenhum dos dois. É significativa a diferença de pais de meninos e meninas que vivem separados, havendo uma diferença de percentuais de 17,8 pontos entre os sexos, aparentemente em favor dos meninos; 55,6% dos entrevistados(as) do Pró-Jovem Urbano não moram junto com os pais, ao passo que 59,3% dos entrevistados da escola São Luís moram com os pais.

Quando perguntados sobre o local onde a violência pode acontecer, destacaram-se três lugares, tais como a rua, com (60,0%), a mais “perigosa”; a casa, um “ninho” que esconde muita violência (com 12,4%) e em terceiro lugar vem a escola (9,6%).

Na questão referente às razões da violência juvenil, identificou-se que a juventude leopoldense afirma que, entre as cinco razões, a que faz nascer mais violência é a situação familiar (59,3%); em segundo lugar vem a falta de oportunidade de estudar, trabalhar e ter comida em casa (58,3%) e em terceiro lugar a violência é causada “pela falta de amor à vida” (53,5%).

Na relação violência e tráfico de drogas ficou evidenciado que 42,8% apontam que seja pela oportunidade de ganhar dinheiro, os jovens se tornam violentos porque no tráfico de drogas o dinheiro é fonte de poder.

A desestrutura familiar aparece como a resposta que se destaca, com 46,5% com a causa mais importante da violência juvenil em São Leopoldo.

Diante de todos esses dados, justifica-se a escolha da região leste como temática para 2010. O diferencial da região em questão é a participação ativa do Grupo de Convivência de Idosos e da Associação de Moradores do Bairro, sempre presente nas reuniões, trazendo a realidade da comunidade para o grupo ter condições de fazer propostas condizentes com as necessidades da comunidade.

2.2.4 Rede Socioassistencial Região Norte

A região norte do município de São Leopoldo é composta pelos bairros Campina, Arroio da Manteiga, Scharlau e Boa Vista e possui aproximadamente 59.000 habitantes. De acordo com os dados do Guia *on-line* Cidadania.com (2010), existem 35 instituições cadastradas sendo, 50% governamentais, 22% não governamentais, 11% comunitária e movimentos sociais e 6% de caráter religioso. Nessa região está situado desde maio de 2007 o CRAS Norte, para realizar atendimentos e promoção de ações do SUAS é a porta de entrada do cidadão à rede de proteção social básica.

A rede socioassistencial da região tem como grande conquista no ano de 2009 a realização do Seminário “Sexualidade Humana: Avanços e Desafios em uma Sociedade em Rede”, ocorrido em 23 de outubro de 2009.

Para contextualizar a sexualidade humana, será utilizado mais uma vez do material produzido pelo Instituto WCF-Brasil, intitulado “Refazendo laços de proteção”, onde é tratado o tema da sexualidade na infância e adolescência, com o mesmo enfoque utilizado no seminário.

É impossível pensar a vida humana sem a dimensão da busca do prazer, questão essa determinante da sexualidade. De acordo com estudos realizados pelo Instituto WCF-Brasil, que,

A sexualidade, para além do sexo, relaciona-se com a busca de prazer desde o nascimento, portanto, faz parte inerente da vida. A sexualidade permeia pensamentos, sentimentos, ações e as relações humanas de um modo geral e faz parte da saúde física e mental (WCF_BRASIL, p. 20, 2006).

O tema surgiu de uma demanda da comunidade devido a sexualidade precoce apresentada nas crianças nas escolas, então se tornou necessário abordar o assunto principalmente na perspectiva de um trabalho sistemático de orientação sexual. É desejável que os educadores possam desenvolver atitudes de abertura para analisar e rever os próprios valores e crenças, assim como ampliar as possibilidades de compreensão e acolhimento de valores e atitudes muito diversos dos seus.

A partir da constatação da importância de trabalhar as questões da sexualidade nos espaços educativos, desde 1995 já existe a possibilidade dada pela política pública oficial na área da educação - os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). Trata-se da inclusão de Orientação Sexual como um dos temas transversais propostos para serem abordados ao longo de todo o ensino fundamental.

De acordo com a Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (1997, p. 54),

A prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes deve se dar dentro de um trabalho educativo global, enfocando a educação para saúde sexual, seja esse trabalho realizado em casa, na escola ou numa entidade social. A sexualidade das crianças e dos adolescentes precisa se desenvolver em um ambiente propício, para que eles tenham uma vida sexual saudável e feliz. A prevenção e o cuidado em relação à violência sexual não podem se transformar em medo de sexo. Sexo não é ruim.

O Seminário “Sexualidade Humana: Avanços e Desafios em uma Sociedade em Rede” contou com a participação de diversas instituições governamentais e não governamentais do município e representantes da sociedade civil também se fizeram presentes dando a real importância ao tema na região.

No ano de 2010, com as constantes demandas oriundas da saúde, a rede iniciou a mobilização para a constituição de um Projeto de Implantação do Conselho Local de Saúde na Zona Norte de São Leopoldo.

A regulamentação da saúde como direito através do Sistema Único de Saúde (SUS) se dá pela Lei 8080/90, que aponta no Art. 3º os seguintes fatores determinantes e condicionantes para a saúde “a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte, o lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais.” A participação da sociedade na Política de Saúde estava prevista na Lei 8080/90, porém a mesma foi vetada, mas por pressão da sociedade civil posteriormente foi regulamentada pela Lei 8142/90 que dispõe sobre a participação da sociedade na gestão do Sistema Único de Saúde. A Lei 8142/90 define duas instâncias de participação da sociedade, a Conferência de Saúde e o Conselho de Saúde.

O Conselho Local de Saúde é uma instância colegiada de caráter permanente, deliberativo, consultivo e fiscalizador das ações e serviços na área de abrangência da unidade básica de saúde. As atribuições do Conselho Local de Saúde são propor, acompanhar, fiscalizar e avaliar as atividades das unidades básicas de saúde e os serviços prestados à população; participar da elaboração e aprovação do Planejamento Local de Saúde; participação na Conferência Local de Saúde e Pré-Conferência Municipal de Saúde.

O Conselho Local de Saúde no município de São Leopoldo está previsto no Regimento Interno do Conselho Municipal de Saúde (CMS/SL), em seu artigo 49, conforme os regulamentos e diretrizes gerais para formação e funcionamento dos Conselhos Distritais de Saúde (CDS) e dos Conselhos Locais de Saúde (CLS) que foram aprovados pelo plenário do Conselho Municipal de Saúde (CMS/SL).

A idealização do Conselho Local de Saúde na região norte do município se justifica pelas características da região, tais como a distância da população ao centro da cidade; a vulnerabilidade e risco social das famílias residentes; as precariedades habitacionais; o reassentamento de 1090 famílias que estão nas margens de arroios (questões ambientais); o grande número de idosos e crianças; o elevado número de crianças fora da escola; crescente índice de usuários de drogas e violência.

Ressalta-se ainda, que a região possui um histórico de mobilizações populares, além de contar com uma rede de entidades e instituições públicas e privadas articulada.

A criação do Conselho Local de Saúde proporciona o exercício da cidadania em que o cidadão não apenas reivindica seus direitos, mas também, tem a possibilidade de conhecer e colocar em prática seus deveres individuais e coletivos.

O projeto do Conselho Local de Saúde da Zona Norte foi apresentado na Plenária do Conselho Municipal de Saúde de São Leopoldo, onde foi solicitada à criação de um regimento interno, que está atualmente em andamento.

As reuniões da região norte são marcantes pela ampla participação das instituições e principalmente pela presença das escolas e equipes de saúde que atendem o território.

2.2.5 Rede Socioassistencial Região Oeste

A região oeste é composta pelos bairros São Miguel, São João Batista e Vicentina e abriga em torno de 21.000 habitantes, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010). O CRAS está presente na região desde junho de 2006. De acordo com as informações do Guia *on-line* Cidadania.com (2010), a região apresenta 15 instituições cadastradas, sendo 66% de caráter governamental, 20% não governamental, 7% comunitário e 7% movimentos sociais.

O bairro Vicentina foi selecionado pelo Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI) como Território de Paz, onde está previsto um conjunto de 13 ações do PRONASCI, visando o combate e prevenção à criminalidade. Dessas 8 ações já estão sendo realizadas:

- Mulheres da Paz: Foram selecionadas 200 lideranças femininas que estão sendo capacitadas para atuarem na prevenção e redução das violências, criando condições para o resgate da juventude e adolescentes expostos à violência doméstica e urbana.
- Justiça Comunitária: O projeto conta com 15 lideranças comunitárias que estão sendo capacitadas para atuarem em três frentes: na educação para os direitos sociais, na mediação comunitária dos conflitos e na animação e motivação das redes sociais.

- PROTEJO: O Programa de Jovens em Território Vulnerável (PROTEJO), possibilitará que 350 jovens, com idade de 15 a 24 anos, atuem como agentes intensificadores de uma cultura de paz e promotores dos direitos humanos. (fase de implementação)
- Polícia Comunitária: O objetivo é estabelecer uma relação de confiança e aproximação com a comunidade, atuando de forma preventiva e com uma abordagem ampla para solução de problemas.
- Economia Solidária: Visa a construção de uma política pública que construa a economia solidária como uma das estratégias alternativas de prevenção à violência.
- Praça da Juventude: É um complexo com quadra poliesportiva coberta, vestiários, teatro de arena, campo de futebol, pistas de corrida, área de ginástica e centros de convivência da terceira idade.
- Micros Projetos de Cultura: Iniciativas sócio culturais de artistas, grupos independentes, pequenos produtores, grupos étnicos e de tradição cultural serão financiados para desenvolver suas propostas.
- PROCON com a Comunidade: É um PROCON itinerante para atender as demandas dos consumidores em seus bairros para orientar e resolver os conflitos de relações de consumo sejam de produtos ou serviços (BRASIL, 2007b)

Em 2010, a região tratou de temas referentes à apresentação do Programa Saúde da Família (PSF), iniciado em 1994 como um projeto do Sistema Único de Saúde (SUS) e conforme o Ministério da Saúde (2010),

A Saúde da Família é entendida como uma estratégia de reorientação do modelo assistencial, operacionalizada mediante a implantação de equipes multiprofissionais em unidades básicas de saúde. Estas equipes são responsáveis pelo acompanhamento de um número definido de famílias, localizadas em uma área geográfica delimitada. As equipes atuam com ações de promoção da saúde, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, e na manutenção da saúde desta comunidade.

Em São Leopoldo existem 18 Unidades Básicas de Saúde (UBS), dessas 9 contam com Equipes de Saúde da Famílias que desenvolvem ações com o objetivo de prevenir as doenças e promover a saúde.

A Estratégia de Saúde da Família promove ações em saúde e identificam os problemas da comunidade, através de visitas domiciliares, atendimentos/consulta na UBS, cadastramento das famílias e pela formação de grupos comunitários.

A equipe é responsável por até 4.000 pessoas devidamente cadastradas, em uma área delimitada de atuação. A população não cadastrada pelo Programa de Saúde da Família pode buscar por atendimento com as equipes de profissionais que atuam nas Unidades Básicas de Saúde do modelo tradicional.

Na maioria das UBSs, a população não cadastrada pode contar com atendimento de médicos clínicos, pediatras, ginecologistas e atendimento odontológico. atendimentos referentes à curativos, vacinação e outros procedimentos de enfermagem são realizados para toda a população, cadastrados ou não.

O município de São Leopoldo possui uma rede de atenção básica voltada para a prevenção das doenças, evitando que elas aconteçam, e buscando mais qualidade de vida para a população.

As questões relativas ao atendimento da saúde dos usuários não cessaram as inquietações da região oeste, o tema foi discutido em outras reuniões e foi eleito novamente para 2011.

2.2.6 Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher

Embora nenhuma das redes socioassistenciais tenham abordado a temática da violência doméstica contra mulher em 2010, o protagonismo feminino e a violência contra as mulheres eram os principais temas de formação das promotoras Legais Populares (PLP's) e do Fórum de Mulheres de São Leopoldo (FMSL) desde a sua estruturação (1998- PLP's e FMSL-2000).

A Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher foi articulada em 2005 entre instituições e serviços governamentais e organizações da sociedade civil com o objetivo de identificar, ampliar e qualificar os atendimentos, bem como encaminhar adequadamente os casos de violência nas comunidades.

Em 2005 o município de São Leopoldo criou o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, realizou duas conferências municipais (em 2005 e em 2007), reunindo cerca de 2,8mil mulheres, iniciativa que culminou na elaboração do Plano

Municipal de Políticas para as Mulheres. Desenvolveu ações educativas na área da prevenção ao câncer de mama, ao colo de útero, às doenças sexualmente transmissíveis/ AIDS e à gravidez precoce; capacitou profissionais da saúde e da educação para o desenvolvimento de projetos nas escolas. Idealizou o Fórum Regional Vale dos Sinos de Organismos de Políticas para Mulheres e promoveu em Encontro Estadual de Prefeituras com a presença da ministra Nilcéa Freire com objetivo da assinatura do Pacto de Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres.

O município aderiu ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. A iniciativa de construir um programa permanente de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher também repercute na criação do Centro da Referência e Apoio à Mulher Vítima de Violência, o Centro Jacobina, que desde outubro de 2006 atende essa demanda. A violência doméstica seja psicológica, moral ou física, não tem distinção de raça, classe social, grau de instrução ou idade, atingindo pessoas de todas as regiões da cidade e de outros municípios, de todos os níveis educacionais e de todos os estados civis.

Os dados do monitoramento (CENTRO JACOBINA, 2010) realizado entre setembro de 2006 até 31 de março 2010 totalizaram 1.677 mulheres referenciadas no Centro Jacobina. Dessas mulheres 407 residem na Região do CRAS/Centro; 392 na Região do CRAS/Norte; 324 na Região do CRAS/Nordeste; 276 na Região do CRAS/Leste; 157 na Região do CRAS/Oeste e 48 são provenientes de outros municípios. A faixa etária revela que 535 têm entre 18 a 30 anos, 481 entre 31 a 40 anos; 403 de 41 até 50 anos; 185 entre 51 a 60 anos e 73 a partir de 61 anos ou mais de idade.

Sabe-se pelo levantamento que 84 mulheres não são alfabetizadas, 677 têm ensino fundamental incompleto, 238 em curso para conclusão do ensino fundamental, 196 concluíram o segundo grau e 62 com curso superior. Quanto ao estado civil 642 são solteiras, 382 casadas, 284 com união estável, 80 viúvas e 194 divorciadas.

Um total de 468 mulheres têm 2 filhos, 315 são mães de 3 filhos e 320 com 4 ou mais filhos, 326 apenas 1 filho e 73 não possuem filhos. E o tipo de violência, registradas num total de 1365 psicológica, 830 física, 605 moral, 229 patrimonial, 81

sexual e 22 sociais e referente a etnia, 448 brancas 59 mulheres afro-descendentes, 23 pardas, 02 indígena e nenhuma asiática.

E o homem em situação de agressividade na maioria dos atendimentos são os maridos, os companheiros, ex-companheiros, ex-namorados, filhos e netos, entre outros.

Em 2010 foi dado início ao projeto de capacitação regional de profissionais para o atendimento a mulheres em situação de violência. Desde 2007, vêm sendo realizadas oficinas de formação de gênero e de sensibilização para o enfrentamento à violência em diversos bairros da cidade.

Foi implementada a campanha anual dos 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra a Mulher, sempre no período de 25 de novembro a 10 de dezembro, instituída a Semana Municipal da Mulher, alusiva ao Dia Internacional da Mulher e criado o Centro de Capacitação de Mulheres para o trabalho e Geração de Renda, com equipamentos para o desenvolvimento de cursos profissionalizantes nas áreas de costura, alimentação e cozinha, embelezamento, marcenaria, trabalho doméstico, economia solidária e informática.

As reuniões da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher acontecem mensalmente, em espaços estrategicamente articulados, possibilitando assim o fortalecimento das relações entre os serviços e as pessoas.

2.2.7 Um Apanhado das Redes de São Leopoldo

Importante trazer para a contextualização das redes de São Leopoldo é de que as reuniões ocorridas nas regiões eram conhecidas como “Reunião do CRAS”, somente a partir de 2009 passaram a ser reconhecidas como “Reunião da Rede Socioassistencial”, trazendo assim a identidade própria para o espaço.

Ao fazer uma análise geral da Rede Socioassistencial de São Leopoldo, percebe-se que 18% dos assuntos incluíram apresentações dos serviços da rede, demonstrando ainda dúvidas quanto aos encaminhamentos dentro da rede, 16% foram relacionados à saúde, 11% abrangeram a importância do acolhimento na rede

socioassistencial, 9% dos assuntos tiveram relação com a violência, 7% dos assuntos foram referentes à inclusão das pessoas com deficiência e 4% sobre exploração sexual de crianças e adolescentes.

Quanto aos participantes, a grande maioria foi de serviços governamentais representando 75% em toda a rede socioassistencial. Serviços não governamentais representaram 24% e sociedade civil apenas sendo 1% de participação.

Em 2010, das cinco regiões, duas executaram ações locais. A Região Leste organizou um seminário sobre Direitos Humanos e Violência. A Região Norte mobilizou seus participantes a fim de implantar um Conselho Local de Saúde que está em processo de aprovação no Conselho Municipal de Saúde.

Como ação conjunta da Rede Socioassistencial de São Leopoldo, organizou-se um Seminário intitulado “Redes Locais e Socioassistenciais de São Leopoldo. Quem somos? O que fazemos?”, o evento aconteceu no dia 23 de novembro de 2010, com a participação de representantes das cinco regiões, aproximadamente 300 pessoas estavam presentes no auditório da antiga sede da Unisinos.

No seminário foi apresentado, o projeto Cidadania.com e dados quantitativos das regiões, como número total de instituições cadastradas, número de instituições por política ou área de atuação e a caracterização governamental, não governamental, movimentos sociais, movimentos religiosos ou movimentos comunitários.

A partir da inserção do projeto Cidadania.com nos espaços de discussões das redes, foi possível reunir informações importantes, assim caracterizando o Cidadania.com como um o instrumento de coleta de dados muito rico, com vistas a sociabilizar informações relativas aos serviços sociais disponíveis no município de São Leopoldo, com objetivo de disponibilizar informações sobre as organizações, serviços e direitos de cidadania, oportunizando o acesso e controle das políticas sociais pela comunidade leopoldense.

A socialização das propostas e ações discutidas nestes espaços por meio do Cidadania.com, contribuíram para que o projeto se fortalecesse enquanto um meio real de potencialização da articulação da rede. A cada encontro percebeu-se um entrosamento maior do projeto Cidadania.com com as demais instituições da

rede socioassistencial de cada região, resultando em um aumento de acessos ao site após essa inserção no campo visível, saindo do virtual.

Após tantos encontros cada região teve a possibilidade sistematizar as ações realizadas e elaborar um trabalho para a apresentação nesse dia, um momento de encontro entre todas as regiões de São Leopoldo aconteceu pela primeira vez para socialização de seus trabalhos.

O projeto Cidadania.com passou a ser reconhecido como integrante da rede socioassistencial de São Leopoldo e marcou presença nos eventos do município, como o Seminário Nacional de Discussão e Enfrentamento à Violência Letal contra Adolescentes e Jovens e do 2º Seminário do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS) de São Leopoldo- "Vínculos como possibilidade de intervenção", com o propósito de dialogar com as áreas de psicologia, educação social, direito e serviço social.

No próximo capítulo, apresentar-se-á a contribuição do projeto Social Cidadania.com através da presença na Rede Socioassistencial de São Leopoldo.

3 O CIDADANIA.COM E A PRESENÇA NAS REDES SOCIOASSISTENCIAIS DE SÃO LEOPOLDO



Figura: 6
Fonte: Cidadania.com

“Aproveito para dizer que admiro muito a responsabilidade, envolvimento e interesse do Cidadania.com pela rede e pelas políticas públicas (...)

(...)se diferencia das por este interesse e que demonstra com a rede e demais conteúdos que envolvem as políticas sociais. São desses tipos e caráter que o Brasil precisa.”(Conexão SACIS)

A Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, desenvolve projetos sociais, anteriormente denominados de programas de extensão e atualmente ligados diretamente à Ação Social, órgão junto à reitoria da Universidade.

Dentre esses programas, encontra-se o extinto PRUMO - Programa de Unidades Móveis em Saúde Coletiva. O programa foi criado pela Universidade, em 1993, tendo como perspectivas de trabalho Saúde Coletiva, interdisciplinaridade e educação popular, sendo o seu âmbito de atuação as comunidades carentes da zona norte de São Leopoldo.

O programa era composto por seis áreas de conhecimento, Biologia, Educação Física, Enfermagem, Nutrição, Psicologia e Serviço Social, os quais atuavam em cinco comunidades da já mencionada zona da cidade.

No decorrer da prática junto ao grupo dos professores e monitores, observou-se grande dificuldade de ação, por desconhecerem as informações, sobre serviços e organizações sociais da cidade. E sendo que essas informações não se encontravam disponíveis em qualquer instância da cidade, estado, assim como da Universidade.

Neste contexto, no ano de 1999, foi criado o Manual de Cidadania, um guia de informações sociais da cidade de São Leopoldo, que foi concebido em dois formatos, *on-line* e impresso, sendo o impresso distribuído para as organizações sociais do município. A elaboração do projeto coube à área de Serviço Social, sob a coordenação da assistente social Prof^a Rosangela Barbiani. Já no ano de 2003, sob a coordenação da Prof^a Marilene Maia, da área de Serviço Social, em ocasião dos dez anos do Programa (PRUMO), o projeto é relançado sob nome de Cidadania.Com, devido à disponibilização apenas o formato *on-line*.

Esse relançamento foi precedido de uma longa avaliação do projeto, no qual se constatou que muitas organizações tinham o manual, mas não o utilizavam no seu cotidiano, se transformando em alguns casos em um “guia telefônico”; outra era a de que não havia comprometimento com a atualização das informações prestadas pelas próprias organizações.

O novo formato *on-line* se deve à redução de custos e sua viabilização pela Universidade, assim como pela potencialização de atualização mais frequente. Sua formatação através do Programa de *Software* Livre GNU/LINUX foi idealizado com vistas a possíveis mudanças em relação a sua coordenação possibilitada para todo e qualquer segmento ou setor interessado. Evidentemente que essa construção apresenta uma série de limites e contradições implicadas a uma construção coletiva e social, já que apesar de ser uma iniciativa da universidade, ela só tem sua viabilidade com a parceria das diferentes organizações sociais do município.

Dentro dessa nova visão o Cidadania.com, pode ser potencializado como uma ferramenta facilitadora dos processos de trabalho social, com ênfase à realidade das comunidades, organizações, agentes sociais, tendo como um dos diferenciais o fácil acesso das informações por parte dos agentes internos da Instituição.

Segundo Dowbor (2007, p.18):

A informação bem organizada e disseminada constitui um elemento essencial da democracia participativa, ao facilitar as opções racionais dos diversos atores sociais. Mas não substitui a iniciativa do Estado e o planejamento estratégico.

Nessa perspectiva que se pode avaliar as possibilidades do Cidadania.com, no âmbito interno e externo da Instituição, como sendo um dos atores e um dos canais para a divulgação de informações na perspectiva cidadã e de fortalecimento da Rede Socioassistencial do município.

Com o objetivo de melhor ilustrar o tema, dividiu-se o capítulo em três itens. No primeiro item trataremos como tema central as contribuições da UNISINOS e do projeto Cidadania.com para através da presença nas redes de São Leopoldo, um pequeno resgate das ações da universidade na comunidade revelando a preocupação com o desenvolvimento em torno de seu território.

O segundo item discorre sobre a necessidade da visibilidade das políticas públicas e a informação como direito adquirido de democratizar e publicitar as informações.

No terceiro item, o foco é a intersetorialidade das políticas sociais como requisito para as políticas setoriais, a articulação entre instituições governamentais e não governamentais, da troca de saberes técnico que a intersetorialidade oportuniza e por fim o desafio permanente tanto numa perspectiva organizacional, política, cultural e social existente nesse processo.

A seguir, contextualizar-se-ão as contribuições tanto por parte da UNISINOS como em específico do Projeto Social Cidadania.com para o fortalecimento da Rede Socioassistencial de São Leopoldo.

3.1 UNISINOS E CIDADANIA.COM: UM HISTÓRICO DE PRESENÇA PARA O FORTALECIMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL

São Leopoldo conta com um importante agente local, a Unisinos, com cerca de 27 mil alunos em 58 cursos de graduação regulares; 8 a distância, 19 mestrados, 10 doutorados, 51 especializações, 15 MBAs, além de cursos e projetos de extensão conforme o Balanço Social 2009, tendo como filosofia o desenvolvimento do aluno, na articulação entre a teoria e prática.

Assim, a Universidade desenvolve um papel de agente fomentador de programas e projetos de relevância no município, nos programas da Universidade, nos quais atua de forma direta,

Uma das formas de extensão da Unisinos é o desenvolvimento de diversos projetos de ação social realizados junto a comunidades e grupos em condições sócio-econômicas desfavoráveis. O trabalho realizado envolve também escolas da região do Vale dos Sinos, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e governos municipal, estadual e federal. (UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS, 2011)

Os Projetos Sociais realizados pela Unisinos atuam em sete áreas da ação social, sendo elas nas áreas da saúde, do direito, do trabalho, da educação, do pluralismo cultural e das relações étnico-raciais, de organizações comunitárias, movimentos sociais e relações interinstitucionais e ainda na área do envelhecimento humano.

Tais iniciativas revelam a preocupação e o compromisso social assumido pela universidade com a comunidade. Os diferentes programas e projetos sociais, em andamento, concretizam a importante presença em termos de Ação Social da Universidade no desenvolvimento local e regional.

Como retorno de suas atividades anuais, a Unisinos lança um Balanço Social que é um documento de divulgação dos resultados do ano anterior. De acordo com os dados do Balanço Social 2009, a Unisinos beneficiou direta e indiretamente 63.947 pessoas em São Leopoldo.

A Unisinos se faz presente ainda nas redes no município através de representações no Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, Conselho Estadual dos Direitos do Idoso, Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDEDICA), Conselho Municipal de Saúde (CMS), Conselho Municipal de Educação (CME), Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio dos Sinos (CONSINOS), Conselho do Pólo de Informática em São Leopoldo, Conselho Municipal do Patrimônio da Cultura de São Leopoldo, Conselho Municipal do Plano Diretor de São Leopoldo, Conselho Municipal do Meio Ambiente (CONDEMA), Conselho Estadual

de Entorpecentes (CONEN) e no Comitê de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio dos Sinos (COMITESINOS).

Pela oportunidade de participação nos diferentes espaços de atuação e representação social na cidade, observa-se a necessidade de articulação da rede socioassistencial de São Leopoldo e a Unisinos.

A Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos é reconhecida no campo de conhecimento científico, bem como na comunidade local, pela importância dos Projetos e Programas que realiza através da Extensão Universitária, atualmente reordenada e sob denominação de Ação Social. “É o canal por excelência onde se explicita a relação da Universidade com a sociedade, consolidam compromissos e parcerias mútuas de transformações sociais, objetivando a construção da cidadania”. (HUPFFER, 2000, s/p)

O projeto Cidadania.com – Guia *on-line* de cidadania de São Leopoldo, constituiu-se no município de São Leopoldo como uma ferramenta estratégica da Universidade para a articulação e visibilidade do seu compromisso com o desenvolvimento regional e responsabilidade social, além de aproximá-la com os diferentes segmentos populacionais do município. Neste contexto se dá a inserção na rede socioassistencial da equipe do Projeto Social Cidadania.com, através das participações nas reuniões das cinco regiões e que está se concretizando pelo compromisso em reunir e publicitar as informações sobre as organizações e os serviços do campo social, as tomadas de decisão, discussões, prioridades e ações tratadas nessas instâncias e que por desinformação, incompatibilidade de horários impedem a participação presencial da população.

Esse potencial dos cidadãos e das organizações da cidade e da universidade afirmam uma lógica transformada e transformadora da democratização das relações societárias, onde Estado, Mercado e Sociedade Civil passam a compartilhar responsabilidades e ações. O processo de operacionalização se dá mediante à participação em diversos espaços da Universidade e da cidade para divulgação, atualização, qualificação de dados, monitoramento e avaliação do site.

Esta experiência conta com uma trajetória de avanços e desafios. A sociedade de informação é dinâmica e exige atualização constante. Isso é de

extrema importância e complexidade significativa para o projeto, que até outubro de 2010, reúne informações de 212 instituições, as quais cotidianamente vão se reestruturando. A publicização dessas realidades exige uma parceria entre a equipe responsável pelo projeto e as instituições e o município de São Leopoldo, garantindo, desse modo, a atualização permanente dos dados.

Uma destas parcerias foi com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), através da disponibilização no blog de publicações importantes feitas no município em 2010 como a Cartilha de prevenção ao abuso sexual de crianças e adolescentes, “Vamos quebrar os muros do silêncio”, tendo como objetivo ampliar a divulgação da mesma e possibilitar que um maior número de pessoas tenham acesso a este material, atingindo assim, o fim para o qual foi elaborada.

O Cidadania.com participou de eventos em outras Universidades como a “II Mostra de Tecnologias Sociais do Rio Grande do Sul” com o objetivo de Mobilizar as Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado para discussão e reflexão sobre o papel das Universidades e sua interface com as Tecnologias Sociais Estado.

Em mais uma parceria com o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), disponibilizou a publicação “Contorno de Invisíveis”. Esta publicação é resultado da pesquisa realizada com 102 adultos que estão em situação de moradores de rua no município de São Leopoldo.

E como reconhecimento do trabalho realizado O Projeto Social Cidadania.com foi um dos finalistas do “IV Prêmio Visibilidade das Políticas Sociais e do Serviço Social”, organizado pelo Conselho Regional de Serviço Social – CRESS 7a Região / RJ, na Categoria Trabalhos profissionais., ficando em segundo lugar.

Esse projeto foi criado e tem sido coordenado pelo Serviço Social, constituindo-se inclusive como campo de estágio dos acadêmicos dessa área.

Em recente pesquisa elaborada por acadêmica do Curso de Serviço Social, intitulado, Redes Sociais: limite e possibilidades na era da *internet* (COSTA, 2009), a pesquisadora utilizando de amostragem do tipo intencional, constituída de 27 instituições das regiões, Centro, Norte e Leste da cidade de São Leopoldo, no período do segundo semestre de 2009, constatou que 77,78% dos entrevistados consideram que o Projeto Social Cidadania.com atende as necessidades da rede

socioassistencial do município de São Leopoldo, contribuindo para o seu fortalecimento através da atualização dos dados, sendo apontada por 18,52% das instituições, em segundo lugar com 11,1% sendo bem utilizado pelas instituições e em terceiro lugar com 4,41% através do mapeamento das instituições.

Quanto ao conhecimento do Guia *on-line* Cidadania.com, de forma geral foi constatado que 74,7% das instituições pesquisadas conhecem o projeto e que todas as instituições que conheciam o Guia *on-line* são cadastradas no Cidadania.com. Com relação à forma de como as instituições tomaram conhecimento do Guia *on-line* Cidadania.com, foi constatado que as Reuniões de Rede representam 40,74%, reforçando o objetivo de espaço de socialização muito importante, as instituições que não conhecem, com 25,93% também tem representam uma variável significativa para o resultado final da pesquisa. A internet e amigos, com 7,41% revelam que a rede de computadores e redes sociais primárias são formas valiosas de informação. A divulgação por cartazes significa 3,70%. Também foram constatadas outras formas de conhecimento não previstas no início da pesquisa, como a Unisinos com 7,41%, estagiárias com 3,70% e telefonemas com 3,70%.

Durante a pesquisa foi constatado que a maioria das instituições acredita que o Guia *on-line* Cidadania.com pode contribuir para a melhoria da comunicação entre a rede socioassistencial das diferentes formas, 37,04% pela troca de informações, 14,81% pela divulgação das datas das reuniões da rede, 11,1% pela divulgação de eventos, maior divulgação dos serviços da rede e divulgação das pautas das reuniões, 7,14% pela disponibilidade de informações para a população, 3,70% responderam que com a atualização dos dados o projeto pode contribuir para a comunicação entre a rede socioassistencial.

A partir desses dados foi possível fazer uma análise do projeto e verificar as possibilidades de melhoria na busca pelo atendimento das necessidades da rede, o que trouxe modificações no Guia *on-line* que facilitam a pesquisa.

As Instituições e/ou Serviços são cadastrados e vislumbrados na página do Cidadania.com sob três formas: pelo nome, por política social e/ou área de atuação e por sua localização no município (norte, nordeste, leste, oeste, centro, sudeste, sul).

Dos 212 cadastros, as cinco maiores concentrações de atuações são 37% na área da Educação, 32% com Crianças e Adolescentes, 14% realizam suas ações sob a égide da Política de Assistência Social, 11% com Saúde e 6% na área de Trabalho, Emprego e Renda.

A área da Educação é uma das prioridades de atuação e serviços no município de São Leopoldo, pois representa, segundo informações de cada Instituição cadastrada, 50% de todas as informações coletadas, seguido das ações voltadas para o público infanto-juvenil, representando 43% dos serviços voltados a essa categoria.

O projeto Cidadania.com apóia-se na ideia de movimento da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos – São Leopoldo, Rio Grande do Sul – que tem como um dos seus compromissos, participarem do processo de desenvolvimento regional. O crescente desafio de afirmação do desenvolvimento incluyente e sustentável, que se faz na totalidade das relações econômicas, políticas, sociais e culturais, enseja o protagonismo de todos os cidadãos e cidadãs na construção da vida da cidade.

Nesse cenário no qual estão inseridos agentes dos diferentes setores da sociedade civil, da sociedade política e do campo econômico, o projeto Cidadania.com, concebido e viabilizado pela Ação Social da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, apresenta-se como um instrumento de socialização das informações relativas às organizações e serviços sociais disponíveis no município de São Leopoldo, oportunizando o acesso e controle das políticas sociais pela comunidade leopoldense.

Percebem-se com isso as estratégicas articulações possibilitadas pelo projeto Cidadania.com, sendo elas: universidade e cidade; direitos, políticas e serviços; interdisciplinaridade e intersetorialidade, que se constituem como dimensões viabilizadoras da garantia da cidadania.

Assim, a cidadania se coloca como um processo de construção social e histórico: a) de reconhecimento e valorização do ser social; b) de explicitação de interesses e construção de vontades coletivas; c) de participação decisória nos rumos do desenvolvimento societário local, nacional e mundial; d) de

democratização das esferas política, social, econômica e cultural; e) de formação permanente dos cidadãos no exercício da cidadania f) da garantia radical dos direitos humanos universais: civis, políticos, sociais, econômicos, culturais, ambientais, assim como direito ao desenvolvimento das diferenças.

As políticas públicas são mediações importantes para o enfrentamento das diversas expressões da questão social, da viabilização garantidora dos direitos, e, ao mesmo tempo, podem se colocar como afirmadoras das capacidades humanas. Segundo Sposati (2002), as políticas públicas formam um conjunto de provisões de necessidades humanas para garantir a cidadania. Sen (2000) destaca que, assim como as capacidades humanas devem ser potencializadas com as políticas públicas, essas devem ser qualificadas pelas capacidades humanas.

Nessa relação e tensão se apresenta na perspectiva humanizadora das políticas públicas, que, para viabilizar-se, desde a participação dos diferentes segmentos sociais na deliberação e controle, necessita ser aprendida, a partir de um amplo e denso processo educativo. Essa aprendizagem (ASSMANN, 1998) é construída nas individualidades, nas comunidades e organizações governamentais e da sociedade civil, nos novos espaços colegiados dos conselhos, entre outros.

Pode-se dizer com isso que os direitos e as políticas se apresentam, conforme refere Nogueira (2004), como fibras sensíveis e visíveis da relação das esferas da sociedade civil, sociedade política e econômica, indispensáveis à afirmação do desenvolvimento societário fundado na cidadania.

[...]desenvolvimento pode ser concebido basicamente como um processo de mudança estrutural, global e continua de liberação individual e social que tem como objetivo satisfazer as necessidades humanas, iniciando pelas básicas e chegando até a aumentar a qualidade de vida das gerações presentes e futuras (RODRIGUEZ, 1997, p. 51).

O Cidadania.com inclui-se no âmbito das ações de Proteção Social Básica, conforme Política Nacional de Assistência Social, em que os serviços com essa característica deverão se articular com as demais políticas públicas locais, de forma a garantir a sustentabilidade das ações desenvolvidas e o protagonismo das famílias e indivíduos atendidos, garantindo a efetivação dos encaminhamentos necessários.

De acordo com o artigo 2º, inciso II, alínea C, da Resolução nº 16, de 5 de maio de 2010, do Conselho Nacional de Assistência Social, o Cidadania.com se caracteriza por ser um projeto de assistência social de assessoramento, voltada para à produção e socialização de estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento da sociedade e dos cidadãos sobre os seus direitos de cidadania, bem como dos gestores públicos, subsidiando-os na formulação e avaliação de impactos da Política de Assistência Social.

O Projeto Cidadania.com ampliou seus horizontes, saindo da tela do computador para fazer parte da vida real da rede socioassistencial de São Leopoldo. Por meio da divulgação dos serviços oferecidos à comunidade, o Cidadania.com, oportuniza um espaço de conhecimento, publicização, plataforma de pesquisa, acesso e controle das ações e políticas sociais de São Leopoldo pela população e organizações. Além disso, participa das reuniões socioassistenciais do município, disponibilizando o espaço para socialização dos encaminhamentos e articulações dos agentes e das organizações sociais, comprometidos com os direitos e as políticas sociais da cidade.

O espaço de publicização, articulação e apresentação do Projeto enquanto ferramenta de informação encontra-se hospedado no site da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, através do endereço: www.Unisinos.br/cidadania

3.1.1 Cidadania.com e Serviço Social

O projeto ético-político profissional dos Assistentes Sociais pressupõe ações na direção dessa perspectiva de controle social, ao assumir a defesa da cidadania, visando a garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras, e da equidade e justiça social, assegurando a universalização do acesso as políticas sociais. Para tanto, adota ainda a defesa da democracia, essa apreendida como socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida.

O Projeto Ético-Político dos Assistentes Sociais possui em seus pilares, a defesa intransigente dos direitos humanos e o repúdio do arbítrio e dos preconceitos. Posicionando-se a favor da equidade e da justiça social, com vistas ao

alcance da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais.

Conforme Netto (2006, p. 155), o projeto explicita o “compromisso com a competência, que só pode ter como base o aperfeiçoamento intelectual do assistente social”, visando à habilidade técnico operativo e teórico metodológico desse profissional na ampliação e a consolidação da cidadania.

Ainda, segundo o autor, para o trato teórico é necessário qualificação teórica. Não é a perspectiva de classes que oferece condições de utilizar ou não os melhores instrumentos para uma intervenção, e sim, a preparação cultural e teórica de seu interventor, ou seja, um pesquisador culto com qualificação técnica tem um trato com seu objeto que transcende as determinações de classe.

Nesse contexto, o Serviço Social se apresenta como uma profissão capaz de potencializar a práxis necessária para o desenvolvimento de um trabalho articulado, no sentido de ampliar a reflexão teórico prática para além de conflitos individuais, proporcionando ainda um enfoque interdisciplinar para os problemas sociais, contextualizando-os com as demandas apresentadas.

Sendo assim, a atuação do Serviço Social no Projeto Cidadania.com se constitui em uma atuação mais ampla, além do contato com as entidades e da catalogação das entidades que compõem a rede no município de São Leopoldo, avançando para um enfoque inter/transdisciplinar, com vistas a possibilitar o acesso da população à informação dos recursos e serviços sociais, enquanto elemento indispensável para o exercício de cidadania.

A essência do Projeto Cidadania.com tem como compromisso a defesa dos direitos elencados no art. 6º da Constituição Federal e da Cidadania, no sentido de intervenção na organização social proporcionando o acesso às informações como meio imprescindível para a materialização de direitos sociais, além de preparar o acadêmico para o exercício profissional numa perspectiva além do contato teórico prático, possibilitando a aproximação da realidade social, instigando o comprometimento profissional com a questão social da região.

No item a seguir, discorrer-se-ão sobre o Serviço Social e as tecnologias da informação, categorias importantes para a atuação com qualidade da profissão.

3.2 VISIBILIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS: ACESSO E DEMOCRATIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A informação como um direito, vem ratificada com ênfase através de diferentes tratados internacionais, acordos, constituições e os mais diferentes documentos sejam eles locais ou internacionais.

O tratado dos Direitos Humanos de 1948 traz juntamente com a concepção de cidadania, a concepção da informação como um direito.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, no Artigo 19º, assegura que,

todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica no direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e idéias por quaisquer meios de expressão (PERUZZO, 2004, p. 93)

No Brasil, o acesso às informações dos órgãos públicos é garantido pela Constituição Federal 1988 (artigo 5º, incisos XIV e XXXIII) e pela Lei (9.784/1999, artigo 2º, § único, inc. V). O direito à informação não se restringe ao que consta nas repartições públicas, mas também na obrigação do Estado em produzir a informação, quando inexistente.

todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (BRASIL, 1988).

Nessas duas cartas magnas a informação aparece como um direito fundamental, então se pode considerar a informação como um direito de cidadania, e como tal é necessário que existam mecanismos para esse acesso.

Conforme destaca Peruzzo (2004, p.97-98):

O acesso à informação e aos canais de expressão é um direito de cidadania. Faz parte dos direitos da pessoa. Um direito de primeira geração, ou seja, se circunscreve à dimensão civil da cidadania que assegura, entre outros direitos, o de liberdade de expressão de idéias, convicções, crenças etc. Mas, é também um direito de terceira geração, ao deslocar-se para a noção de direitos coletivos; direitos de grupos humanos em suas individualidades.

A importância da informação na nova base técnica tem sido comparada a da energia na Revolução Industrial o que justifica Castells (2006, p. 65) utilizar o termo “sociedade informacional” por compreender que seja mais completo do que sociedade da informação.

A informação assume diferentes significados para os sujeitos. Para a sociedade civil, o acesso à informação possibilita o desenvolvimento criativo e intelectual dos indivíduos, o entretenimento, o conhecimento das ações e decisões políticas tomadas da esfera do Estado. Pode-se afirmar que de um modo geral viabiliza o exercício da cidadania a partir do conhecimento de seus direitos e deveres. (FERREIRA, 2003, p. 37).

No âmbito do Estado, o acesso à informação tem por finalidade compreender a realidade social e intervir através da utilização desse recurso pelas instituições executivas, judiciárias e legislativas. De forma específica, a informação subsidia a elaboração de políticas públicas.

A informação e o conhecimento podem ser concebidos como recursos importantes no campo das políticas públicas, no sentido de se proceder à análise da realidade social visando implementar ações e programas sociais e realizar controle social e avaliação da efetividade das políticas públicas, possibilitando assim o exercício da cidadania com o acesso do cidadão às informações.

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais - MUNIC 2009, oitava edição, realizada em 2009 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), e divulgada em 2010 investigando todas as 5.565 (cinco mil quinhentos e sessenta e cinco) municipalidades existentes no Brasil,

A informação atualizada é ferramenta essencial para a formulação e implementação de políticas públicas, especialmente em áreas em que a

prestação de serviços é descentralizada, como é o caso da assistência social. É necessário conhecer a real capacidade instalada e a efetiva oferta de serviços por parte de estados, municípios e organizações não governamentais, a fim de identificar necessidades, planejar investimentos, avaliar o desempenho das estruturas estabelecidas e regular os serviços prestados (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010, p. 15).

O que se percebe é que existe a informação dentro das instituições, mas não está acessível a todos os cidadãos, devendo ser publicizada e socializada com toda a sociedade e com os sujeitos envolvidos.

Nesse contexto entende-se por publicização, uma visão ampliada de democracia, tanto do Estado quanto da sociedade civil e pela incorporação de novos mecanismos e formas de atuação, dentro e fora do Estado, que dinamizem a participação social de modo que ela seja cada vez mais representativa dos segmentos organizados da sociedade, especialmente das classes dominadas.

Nos estudos de Raichelis (1991, p. 07), encontram-se,

A publicização como movimento de sujeitos sociais requer um locus para consolidar-se. Este locus é a esfera pública, entendida como parte integrante do processo de democratização, por meio do fortalecimento do Estado e da sociedade civil, expressa pela inscrição dos interesses das maiorias nos processos de decisão política.

A publicidade é um requerimento fundamental para a deliberação, tanto para as concepções liberais de democracia, quanto para as concepções republicanas. De modo geral, a publicidade pode ser entendida como “a propriedade das coisas na medida em que estão visíveis e disponíveis para o conhecimento comum” (GOMES, 1999, p. 215) ou como “caráter e qualidade do que é público” (FERREIRA, 1999, p. 545).

Outra forma de publicização das políticas públicas se dá através dos Conselhos de Direitos, de acordo com Raichelis (1991, p. 11),

Nesses termos, a busca por novos espaços de participação da sociedade civil consubstanciou-se, entre outros aspectos, pela definição no texto

constitucional de instrumentos ativadores da publicização das políticas sociais. Estimulou-se, assim, a construção de mecanismos de transferência de parcelas de poder do Estado para a sociedade civil organizada, e os Conselhos foram a estratégia privilegiada.

A democratização da informação, visibilidade e publicização das políticas públicas vão além meramente de sua avaliação, mas sim possibilita o conhecimento da política aos diversos sujeitos envolvida e a sociedade, favorecendo o controle social. Possibilitar o exercício do direito à informação e à participação política é inerente ao tipo de gestão que tem como propósito o fortalecimento da participação popular em suas decisões, execuções e implementações das políticas públicas.

Visível é o que pode ser visto, aquilo que é perceptível pelo sentido da visão; invisível é o que não pode ser visto, o que é imperceptível ou oculto à visão. A visibilidade que se está falando é no sentido de que as ações dos sujeitos devem se expressar com transparência, não apenas para os diretamente envolvidos, mas também para todos os implicados nas decisões políticas. A visibilidade social supõe publicidade e fidedignidade das informações que orientam as deliberações nos espaços públicos de representação.

Os discursos e as ações devem ser manifestos de forma pública e acessível a todos. Expressos com clareza e inteligibilidade aos implicados nas decisões políticas como destinatários dos serviços, sejam eles usuários ou não, direção e funcionários das entidades, órgão gestor, conselho, sociedade em geral. Isso requer regras e objetivos claros e alcançáveis.

Diante dessa colocação, percebe-se que a visibilidade é um elemento básico e norteador para o planejamento e à intervenção de uma rede de política social e da rede socioassistencial. Deve ser considerado como normatizador do compartilhamento dos objetivos e da integração das ações na perspectiva da organização integrada e complementar dos benefícios, programas, projetos e serviços, na formação do sistema de atendimento, ou seja, na formação das redes. Nessa perspectiva, referencia-se à visibilidade como exposição social de fenômenos, intenções, planos e atualidades que se oferecem ao conhecimento de todos (em oposição ao segredo).

Wilson Gomes considera que a visibilidade midiática está ligada à cena, prosclênio social, disponível ao conhecimento e ao domínio público.

Cena pública é constituída, sobretudo por exibição, exposição, mostra, pelo que Habermas chamou de representação, ou seja, apresentação das posições para a obtenção do favor geral (GOMES, 1999, p. 217).

A forma como se organiza a visibilidade dada ou não as políticas garantidoras de direitos interfere na atuação dos assistentes sociais em diversas dimensões. Talvez a principal delas seja a imagem social que se constrói das profissões e dos processos políticos quando as diferentes informações, ideias e visões de mundo não são socializadas.

Nesse sentido, é difícil definir o que seria uma informação política ideal, já que materiais de naturezas diversas podem se tornar relevantes para a ação dos indivíduos em seus múltiplos papéis como cidadãos e não apenas como eleitores (BENNET; ENTMAN, 2001, p. 470; NORRIS, 2000, p. 213).

O avanço científico e tecnológico em curso no mundo altera a forma de ver a vida, de receber e emitir informações, de perceber a realidade concreta. Os avanços existentes na comunicação têm tido impactos sobre as vidas de diferentes populações, de várias idades e culturas, de distintas condições sociais. Alteram o contato com o mundo, os hábitos de leitura, interferem em processos didáticos e educacionais.

Manuel Castells (2003a), em "A Galáxia da *Internet*", discute a realidade social e a virtualidade da *internet*. Para ele, os usos da *internet* são esmagadoramente instrumentais e estritamente ligados ao trabalho, família e à vida cotidiana. É uma extensão da vida como ela é em todas as dimensões e sob todas as suas modalidades.

O papel mais importante da *internet* na estruturação de relações sociais, segundo Castells (2003a), é sua contribuição para o novo padrão de sociabilidade baseado no individualismo. O individualismo em rede é um padrão social, não um acúmulo de indivíduos isolados.

O próximo item tem como objetivo contextualizar a intersectorialidade das políticas públicas.

3.3 INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A intersectorialidade das políticas públicas passou a ser um dos requisitos para a implementação das políticas setoriais, visando sua efetividade por meio da articulação entre instituições governamentais, não governamentais e entre essas e a sociedade civil.

Para a efetividade das políticas públicas é fato relevante e essencial a articulação de saberes técnicos e isso é possível com incorporação da intersectorialidade, já que os especialistas em determinada área passaram a integrar agendas coletivas e compartilhar objetivos comuns. Assim a intersectorialidade pode trazer ganhos para a população, para a organização logística das ações definidas, bem como para a organização das políticas públicas centradas em determinados territórios. Com a intersectorialidade das políticas públicas se descobrem novos desafios relacionados à superação da fragmentação e à articulação das políticas públicas.

A intersectorialidade e articulação entre as políticas é um tema importante já que as políticas setoriais por si só não solucionam tudo e necessitam se comunicar para identificar as necessidades da população e os benefícios que pode ou não oferecer. Ela não pode ser considerada antagônica ou substitutiva da setorialidade, mas complementar, ou seja, deve-se realizar uma combinação entre política setorial com intersectorial, e não contrapô-las no processo de gestão (SPOSATI, 2006, p. 134).

Para Koga (2003, p. 238),

a intersectorialidade sobressai enquanto caminho de perspectiva para a política pública, a fim de articular as políticas sociais, urbanas, econômicas de forma a atuarem nos mesmos territórios prioritários da política da cidade.

A autora defende que a intersetorialidade se torna, assim, uma qualidade necessária ao processo de intervenção.

A intersetorialidade das políticas públicas é uma nova forma de planejar, executar e controlar a prestação de serviços e tem um caráter totalmente democrático na perspectiva de acesso a todos, isso implica na alteração na forma de interesses políticos anteriormente envolvidos.

Assim, realizar um projeto articulado das políticas sociais e desenvolvimento urbano demanda a mudança de práticas, padrões e valores culturais das instituições públicas gestoras das políticas públicas, ou ainda, a incorporação de organizações autônomas voltadas para os interesses coletivos capazes de dar maior eficácia à gestão das políticas.

Inojosa (2001, p. 4) define a

intersetorialidade como a articulação de saberes e experiências para o planejamento, a realização de avaliação de políticas, programas e projetos, cujo fim é alcançar resultados cooperativos em situações complexas.

Devido a essa característica, a intersetorialidade é um campo de troca, reconhecimento e prática de respeito entre os diferentes saberes e experiências, resultante da integração entre as áreas setoriais.

Sposati (2006b, p. 140) vê a intersetorialidade

não só como um campo de aprendizagem dos agentes institucionais, mas também como caminho ou processo estruturador da construção de novas respostas, novas demandas para cada uma das políticas públicas.

Existem algumas dificuldades no processo de intersetorialidade das políticas públicas que não podem deixar de ser citados. Isso por conta da própria cultura, dificuldades político-partidárias e outras questões, que vão incidir sobre a execução das políticas, já que vão se defrontar interesses e mecanismos lobistas para a sua existência e importância.

Na Política de Desenvolvimento Urbano, percebe-se a preocupação com o tema da intersectorialidade de forma direta em algumas políticas, buscando no seu desenho a articulação de todas as políticas urbanas.

No Caderno da Política Saneamento Ambiental (PNSA), por meio das diretrizes operacionais e organizacionais do processo de implementação da política a intersectorialidade é mencionada quando

a intersectorialidade responde à necessidade de integração das ações de saneamento ambiental entre si e com as demais políticas públicas, em especial, com as de saúde, meio ambiente, recursos hídricos, desenvolvimento urbano e rural, habitação e desenvolvimento regional (BRASIL, 2004c, p. 19).

No que se refere à política de habitação, a intersectorialidade é identificada nas diretrizes e princípios dessa política expressas nos Cadernos quando é afirmado que

a implementação da Política Nacional de Habitação implica em um novo desenho político institucional, a partir dos princípios da descentralização, territorialização, intersectorialidade, participação e desenvolvimento institucional e na elaboração e implementação de um Plano Nacional de Habitação (BRASIL, 2006, p. 58).

Nessas políticas, a atuação da intersectorialidade é expressa de forma clara e objetiva, em outros casos, são utilizadas expressões/palavras no sentido de compreender a intersectorialidade como integração, articulação, em conjunto, associação, união, entre outras.

As políticas de desenvolvimento urbano estão articuladas com as políticas sociais, principalmente aquelas voltadas para geração de emprego e renda, condições de habitabilidade e posse da terra.

De acordo com Behring (1993, p. 17),

a política social é a síntese de múltiplas determinações, ou seja, por ela passam questões econômicas, políticas, culturais, entre outras, bem como

há também uma densidade histórica, pois busca os traços particulares dos processos sociais globais na realidade brasileira.

A intersectorialidade passa a ser alvo das discussões no processo de implementação da política de assistência, em que “os serviços de proteção social têm estreita interface com o sistema de garantia de direito, exigindo, muitas vezes, uma gestão mais complexa e compartilhada” (BRASIL, 2004e, p. 31). Em outro caso a interface é considerada como interrelação, ou seja, “o Plano de Assistência Social expressa a política e suas interrelações com as demais políticas setoriais e com a rede socioassistencial” (BRASIL, 2004e, p. 37).

A expressão intersectorialidade é marcadamente utilizada quando se refere “à Assistência Social, enquanto política pública que compõe o tripé da Seguridade Social, e considerando as características da população atendida por ela, deve fundamentalmente inserir-se na articulação intersectorial” (BRASIL, 2004e, p. 36).

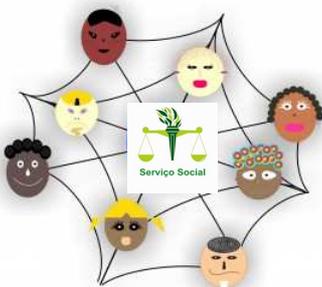
Para a política de saúde os sentidos da intersectorialidade não estão tão expressivos quanto na assistência social, mas a palavra articulação pode ser um dos sentidos da intersectorialidade quando a Lei n. 8.080/90, no seu art. 2º, § 1º, menciona que é

dever do Estado de garantir a saúde consiste na formulação e execução de políticas econômicas e sociais que visem à redução de riscos de doenças e de outros agravos e no estabelecimento de condições que assegurem acesso universal e igualitário às ações e aos serviços para a sua promoção, proteção e recuperação.

Tanto as políticas de desenvolvimento urbano quanto a social trazem em seu bojo algumas perspectivas de ações intersectoriais, podendo fortalecer as atuações dos gestores e técnicos, a articulação com a população local, dar base para a interação de saberes (interdisciplinaridade) ou criação de outros, promover e consolidar ações políticas e trabalhar com a logística do processo de implementação.

No próximo capítulo, abordar-se-ão os desafios e perspectivas do trabalho em rede para o serviço social, assim como seus processos de trabalho, campos de atuação e possibilidades de intervenção e contribuição.

4 DESAFIOS E PERSPECTIVAS DO TRABALHO EM REDE PARA O SERVIÇO SOCIAL



Rede de Juristas Populares

Figura 7: logo-rede-de-juristas-300x289
Fonte: Andréia Martins

“(...)a articulação e as reuniões da rede são de suma importância, especialmente no que diz respeito à troca de experiência e saberes (ampliar visão/ alternativas de trabalho)”
(Conexão região Leste)

O Assistente Social depara-se geralmente com situações multifacetadas, ou seja, uma problemática aparente que esconde tantas outras que precisam de acompanhamento. São expressões da questão social, representadas por alcoolismo, drogadição, suicídios, tentativas de suicídio, homicídios, tentativas de homicídio, violência contra a mulher, abuso e abandono de crianças, prostituição forçada, violência nas ruas, conflitos étnicos, deslocamentos e migrações forçadas.

Essas são as principais demandas que o Serviço Social e outras áreas de atuação encontram e para os quais a população tem reclamado solução, reivindicando tanto pela garantia de direitos como por medidas de segurança e proteção dos cidadãos. Muitas vezes os técnicos sentem-se impotentes para o atendimento dessas realidades.

Mediante essa situação entende-se que a intervenção realizada de forma segmentada, por necessidade ou especialidade não encontrará sucesso, já que o ser humano é inteiro e não dividido em partes.

Sendo assim é reconhecido de que tais problemáticas não são realidades ligadas apenas ao pequeno mundo dos sujeitos que os expressam. Ao contrário, estão diretamente relacionadas ao impacto social de uma sociedade “globalizada”.

Nesse contexto, nos últimos anos vêm sendo fortalecida a ideia do Trabalho em Redes como uma alternativa de intervenção capaz de responder as novas demandas e um novo espaço de atuação para o Serviço Social.

De acordo com a Lei de Regulamentação da Profissão nº 8.662/93, Artigo 5º, que dispõe sobre as atribuições privativas do assistente social, ficam claras as atribuições específicas da profissão, cabendo ao Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social (CFESS e CRESS) fiscalizar e controlar a atuação de profissionais no campo do Serviço Social para garantir que as ações sejam realizadas por profissionais da área. São elas:

- I. coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- II. planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- III. assessoria e consultoria a órgãos da administração pública, direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social;
- IV. realizar vistorias, perícias técnicas, laudos periciais, informações e pareceres sobre a matéria de Serviço Social;
- V. assumir, no magistério de Serviço Social tanto em nível de graduação como pós-graduação, disciplinas e funções que exijam conhecimentos próprios e adquiridos em curso de formação regular;
- VI. treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- VII. dirigir e coordenar unidades de Ensino e Cursos de Serviço Social e pós-graduação;
- VIII. dirigir e coordenar associações, núcleos, centros de estudo e de pesquisa em Serviço Social;
- IX. elaborar provas, presidir e compor bancas de exames e comissões julgadoras de concursos ou outras formas de seleção para Assistentes Sociais, ou onde sejam aferidos conhecimentos inerentes ao Serviço Social;
- X. coordenar seminários, encontros, congressos e eventos assemelhados sobre assuntos de Serviço Social;
- XI. fiscalizar o exercício profissional através dos Conselhos Federal e Regionais;
- XII. dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas;

- XIII. ocupar cargos e funções de direção e fiscalização da gestão financeira em órgãos e entidades representativas da categoria profissional.

O capítulo a seguir foi dividido em três partes para melhor entendimento e contextualização. No primeiro item procura-se fazer um breve resgate histórico da atuação do Serviço Social nas comunidades e nas redes. O segundo item refere-se ao compromisso ético-político do Serviço Social com as redes, referenciando principalmente a informação como instrumento que garantirá o conhecimento e o processo de emancipação social do sujeito. No terceiro e último item o tema é a contribuição da profissão nos processo de trabalho em rede.

4.1 O SERVIÇO SOCIAL NO TRABALHO EM REDE, UM BREVE RESGATE HISTÓRICO

Pode-se dizer que no Brasil os movimentos das redes sociais deram-se principalmente na década de 50 e nas décadas do regime militar (1960-1980).

Nos anos 40 e 50 o Serviço Social brasileiro recebe influência norte-americana. Marcado pelo tecnicismo, bebe na fonte da psicanálise, bem como da sociologia de base positivista, funcionalista e sistêmica. Sua ênfase está na ideia de ajustamento e de ajuda psicossocial. Nesse período há o início das práticas de Organização e Desenvolvimento de Comunidade, além do desenvolvimento das peculiares abordagens individuais e grupais. Com a supervalorização da técnica, considerada autônoma e como um fim em si mesmo e com base na defesa da neutralidade científica, a profissão desenvolve-se através do “Serviço Social de Caso”, “Serviço Social de Grupo” e “Serviço Social de Comunidade”.

Segundo a definição de Souza (2004, p. 68), comunidade é um

Conjunto de grupos e subgrupos de uma mesma classe social, que têm interesses e preocupações comuns sobre condições de vivência no espaço de moradia e que, dadas as suas condições fundamentais de existência, tendem a ampliar continuamente o âmbito de repercussão dos seus interesses, preocupações e enfrentamentos comuns

Nesse período a comunidade organizada viu-se responsável em combater a sua pobreza, as suas doenças, dentre outros problemas sociais. As mazelas vivenciadas pela população urbana, fruto do processo de industrialização, dependiam exclusivamente da capacidade da própria comunidade de se esforçar, se unir e se organizar para combater. Muitos programas de “Desenvolvimento de Comunidade” foram executados por Assistente Sociais que nesta época tinha um olhar moral para as expressões da questão social. De acordo com Koga (2003, p. 58-59):

No contexto do Serviço Social brasileiro o chamado desenvolvimento de comunidade faz parte da história da formação e do debate da atuação dos profissionais da área [...] os primeiros anos da década de 1960, período em que a concepção desenvolvimento de comunidade é constantemente permeada de contradições, ora como estratégia desenvolvimentista, ora como instrumento de mudança.

Na década de 1960, instaurou-se sobre a profissão questionamentos acerca das práticas assistencialistas, exercidas principalmente entre os Assistentes Sociais que trabalhavam com a comunidade. Iniciou-se então o Movimento de Reconceituação, que tinha como objetivo romper com a conservadora identidade atribuída à profissão pelo capital. Martinelli (2006, p. 124) caracteriza que

a identidade atribuída ao Serviço Social pela classe dominante era uma síntese de funções econômicas e ideológicas, o que levava à produção de uma prática que se expressava fundamentalmente como um mecanismo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, como uma estratégia para garantir a reprodução do capital. Tal identidade era, portanto, especialmente útil para a burguesia, pois, além de lhe abrir os canais necessários para a realização de sua ação de controle sobre a classe trabalhadora, fornecia-lhe o indispensável suporte para que se criasse a ilusão necessária de que a hegemonia do capital era um ideal a ser buscado por toda a sociedade.

Fortalecido pela influência provinda do espaço acadêmico, mais especificamente das disciplinas das ciências sociais, aliada à atuação junto às comunidades eclesiais de base, com a Teologia da Libertação e os movimentos populares de esquerda, no final da década de 1980 e na década de 1990, houve a legitimação do paradigma marxista no Serviço Social, no mesmo momento em que a

classe trabalhadora conquistava a “Constituição Cidadã”, a Constituição Federal de 1988.

Desde a década de 1980, as Ciências Sociais estão sendo influenciadas por teorias que retomam o referencial sistêmico para a análise da sociedade e a rede como método de intervenção. Relembrando que historicamente, o referencial sistêmico, de matriz epistemológica positivista, também marcou a orientação dos estudos e do trabalho com as redes sociais nas Ciências Sociais Aplicadas, inclusive no Serviço Social.

A obra de Faleiros (2001), intitulada *Estratégias em Serviço Social* apresenta as redes sociais como uma categoria fundamental para fortalecer os sujeitos na realidade social atual. O autor defende que hoje o objeto de trabalho do Assistente Social, são as relações que os sujeitos estabelecem. Esse objeto se “[...] constrói na relação sujeito/estrutura e na relação usuários e instituição, em que emerge o processo de fortalecimento do usuário diante da fragilização de seus vínculos, capitais e patrimônios individuais e coletivos” (FALEIROS, 2001, p. 44).

De acordo com Faleiros (2001, p. 43):

[...] fortalecimento (empowrment) dos sujeitos da intervenção profissional num processo de articulação de recursos, imaginário, redes que são capitais ou patrimônios disponíveis nas relações sociais de classe, gênero, raça, cultura envolvidas em todo o trabalho.

Scheunemann (2003, p. 52), ao descrever as novas articulações sociais, indica que

ao contrário da personalidade egotista (fechada em si mesma) da Modernidade, produz-se aqui uma personalidade errante: comunitária, social e ecologicamente configurada; que vive da e na re-ligação. Isso gera comunidades pontuais, conforme as possibilidades de re-ligação. Estabelece-se uma espécie de correspondência mística, de acesso com a natureza e com o mundo social. Nestas comunidades pontuais, respaldadas nesta correspondência mística [...] Enquanto a Modernidade especializou-se na arte de fixar as pessoas, as vidas, os desejos, as vontades, eliminando a diversidade, as comunidades pontuais vivem a arte da deriva, ilustrada pela porta que abre para a infinidade não controlável a priori de possibilidade (perspectiva destinal) [...].

No Serviço Social, principalmente na década de 1990, a profissão passou a trabalhar a rede social a partir da lógica do sujeito, enfatizando apenas as redes vinculadas mais às primárias e secundárias, sem fazer uma análise mais ampliada da situação, e ignorando o fato da formação dessas redes serem fruto da sociedade capitalista.

Dessa forma houve um interesse maior pela individualização do comportamento sem considerar a sociedade na qual o sujeito está inserido. Com essa perspectiva individual, fortalece a subjetividade dos indivíduos e enfraquece a possibilidade de criação de outro sistema de produção. Faleiros (2001, p. 40) descreve que

na atual conjuntura, os enfrentamentos de interesses, grupos, projetos, estão sendo vistos num processo complexo de relações de classe, gênero, geração, raça, etnia, cultura, religião, parentesco, trazendo à tona a discussão das medições da subjetividade e que não se resumem tour court na noção de questão social.

É relevante citar que as redes sociais com a perspectiva de superar uma visão individualista possibilitam a análise das interconexões existentes e o entendimento da rede social centralizada nas relações sociais dos indivíduos, estabelecidas em suas vidas. Assim a rede pode ser um instrumento importante para a ação coletiva e para o trabalho do Assistente Social.

Para o Serviço Social, consideram-se a divisão conceitual entre redes primárias e secundárias a que melhor agrupa as demais subclassificações de rede construídas na atualidade.

As redes primárias, como a família, são construídas pelas relações de afeto, amizade, vizinhança e comunitárias, que, diretamente relacionadas, constroem a identidade e a autoestima dos sujeitos (FALEIROS, 2001, p. 24).

Baptista (2003) conceitua com base nas ideias de Faleiros (2001) e de Carvalho e Guará (1995), as redes sociais espontâneas como sendo aquelas construídas no espaço local, a partir de relações primárias, informais, espontâneas, e interpessoais, com maior ou menor intensidade de vínculos afetivos, e suas “[...]”

ações se fazem mediante reciprocidade, circulação de informações e prestação de serviços imediatos” (BAPTISTA, 2003, p. 60).

Dentro dessa categoria de rede social, estão também, além das citadas anteriormente, a comunidade, os amigos, o trabalho, a rua, o quarteirão, a Igreja.

Scherer-Warren (1999) apresenta uma divisão das redes sociais em dois tipos de redes permeáveis entre si. O primeiro tipo são as soberanias, que se constituem, a partir de uma base social informal, dos círculos sociais dos indivíduos, “[...] sua ênfase recai no entendimento das relações no cotidiano mais imediato dos indivíduos, de seus vínculos culturais e simbólicos” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 35). O segundo tipo de rede social apresentado por Scherer-Warren são as associativistas, que formam o tecido social local associativo através das relações estabelecidas entre os diversos coletivos sociais. Nelas, “[...] buscam-se as interações políticas entre grupos, tendo em vista a formulação de movimentos, organizações reivindicatórias etc. (a politização)” (SCHERER-WARREN, 1999, p. 35-36).

Baptista traz a ideia de “rede das redes”, citando as redes secundárias em sociais de serviços sociocomunitários, setoriais públicas e setoriais privadas.

As redes sociais de serviços sociocomunitários têm como protagonistas históricos os agentes filantrópicos e as organizações comunitárias (Igreja, a Sociedade Amigos do Bairro). Essas redes produzem serviços assistenciais de caráter mutualistas (serviços ambulatoriais, creche, abrigos); desenvolvendo mutirões para moradia, manutenção de equipamentos, limpeza urbana; organizam clubes de mães, festas comunitárias, cooperativas; e implementam serviços de cidadania, melhoria ambiental e da qualidade de vida. As redes setoriais públicas estruturam-se a partir de espaço público em função de necessidades tidas como direitos dos indivíduos. Prestam serviços [...] consagrados pelas políticas públicas setoriais [...]. As redes setoriais privadas são redes que, por serem de caráter privado, seguem as leis do mercado, oferecendo serviços mediante pagamento. [...] costumam estender-se, via convênio, aos trabalhadores do mercado formal (BAPTISTA, 2003, p. 60-61).

A discussão sobre trabalho em rede é particularmente importante para o Serviço Social, pois embora não seja explicitamente discutida no âmbito da profissão, a intervenção com redes sempre fez parte dos processos de trabalho dos assistentes sociais.

No próximo item será discutido sobre o compromisso ético-político do serviço social no trabalho em rede.

4.2 O TRABALHO EM REDE E O COMPROMISSO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL

Um aspecto relevante e essencial para o trabalho em rede é a questão da informação para que aconteça o abastecimento constante da rede. O Serviço Social tem um compromisso ético-político com o processo de emancipação social do sujeito e a informação é um instrumento que lhe garantirá o conhecimento para tal.

Segundo Vasconcelos (1994), o indivíduo é totalmente desprovido de informação clara e precisa acerca dos seus direitos, de forma que em não os reconhecendo também não os utiliza para a sua própria proteção. Esse é um dos papéis do assistente social, que, a partir do exercício da prática reflexiva, poderá incentivar o usuário a produzir tal reflexão, e conseqüentemente, lutar pelo direito à informação:

[...] a maioria absoluta dos segmentos populares não tem acesso a informações na mesma proporção do que é produzido a seu respeito e, ainda que tenha contato com essas produções, não tem condições de utilizá-las enquanto instrumento para pensar e agir sobre a realidade, na busca de sua transformação para uma nova ordem social, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero (VASCONCELOS, 1994, p. 1).

Para iniciar as discussões acerca da informação como estratégia e ferramenta de trabalho para o profissional de Serviço Social, faz-se necessário referenciar o código de ética da profissão que no Artigo 5º, aponta os dispositivos, b, c, d e f: quando afirma são atribuições do Assistente Social;

b. garantir a plena informação e discussão sobre as possibilidades e conseqüências das situações apresentadas, respeitando democraticamente as decisões dos usuários, mesmo que sejam contrárias aos valores e às crenças individuais dos profissionais resguardados os princípios deste Código;

- c. democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários;
- d. devolver as informações colhidas nos estudos e pesquisas aos usuários, no sentido de que estes possam usá-los para o fortalecimento dos seus interesses;
- e. informar à população usuária sobre a utilização de materiais de registro áudio-visual e pesquisas a elas referentes e a forma de sistematização dos dados obtidos;
- f. fornecer à população usuária, quando solicitado, informações concernentes ao trabalho desenvolvido pelo Serviço Social e as suas conclusões, resguardado o sigilo profissional. (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL: 1993: 15).

A informação é um importante conteúdo político e instrumento-técnico na prática profissional do Serviço Social, pois ao se utilizar dessa referência e técnica, o profissional potencializa os processos de democratização das relações, assim como alcança patamares qualificadores dos direitos, políticas e serviços. Integram esse conjunto, os conhecimentos e esclarecimentos das informações que dizem respeito aos usuários, tanto ao nível de seus direitos institucionais quanto aos direitos constitucionais, partindo do conhecimento dos mesmos, sua experiência de vida, seu padrão de comportamento, seus valores e suas crenças.

Conforme Iamamoto, o papel da informação nos processos de trabalho do Assistente Social,

Busca-se ampliar as bases de legitimidade do trabalho profissional junto à população usuária dos serviços prestados para além dos segmentos patronais, o que requer um amplo e cuidadoso conhecimento do modo de vida e da cultura dos segmentos sociais com os quais se trabalha e uma orgânica articulação com as entidades que os representam coletivamente na cena social. O esforço volta-se para viabilizar um trabalho que zele pela qualidade dos serviços prestados e pela abrangência no seu acesso, o que supõe a difusão de informações quanto aos direitos sociais e os meios de sua viabilização (IAMAMOTO, 2003, p.144-145).

Como visto acima, a informação oferecida como a recebida pelo profissional de Serviço Social ocupa um lugar de destaque nas apresentações em legislações da categoria profissional, deixando claro que a profissão consome e utiliza-se de informação como base para grande parte (se não na totalidade) de suas ações no cotidiano, sejam em investigação, em relatórios, pareceres, como também em atividades de gerenciamento.

O debate sobre as tecnologias de informação nos processos de trabalho do Serviço Social não pode ser encarado como algo isolado do conjunto das condições históricas e sociais. Nesse sentido, afirmam-se mais do que nunca a necessidade de enfocar estas tecnologias como parte das forças produtivas sociais.

Segundo Castells (2006), as tecnologias de informação são um conjunto convergente de tecnologias em microeletrônica, computação – *hardware* e *software* –, telecomunicação, radiodifusão e optoeletrônica. As mudanças decorrentes da utilização das tecnologias de informação nos processos de trabalho incidem na vida das pessoas radicalmente e têm relacionamento direto com a reprodução das condições necessárias para o modo de produção capitalista. Com efeito, inicialmente aprende-se a utilizar as tecnologias de informação usando-as e, posteriormente, aprende-se a utilizá-las fazendo-as. A partir dessa análise, a lógica do modelo das tecnologias de informação está em consonância com a lógica e o modelo capitalista.

De acordo com o autor,

Não é diferente no caso da revolução tecnológica atual. Ela originou-se e difundiu-se, não por acaso, em um período histórico de reestruturação global do capitalismo, para o qual foi uma ferramenta básica. Portanto, a nova sociedade emergente desse processo de transformação capitalista e também informacional, embora apresente variação histórica considerável nos diferentes países, conforme sua história, cultura, instituições e relação específica com o capitalismo global e a tecnologia informacional (CASTELLS, 2006, p. 31).

Com relação ao mercado de trabalho, o desemprego é outro problema que decorre da utilização das tecnologias de informação. Se afirmar que as tecnologias de informação auxiliam no aumento da produtividade e que o processo de automação fez com que milhares de postos de trabalho sejam extintos do mercado. A substituição do homem pela máquina pode ser observada em vários setores de trabalho, tais como bancos, escolas, fábricas e indústrias.

Segundo Kern et al. ([200-]):

As novas tecnologias começam a substituir o homem nos mais diferentes campos, do trabalho à convivência social. Independentemente do país ou sociedade onde vive o indivíduo, a globalização tecnológica se torna presente no seu dia-a-dia, na roupa que veste, no sapato que usa, ou na própria alimentação.

As alterações que o recente desenvolvimento tecnológico provocou nos processos de trabalho dos diversos setores da economia são inegáveis. Caracterizado como revolução informacional, essa onda tecnológica redesenha as profissões, os papéis de grupos profissionais, chegando inclusive a extinguir profissões e criar outras. Os impactos incidem sobre um amplo leque de condições, que vão das modalidades operativas até a alteração de identidades dos sujeitos sociais.

Em meio a esta realidade, que é carregada de contradições, apresentam-se para o Serviço Social, as tecnologias de informação como ferramentas para auxiliar os processos de trabalho do Assistente Social.

Na maioria dos casos, o profissional não questiona em quais condições e quais objetivos estão implícitos nessas tecnologias de informação, limitando-se apenas a operá-las. Um exemplo prático é o Sipia – Sistema de Informação para Infância e Adolescência, que é um programa de microcomputador que operacionaliza as medidas de proteção a crianças e adolescentes, aplicadas por Conselheiros Tutelares. O modelo, desenvolvido pelo Ministério da Justiça, obriga aos Conselhos Tutelares do Brasil a utilizarem essa plataforma. Já, aqueles municípios que não implantarem o SIPIA, são ameaçados de ter recursos estaduais e federais cortados.

No artigo “Serviços Sociais e Tecnologias de Informação”, Souza ([2005?]), aborda os aspectos centrais das alterações estruturais ocorridas no Serviço Social com relação às tecnologias de informação, principalmente no que tange à ruptura com o conservadorismo, ainda muito presente na profissão, sem com que o Assistente Social dê respostas à “questão social”. O autor ainda avalia que a utilização das tecnologias de informação pode ampliar as condições políticas e tecnológicas da profissão. O desafio à profissão, de acordo com Souza ([2005?]), é o

[...] de problematizar, e trazer para debate, as categorias e concepções sobre a natureza e significado da globalização, em termos de políticas públicas e sociais, para um país como o Brasil que se insere de forma subalterna nas relações internacionais. Há que se considerar todos os desdobramentos que desembocam tanto no processo formativo do Assistente Social do futuro, quanto na ação dos profissionais que estão sendo “atropelados” por novas exigências teórico-metodológicas e técnico-operacionais.

Ao afirmar que as tecnologias de informação não podem ser compreendidas como instrumentos neutros, mas que existe uma intencionalidade na sua aplicação se privilegia a análise crítica da utilização das tecnologias de informação, sem negá-las. Pode-se exemplificar com a assertiva de Colmán Duarte([2005?]),

A organização dos processos de trabalho dos assistentes sociais não pode, portanto, ser considerada mera modalidade "técnica" Reflete prioridades políticas e orientações dos centros de poder e/ou resulta das negociações entre os atores sociais em conflito. Esta é a razão pela qual é tão importante que os assistentes sociais se apropriem das tecnologias de informação, pois é montada nestas que, muitas vezes, qual cavalos de Tróia, são orientadas as ações dos assistentes sociais no sentido de favorecer os interesses dos grupos dominantes sem a clara explicitação das finalidades.

De acordo com Kern (2005), o profissional de Serviço Social tem como uma de suas atribuições a reflexão crítica em relação às tecnologias de informação, pois essas atingem frontalmente os sujeitos atendidos pela política de assistência social. Esses usuários são considerados “excluídos digitais”, mesmo que através de alguns programas de enfrentamento a pobreza, com redistribuição de renda, os usuários recebam o recurso através de cartão bancário magnético, tendo que operar computadores em caixas eletrônicos para sacar o valor do benefício.

Ainda apoiados em Kern (2005), as tecnologias de informação no Serviço Social podem agilizar processos e garantir troca de informações que possam beneficiar o usuário, sem que necessariamente essa troca tenha que acontecer em um mesmo meio geográfico, utilizando-se do espaço virtual, no caso a *Internet*, como instrumento indispensável nos dias de hoje.

No entanto, é importante que o profissional tenha a preocupação de como essa informação está sendo concebida pelo usuário, pois informar não significa

apenas passar conhecimento, informação, mas sim, interpretar, analisar e refletir dados que irão ser repassados aos usuários, ou seja, filtrá-los, ajustá-los à sua realidade, através de uma linguagem acessível, de forma esclarecedora para que os mesmos tenham melhor compreensão do que está sendo informado, conforme Sarmiento:

O instrumento informação implica em um domínio de conteúdo e significado, a cerca da própria informação, do conhecimento que se produz da comunicação, da linguagem da ideologia, das imagens mentais e representações (SARMENTO,1994, p. 272).

A informação como um instrumento potencializador de conhecimentos em qualquer situação que for utilizada “[...] precisa ser concebida como um instrumento que organiza e veicula informações do interesse da população e do assistente social” (SARMENTO 1994, p. 272).

Pois dentro da instituição, o assistente social é o medidor da prestação de serviços, entre a população alvo em que essa deverá atingir é a instituição. Sendo assim, é importante que o profissional tenha conhecimento teórico-prático acerca do que deverá ser informado e a quem direcionar sua ação.

A informação possibilita o acesso ao descobrimento dos direitos sociais, que conforme o Artigo 6º da Constituição Federal de 1988, entre outros: a educação, a saúde, o trabalho, o lazer, a segurança. A informação tem dentre outros papéis o efetivo acesso às políticas públicas conforme assinala Viegas (2003, p. 671),

É de suma importância que seja garantido o direito à informação para que haja possibilidade de ingerência, pelos cidadãos, na administração pública, sendo maior escala no âmbito municipal. Contudo, não nos se pode olvidar que o direito à informação é preceito constitucional que deve ser exercido em todos os níveis de governo.

E no Artigo 1º da LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social vem representar a vontade da população em romper com ações fragmentadas e da cultura do assistencialismo, da caridade e do imediatismo das ações:

A Assistência Social, direito do cidadão e dever do Estado é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas (BRASIL, 1993, p. 10).

Na atualidade, os sistemas de informação e o resultado da implementação da tecnologia da informação são ferramentas indispensáveis à gestão social e servem como instrumento de controle social dos cidadãos.

O item a seguir, dedicar-se-á as contribuições dos processos de trabalho do serviço social no trabalho em rede.

4.3 OS PROCESSOS DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL

Devido às importantes mudanças ocorridas nos processos de trabalho do Assistente Social, faz-se necessário uma breve análise do termo, processos de trabalho, que surgiu das várias mudanças ocorridas no decorrer dos tempos da profissão.

Processo de trabalho quer dizer processo da práxis do Assistente Social, mas atualmente o termo “trabalho” vem sendo utilizado. Para Freire (1987) a categoria trabalho, na sociedade capitalista, aponta para o fenômeno social da venda da força de trabalho e, na visão marxiana, o trabalho é a expressão da práxis, essencialmente para a realização da objetivação do sujeito e para a criação da sociedade humana.

Nas palavras de Marx (1983, p. 149),

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, média, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural [...] a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

O processo de trabalho permite mediatizar a interconexão entre o exercício do Assistente Social e a prática da sociedade. A práxis social, como é chamada por alguns escritores a prática social, está ligada ao movimento de uma sociedade. O autor Pontes (2000, p. 38) descreve a mediação como “[...] uma das categorias centrais da dialética, inscrita no contexto da ontologia do ser social marxista, e que possui uma dupla dimensão: ontológica (que pertence ao real) e reflexiva (que é elaborada pela razão)”.

Na intervenção profissional do assistente social, a mediação possibilita a construção e reconstrução do objeto de intervenção profissional na busca de uma prática transformadora, possibilitando ao profissional uma atuação de forma crítica e transformadora às demandas da profissão.

Gentilli (2006) reforça o significado da categoria processos de trabalho, utilizada largamente nos aportes da profissão. Para a autora, esse processo se verifica a partir da ação profissional e o uso adequado das instrumentalidades existentes:

O processo de trabalho é configurado por todo fazer profissional que abrange metodologias, utilização do arsenal técnico da profissão, estabelecimentos de diretrizes de ação, de comunicação e de prestação de serviços aos usuários. No processo de trabalho seriam operadas as condições de geração dos produtos do trabalho profissional, portanto seriam gestadas as garantias de acesso aos serviços profissionais, na forma de serviços entendidos como bens corpóreos e também incorpóreos (GENTILLI, 2006, p. 25).

O processo de trabalho do Assistente Social pode ser entendido através de um resgate histórico do surgimento da profissão e de seus determinantes, através de suas múltiplas determinações no confronto entre capital e trabalho. Portanto, deve-se compreender o Serviço Social face à divisão social e técnica do trabalho e da própria herança cultural e às matrizes teóricas que fundamentam o trabalho.

Segundo Iamamoto (2009), compreender o Serviço Social na contemporaneidade é se despojar de algumas teorias do passado e buscar na experiência atual a compreensão para as novas realidades, apoiando-se nos movimentos sociais e se apropriando dos novos espaços que estão surgindo:

Em primeiro lugar, para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos. Alargar os movimentos, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez (IAMAMOTO, 2009, p. 20).

Entender o Serviço Social, segundo Raichélis (1991), é compreender que ele se originou e desenvolveu a partir de necessidades sociais dadas no cenário urbano industrial, oriundas da prática histórica das classes e grupos sociais.

A instrumentalidade do Serviço Social corresponde à intencionalidade do fazer profissional e decorre de uma necessidade política que tem na tratativa das questões sociais a sua maior fundamentação. Guerra (2000, p.17) resume da seguinte forma:

[...] o Serviço Social gesta-se e desenvolve-se num quadro sócio-histórico mediado por processos políticos-econômicos e ideoculturais, como expressão das necessidades da ordem burguesa no período dos monopólios. Daí por que há uma auto-implicação entre Serviço Social e as relações sociais do mundo capitalista. [...] O Serviço Social é constituído, constituinte e constitutivo das relações sociais capitalistas, que são relações portadoras de interesses antagônicos, incompatíveis e inconciliáveis. Isso atribui um determinado perfil à profissão

Batistone (1991) alerta para a necessidade do Assistente Social entender a dimensão técnica da sua profissão, a intervenção na realidade social e no cotidiano; não como uma prática burocrática ou como atividade própria de um mero executor. O assistente social deve compreender a sua dimensão intelectual, que exige criatividade e inovação, a fim de melhorar as próprias práticas institucionais, sendo que isso só é possível através da construção de uma identidade profissional articulada com um projeto profissional coletivo.

Segundo Iamamoto (2009), um dos maiores desafios dos assistentes sociais no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de efetivar e preservar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano.

É uma ação de um sujeito profissional que tem competência para propor, para negociar com a instituição os seus projetos, para defender o seu campo de trabalho, suas qualificações e funções profissionais (IAMAMOTO, 1998, p. 21).

A seguir, será discorrido sobre os campos de atuação e as estratégias de intervenção do assistente social, com enfoque na rede socioassistencial.

4.4 CAMPOS DE ATUAÇÃO E AS POSSIBILIDADES DE INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA REDE SOCIOASSISTENCIAL

Nos processos de formação e trabalho nas redes sociassistenciais identificam-se diferentes campos de atuação e interlocução para o serviço social. Nessa perspectiva a rede social é sempre definida e delimitada a partir de um indivíduo ou ator social, sendo considerada como “o campo relacional de uma pessoa” (SPECK; ATTNEAVE, 1990, p. 31).

O Assistente Social atualmente encontra um mercado de trabalho abrangente, e com grandes desafios, pois a profissão institucionaliza-se em diversos espaços e segmentos sociais. Esses processos de trabalho tanto ocorrem na área pública quanto na privada, e, segundo Gentilli (2006), são denominadas de *campos de atuação*. São nesses espaços que o profissional atua a partir da realidade social expressa.

Outras possibilidades para o assistente social, conforme Gentilli (2006) são novos espaços, tais como nas mais recentes especializações médicas, na educação especial para pessoas com deficiência, etc.

O assistente social também é requisitado para a criação e implementação de projetos sociais em pesquisas, na assessoria técnica de políticas públicas governamentais e não governamentais, além de assumir, em muitos campos, o papel de gestor da política pública na qual atua.

Para atuar nos diversos campos, o profissional precisa de estratégias de intervenção com objetivo de aproximação com os sujeitos envolvidos. De acordo

com Torres (2009), em seu artigo intitulado “As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social: intervenção e o trabalho sócio-educativo”, descreve que,

Compreende intervenção propriamente dita, o conhecimento das tendências teórico-metodológicas, a instrumentalidade, os instrumentos técnico-operativos e os do campo das habilidades, os componentes éticos e os componentes políticos, o conhecimento das condições objetivas de vida do usuário e o reconhecimento da realidade social (TORRES, 2009).

É necessário também por parte do profissional, criatividade e renovação para lidar com as diferentes demandas diariamente apresentadas da rede socioassistencial.

Outra dimensão que deve ser avaliada para a profissão, refere-se às tecnologias sociais. De acordo com Thomas (2009, p. 27),

É possível definir a Tecnologia Social como uma forma de criar, desenvolver, implementar e administrar tecnologia orientada a resolver problemas sociais e ambientais, gerando dinâmicas sociais e econômicas de inclusão social e de desenvolvimento sustentável.

Atualmente se faz relevante uma reflexão acerca da tecnologia social como um dos temas centrais para a democracia, a capacidade de comunicação e acesso aos bens culturais são os que determinam quais vidas são possíveis e quais não serão viáveis na sociedade, são as tecnologias que designam quem são os incluídos e quem são os excluídos.

As tecnologias sociais podem ser reconhecidas como dimensões possíveis ao exercício profissional apresentado na Lei de Regulamentação da Profissão

V- orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 12).

Nesse sentido as tecnologias sociais se colocam como uma das formas mais claras do direito do cidadão, e via de exercício, desse direito de forma democrática “e recoloca a tecnologia como uma construção coletiva com e pelos atores”. (FONSECA, 2009, p. 146).

De acordo com o Ministério da Ciência e Tecnologia,

ao criar a Secretaria de Ciência e Tecnologia para a Inclusão Social (Secis), deixou claro seu compromisso com a democratização das decisões e ações que transfiram à população, principalmente aquela excluída do processo econômico e social, os benefícios gerados pela Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). Nesse contexto, o Programa de Tecnologias Socialmente Sustentáveis (PTS) é um instrumento importante de política pública [...] (BRASIL, 2004d, p. 7)

A seguir as possibilidades de práticas e contribuições do Assistente Social no trabalho em rede.

4.4.1 Assessoria e Consultoria

O Assistente Social encontra na assessoria e consultoria mais uma possibilidade de trabalho a partir do momento que amplia seus espaços ocupacionais em atividades referentes à implantação e orientação de conselhos de políticas públicas à capacitação de conselheiros, à elaboração de planos de assistência social, avaliação e acompanhamento de programas e projetos.

Devido a essas diferentes inserções profissionais, conseqüentemente as exigências também se modificam, exigindo novas qualificações, como conhecimentos para realizar um diagnóstico socioeconômico de municípios para leitura e análise dos orçamentos públicos, domínio do processo de planejamento e assim surgem também como alternativas de trabalho no campo da assessoria e consultoria,

Dentre as estratégias possíveis para enfrentar a fratura entre pensar e agir no Serviço Social indicamos os processos de assessoria/consultoria. Diante da complexidade das situações vivenciadas pela categoria, consideramos a assessoria/consultoria necessárias, possíveis e viáveis, ainda que reconheçamos que não sejam suficientes, nem possamos assegurar as reais conseqüências de um processo que envolve unidades formadoras e meio profissional, nas suas respectivas complexidades e diferenças, mas antes de tudo na sua unidade (VASCONSELLOS, 1998, p. 123).

Ao citar assessoria/consultoria para o Serviço Social, é necessário ter bem claro seus conceitos e objetivos com vistas à concretização de seu projeto ético-político.

Na origem da palavra assessoria (FERREIRA, 1999, p. 86), entende-se que é aquela ação que visa auxiliar, ajudar e apontar caminhos. Não sendo o assessor um sujeito que opera a ação, e sim, o propositor dessa; junto a quem lhe demanda essa assessoria.

Assim, definimos assessoria/consultoria como aquela ação que é desenvolvida por um profissional com conhecimentos na área, que toma a realidade como objeto de estudo e detém uma intenção de alteração da realidade. O assessor não é aquele que intervém, deve, sim, propor caminhos e estratégias ao profissional ou à equipe que assessora e estes têm autonomia em acatar ou não as suas proposições. Portanto, o assessor deve ser alguém estudioso, permanentemente atualizado e com capacidade de apresentar claramente as suas proposições (MATOS, 2006, p. 5).

Consultoria vem da palavra consultar, que significa pedir opinião. Portanto, consultoria é mais pontual que assessoria que remete a ideia de assistir. De acordo com Vasconcelos (1998, p. 128-129):

Frequentemente para que uma equipe ou assistente social solicite um processo de consultoria, é necessário que já tenha passado, ainda que precariamente, pela elaboração de um projeto de prática, objetivando, com a consultoria, respostas para algumas questões pontuais que dificultam o encaminhamento do mesmo.

Os processos de assessoria são também solicitados tanto por uma equipe como por indicação externa, mas neles nos deparamos com uma realidade diferente. As assessorias são solicitadas ou indicadas, na maioria das vezes, com o objetivo de possibilitar a articulação e preparação de uma equipe para a construção do seu projeto de prática por meio de um expert que venha assisti-la teórica e tecnicamente.

Através da capacitação continuada, exigência de qualquer profissão, o Assistente Social pode ser um excelente assessor, com os conhecimentos nas políticas públicas e aproximações com a comunidade, reconhecendo o local de atuação.

Na atual lei de regulamentação da profissão, Lei n. 8.662/1993, pode-se identificar o exercício da assessoria/consultoria como uma atribuição privativa do Assistente Social e também como uma competência desse profissional:

Art. 4º Constituem competência do Assistente Social:

VIII – prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX – prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;”

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

III – assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, em matéria de Serviço Social.

Antes de iniciar o processo de assessoria, o assistente social deve tomar conhecimento dos motivos dessa solicitação. Geralmente isso acontece pela necessidade de alguma mudança na instituição. Nesses casos, através de um reconhecimento do ambiente e estudo da realidade, o assessor, contribui apontando caminhos e auxiliando na desvelação de questões que a equipe e o profissional, sozinhos, não podem identificar.

É preciso ter claro que o assessor não é um porta-voz do que deve ou não ser feito, ele traz propostas para alterações e os assessorados têm autonomia em acatar ou não as proposições da assessoria. Nos processos de assessoria/consultoria, deve-se valorizar a informação (registros, sistematização, mediações, produção de dados e socialização).

Conhecer os fundamentos de planejamento (diagnosticar, elaborar planos, avaliar, registrar, priorizar coletivamente) ter capacidade de realizar articulação, de negociação e mediação de conflitos é competência fundamental para a execução da assessoria/consultoria.

A assessoria/consultoria é uma importante possibilidade de intervenção estratégica para a profissão. As necessidades sociais se modificam e transformam as formas de atendê-las e dentre essas possibilidades estão os processos de assessoria/consultoria para o Serviço Social através de uma visão crítica, inovadora e criativa, por sua capacidade de interpretar a realidade para o enfrentamento dos desafios de gestão social.

Em experiência desenvolvida junto ao Projeto Social Cidadania.com a assessoria/consultoria foi marcada a partir da presença do projeto na rede socioassistencial o que viabilizou a solicitação por parte das instituições no auxílio e planejamento de ações, pautas e avaliações sistemáticas do processo com objetivo de potencializar os espaços de reuniões mensais, buscando um comprometimento maior dos participantes e entendimento da importância do trabalho em rede. Os espaços das reuniões foram utilizados também como formação de seus participantes, em questões relacionadas ao conceito de rede e controle social.

4.4.2 A Investigação

A dimensão investigativa para o Serviço Social compreende a produção do conhecimento, a elaboração de pesquisas e os aspectos analíticos que dão suporte, qualificam e garantem a concretização da ação interventiva. Ou seja:

[...] é um suposto para a sistematização teórica e prática do exercício profissional, assim como para a definição de estratégias e o instrumental técnico que potencializam as formas de enfrentamento da desigualdade social (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 2007, p. 67).

Antes de planejar qualquer intervenção o profissional precisa identificar as demandas e reconhecer as situações de vida da população e é justamente através da investigação e pesquisa que conhecerá as reais necessidades locais para poder atuar e a partir daí, estruturar seu trabalho e estabelecer as competências e

atribuições específicas necessárias ao enfrentamento das situações e demandas sociais que se apresentam em seu cotidiano.

Qualquer situação que chegue ao Serviço Social deve ser analisada a partir da singularidade da sua realidade, contextualizada em um plano de universalidade, e alcance a particularidade, na qual se desvela o objeto, objetivos e o plano de intervenção. Para isso, é fundamental que o profissional sempre mantenha uma postura analítica, crítica, questionadora, não se contentando com o que aparece a ele imediatamente, busque apreender o que está “por trás”, na mediação dos processos e realidades. Com esse conhecimento, o profissional pode planejar a sua ação com muito mais propriedade, visando à mudança dessa mesma realidade.

Segundo Ivete Simionatto (2005) a pesquisa no Serviço Social vem se consolidando e estão sendo cada vez mais utilizadas no âmbito das políticas sociais. Investigação sobre a profissão, nos espaços sociocupacionais, no ambiente da graduação e pós-graduação, entre outras.

Ainda conforme a autora há

delimitar objetos de investigação; consolidar os grupos de pesquisa e avançar na construção de pesquisas interdisciplinares e interinstitucionais; criar mecanismos institucionais entre pesquisadores da mesma universidade ou universidades diferentes; e por fim, ampliar a participação de pesquisadores não-docentes, que ainda é bastante reduzida, buscando superar o distanciamento entre pesquisadores inseridos no âmbito acadêmico e aqueles inseridos nas práticas profissionais (SIMIONATTO, 2005, p. 59).

As competências específicas dos assistentes sociais, no âmbito da política de Assistência Social, abrangem diversas dimensões interventivas, complementares e indissociáveis e uma delas é justamente a pesquisa,

Uma dimensão que se materializa na realização sistemática de estudos e pesquisas que revelem as reais condições de vida e demandas da classe trabalhadora, e possam alimentar o processo de formulação, implementação e monitoramento da política de Assistência Social (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 2009, p 19);

A investigação é muito importante para a profissão do Serviço Social, pois sua atuação não é apenas sobre a realidade, mas sim na realidade. Conforme Iamamoto (1997, p. 37) a pesquisa deve se firmar

como uma dimensão integrante do exercício profissional, visto ser uma condição para se formular respostas capazes de impulsionar a formulação de propostas profissionais que tenham efetividade.

O Assistente Social tem na pesquisa instrumento para o desenvolvimento de forma ética e qualitativa o trabalho profissional que lhes compete. Instrumento esse que deve ser utilizado com responsabilidade e de acordo com os princípios norteadores do Código de Ética

O que se reivindica, hoje, é que a pesquisa se afirme como uma dimensão integrante do exercício profissional, visto ser uma condição para se formular respostas capazes de impulsionar a formulação de propostas profissionais que tenham efetividade e permitam atribuir materialidade aos princípios éticos-políticos norteadores do projeto profissional. Ora, para isso é necessário um cuidadoso conhecimento das situações ou fenômenos sociais que são objeto de trabalho do assistente social (IAMAMOTO, 2009; p. 56).

É de grande importância a sistematização das práticas do Serviço Social, pois é através disso que é possível reconstruir a história da profissão no país e aperfeiçoar seus modos de intervenção social.

No período de estágio realizado do Projeto Cidadania.com, identificou-se a necessidade da investigação. Em algumas reuniões foram realizados estudos de caso, devido à temática escolhida pela região.

Antonio Carlos Gil o define como "estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, permitindo seu amplo e detalhado conhecimento (GIL, 2004, p. 54). O caso era discutido em pequenos grupos, após socializado ao grande grupo com o objetivo de "desenhar" um fluxo de atendimento para a situação, verificando o funcionamento ou não da rede socioassistencial.

Em outros casos utilizou-se o resgate histórico das regiões, sendo esse um momento muito importante para a contextualização atual. A memória – individual e coletiva – é a forma de registro mais primordial existente. De forma seletiva, tanto grupos quanto indivíduos articulam suas experiências passadas, formulando uma narrativa histórica acerca de suas trajetórias.

Esta narrativa é construída e reconstruída segundo as perspectivas presentes, ao mesmo tempo em que constitui a base a partir do que é vislumbrado para o futuro. De acordo com Portelli (1997), discutindo a importância da história oral, recursos de muitas pesquisas qualitativas, revela-se que é a subjetividade do expositor que fornece às fontes orais o elemento precioso que nenhuma outra fonte possui em medida igual. A história oral, mais do que sobre eventos, fala sobre significados; nela, a aderência ao fato cede passagem à imaginação, ao simbolismo.

4.4.3 Acolhimento e Vínculo

A discussão sobre o tema do acolhimento é relevante por estar diretamente ligada ao acesso e recepção dos usuários nos serviços. O funcionamento da rede depende do desempenho da chamada atividade de recepção do usuário no serviço, entendida como espaço primordial de investigação, elaboração e negociação das necessidades que podem vir a serem satisfeitas.

O conceito de acolhimento é difícil de delimitar positivamente. De acordo com o glossário do Ministério da Saúde, a palavra acolhimento significa,

Recepção do usuário, desde sua chegada, responsabilizando-se integralmente por ele, ouvindo sua queixa, permitindo que ele expresse suas preocupações, angústias, e ao mesmo tempo, colocando os limites necessários, garantindo atenção resolutiva e a articulação com os outros serviços de saúde para a continuidade da assistência quando necessário (BRASIL, 2010).

O acolhimento é o ponto principal no atendimento dos usuários, pois é o primeiro contato com o serviço procurado e tem como objetivo propiciar condições

favoráveis ao estabelecimento de um novo patamar de relação entre profissionais. Nesse sentido, “a integralidade pode ser entendida como uma ação resultante da interação democrática entre atores no cotidiano de suas práticas na oferta do cuidado de saúde, nos diferentes níveis de atenção do sistema” (PINHEIRO, 2002, p. 15).

No Dicionário Aurélio de Língua Portuguesa, o termo acolhimento está relacionado ao "ato ou efeito de acolher; recepção, atenção, consideração, refúgio, abrigo, agasalho". E acolher significa dar acolhida ou agasalho a; hospedar; receber: atender; dar crédito a; dar ouvidos a; admitir, aceitar; tomar em consideração; atender a". Já vínculo é "tudo o que ata, liga ou aperta; ligação moral; gravame, ônus, restrições; relação, subordinação; nexos, sentido" (FERREIRA, 1999, p. 674).

No Dicionário Houaiss, o termo acolhimento não existe, porém acolher significa "oferecer ou obter refúgio, proteção ou conforto físico. Ter ou receber (alguém) junto a si. Receber, admitir, aceitar. Dar crédito, levar em consideração". Já vínculo é definido como "aquilo que ata, liga ou aperta que estabelece um relacionamento lógico ou de dependência, que impõe uma restrição ou condição".

A noção de vínculo reflete a responsabilidade e o compromisso (MERHY, 1994). Assim sendo, ela está em consonância com um dos sentidos de integralidade. Afirma o autor:

criar vínculos implica ter relações tão próximas e tão claras, que nos sensibilizamos com todo o sofrimento daquele outro, sentindo-se responsável pela vida e morte do paciente, possibilitando uma intervenção nem burocrática e nem impessoal (MERHY, 1994, p. 138).

Há muitas maneiras de construir vínculos. Dirigir-se às outras pessoas com um olhar gentil é criar vínculos com os olhos. Elogiá-las com palavras gentis é criar vínculos com a boca. Trabalhar vínculo como estratégia ou intervenção requer um desnudamento próprio, um reconhecimento do “não saber aonde vai dar”, reconhecer as diferenças e preconceitos para assim buscar a superação e conseguir aceitar o sujeito que se apresenta, assim como ele é.

Vínculo como base do trabalho social, traz a ideia de acolher, liga, nexos, sentido, responsabilidade, compromisso, aceitar, receber, atender, dar ouvidos, aceitar e interação. Na relação profissional, constitui-se num grande desafio, uma vez que requer uma aproximação, abertura do profissional e da instituição em acolher o que se coloca como novo e diferente aos padrões usuais, a uma cultura estranha.

No sentido mais simples, escutar é ouvir com atenção, cabe ao assistente social durante o acolhimento desvendar o que há por trás dessa fala e do contexto apresentado pelo usuário. com objetivo de atender as suas necessidades, o usuário "necessita da interpelação do outro como espelho ativo para encaminhar-se a seus valores últimos e para deles fazer uma verdadeira força interior" (BARBIER, 2002, p. 169).

Das relações estabelecidas entre pessoas que em algum momento necessitam de um acolhimento de ser escutado, ou para lidar com o sofrimento, ou para lidar com alegrias, inicia-se uma escuta sensível. Para Barbier (2002, p. 94), "Trata-se de um 'escutar-ver' que toma de empréstimo muito amplamente a abordagem rogeriana em Ciências Humanas, mas pende para o lado da atitude mediativa no sentido oriental do tremo. A escuta sensível apóia-se na empatia".

Barbier (2002) diz que o profissional que se propõe a trabalhar com a escuta sensível, deve saber sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro para poder compreender de dentro suas atitudes, comportamentos e sistemas de ideias, de valores, de símbolos e de mitos.

A escuta sensível não faz comparações nem julgamentos, reconhece e aceita o outro como ele é, de forma incondicional, "na sua qualidade de pessoa complexa dotada de uma liberdade e de uma imaginação criadora" (BARBIER, 2002, p. 96).

Na escuta sensível considera-se relevante os cinco sentidos, em uma relação de totalidade com o outro. A audição, o tato, a gustação, a visão e o olfato precisam ser desenvolvidos na escuta sensível, pois se deve prestar atenção total nos movimentos e gestuais no usuário, por essa razão, a escuta, nesse caso, é de uma sutileza inigualável. A escuta é sempre uma escuta-ação espontânea. Ela age sem

mesmo pensar que o faz. A ação é completamente imediata e se adapta perfeitamente ao evento.

Deve-se levar em consideração também o silêncio do outro, os seus movimentos e a sua falação podem estar querendo denunciar muitos sentimentos, ao buscar a escuta sensível a intenção é justamente tentar decodificar os sentimentos dos envolvidos.

O trabalho pelo vínculo não garante o sucesso do profissional ou do projeto, mas constrói junto com o sujeito uma escuta, outras possibilidades, um respeito, uma aceitação que poderá ter rebatimento em outras esferas de sua vida.

Conforme a Cartilha do Ministério da Saúde, intitulada “Acolhimento nas práticas de produção de saúde”: “O acolhimento não é um espaço ou um local, mas uma postura ética, não pressupõe hora ou profissional específico para fazê-lo, implica compartilhamento de saberes, necessidades, possibilidades, angústias e invenções” (BRASIL, 2009b, p.19).

Deve-se considerar que alguns consensos precisam ser respeitados desde o acolhimento, que representa a primeira etapa do atendimento. São consensos fundamentais: ética, privacidade, confidencialidade e sigilo. O Código de Ética (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993) profissional, em seu artigo 15º, refere-se ao direito do assistente social em manter o sigilo profissional. No artigo 18º, refere-se à possibilidade da quebra do sigilo somente em situações extremas que possam trazer prejuízos aos interesses do usuário, de terceiros e da coletividade.

O Assistente Social deve ter um olhar ampliado e no acolhimento ao usuário iniciar a vinculação como necessidade básica da consolidação dos laços, por mais pontual que seja há sempre o estabelecimento de algum vínculo; seja pelo olhar, pelo toque no ombro, pelo empréstimo do ouvido ou mesmo pela palavra de conforto.

O processo de acolhimento dá-se também entre as instituições e participantes da rede socioassistencial. É de fundamental importância para o fortalecimento dos vínculos necessários para a efetivação da rede. Devido a presença constante do Projeto Cidadania.com nas redes de São Leopoldo, oportunizou-se vislumbrar a criação de novos vínculos e assim novas conexões da

rede. Esses vínculos são invisíveis, e só se tornam visíveis quando acionados. Essa conectividade é a capacidade dos diferentes membros da rede em se comunicar.

Tais ligações potencializam a rede, valorizam as pessoas e grupos ligados, dando vistas a essas relações e formando outras redes. A rede é fonte de conhecimento e para isso necessita do suporte humano para interação, caso contrário essas informações ficam paradas e perdem o valor. Esse conhecimento diz respeito à confiança estabelecida, a qual se dá por meio de relações e ligações duradouras e repetitivas, constituídas pelo acolhimento e vínculo.

No período de realização de estágio no Projeto Social Cidadania.com, percebeu-se que as ligações e vínculos que eram ocultos do mundo real passam a ser visíveis e deixam claro que somente através do acolhimento é que a rede se fortalece possibilitando um espaço de aprendizado coletivo.

4.4.4 Abordagem grupal

Para a abordagem grupal é necessário por parte do Assistente Social conhecer primeiramente conceitos e teorias sobre o processo grupal. Segundo Pichon (1986), grupo é “o conjunto restrito de pessoas ligadas por constantes de espaço e tempo, articuladas por sua mútua representação interna, interagindo através de complexos mecanismos de assunção e atribuição de papéis, que se propõe de forma explícita ou implícita uma tarefa, que se constitui sua finalidade”.

Nessa perspectiva o processo de aprendizagem acontece em grupo, e aprender é fazer uma apropriação instrumental. Isso significa fazer uma leitura crítica da realidade, a partir das relações estabelecidas com um grupo de pessoas (vinculação) as quais, centradas em uma tarefa articulada a objetivos comuns, partem para ações em busca da transformação. É preciso aprender a ler os fenômenos grupais.

As redes são formadas para provocar mudanças e não há mudança sem aprendizagem e esse é uma característica das redes sociais. Essa aprendizagem acontece em grupo, numa relação entre os sujeitos.

A oportunidade de aprender em grupo é positiva, pois assim ao ouvir outras pessoas opinando sobre alguns assuntos, percebe-se que quem questiona não é julgado por não saber tudo, e os mais tímidos acabam criando coragem para expor suas ideias. A valorização do participante é fundamental e pode resultar em uma mudança de comportamento e isso é aprendizagem. É importante não rotular os participantes da rede, é preciso criar estratégias que facilitem a participação de todos os integrantes, para que em algum momento possam falar sobre o que estão aprendendo. Incentivar o grupo a formular perguntas é uma forma de aprender.

O entendimento das fases do processo grupal permite ao assistente social atuar de forma a favorecer a grupalização da rede e escolher as estratégias mais favoráveis. Na rede é normal a saída e entrada de integrantes, devido a sua dinâmica e a democracia, mas esse movimento não pode impedir o trabalho que deve ser levado a diante.

Através do trabalho e aprendizado em grupo, chega-se ao planejamento de estratégias para atender o objetivo sugerido nas reflexões em grupo que irão desencadear ações.

De acordo com o Código de Ética profissional, Artigo 5º, no dispositivo a, quando afirma são atribuições do Assistente Social “a) contribuir para a viabilização da participação efetiva da população usuária nas decisões institucionais” (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 24).

É muito importante que o Assistente Social, utilize-se de dinâmicas para a identificação das intencionalidades dos integrantes na rede, facilitar a participação de todos, através de atividades em subgrupos facilitando a comunicação, valorizar as experiências pessoais relatadas pelos integrantes, enfatizar o aprendizado em grupo e incentivar o protagonismo dos participantes da rede, através de leitura de um texto, ou um relato pessoal.

O projeto Cidadania.com, em suas andanças pelas redes socioassistenciais oportunizou a vivência da importância da abordagem grupal como forma de aprendizado e trabalho em equipe. As possibilidades de utilização de dinâmicas na apresentação dos participantes foi uma das técnicas utilizadas nos grupos, através de perguntas ou palavras que remetem ao trabalho em rede, em outros momentos com o objetivo de integração maior entre os participantes, utilizou-se contar a origem

do nome de cada um, buscando a diferença entre as pessoas e a instituição que representa.

Como forma de abordagem grupal foi utilizado também análises de charges, um texto visual humorístico e opinativo, que critica um personagem ou fato político específico. Fundamenta-se em um quadro teórico atual, envolvendo princípios da Análise do Discurso da Linguística Textual. Sua construção baseia-se na remissão a um universo textual e mantém relações intertextuais com textos verbais, visuais e verbais e visuais conjuntamente, a charge é um tipo de texto que atrai, pois, enquanto imagem, é de rápida leitura, transmitindo múltiplas informações de forma rápida. Assim, a charge se mostra como um poderoso instrumento de crítica, e foi realmente constatado, pois as reações apresentadas foram diversas, risadas, espantos rendendo muitos comentários.

Em outros casos, foram discutidos significados de alguns temas mais específicos, como a questão de acolhimento, violência, exploração sexual e a importância do trabalho em rede. Para trabalhar esse temas, foram usados citações e recortes de textos escritos em cartolina para melhor visualização.

4.4.5 Gestão e Comunicação na Rede

As reuniões de rede acontecem com periodicidade mensal ou de acordo com a necessidade, a participação no planejamento desses encontros pode ser uma ferramenta importante para o Assistente Social. No período entre uma reunião e outra, os encontros da comissão organizadora desenvolvem as ações, a metodologia e a pauta da próxima reunião, assim como, realizam a avaliação da última reunião e verificam-se os objetivos estabelecidos foram alcançados. É importante a participação do Assistente Social nesse planejamento, pois a articulação e mobilização sempre estiveram presentes na história da profissão.

O envolvimento do assistente social nesse processo pode se dar em diversos momentos, desde a elaboração e envio dos convites para os encontros, telefonemas para lembrar da importância do comparecimento da instituição na reunião. Com essas aproximações se criam os vínculos, o que favorece o

compromisso com a rede. Sem vínculo não há compromisso entre as pessoas e nas reuniões, são criadas oportunidades para os integrantes se conhecerem e se vincularem.

Como ferramenta eficaz de preparo da reunião, o Assistente Social tem a possibilidade de elaborar uma agenda para orientação no momento do encontro, além de ser um registro significativo para a sistematização da história da rede. O instrumento se concretiza através da definição dos objetivos, estratégias que serão utilizadas para atingi-los.

A recepção é importante para o acolhimento de novos membros, para facilitar a aproximação com a rede, pode-se elaborar um material informativo, ou material semelhante para ser entregue. As memórias das reuniões anteriores também devem ser disponibilizadas por *e-mail* ou entregue de forma impressa na reunião. De acordo com Keski, (1997, p. 138): “[...] a memória dos sujeitos vem sendo encarada, por várias instâncias sociais e culturais, como depósito e a fonte mais significativa da verdade, capaz de definir os destinos individuais e coletivos dentro da sociedade”.

A memória dos processos vividos na/pela rede se trata de todos os documentos que revelam a história construída: atas, relatórios, planos, fotos, filmagens, etc. Os documentos escritos devem ser caracterizados pela linguagem clara, onde deve contar quem esteve presente, o que foi discutido e o que ficou resolvido. A rede é formada por meio da comunicação interna e externa entre os participantes, o que pode acontecer pela elaboração de cartazes com sínteses das produções, boletins periódicos como forma de comunicação de toda a rede. A capacidade de mobilização depende da identificação dos integrantes com a rede e essa identificação se dá pela adequação da comunicação.

A coordenação da reunião constitui-se em ação estratégica compartilhada entre seus membros, que merece uma valorização formativa é o momento de motivação e comentários de alguns pontos da memória da reunião anterior para atualização do grupo, deixar claro os objetivos do dia e apresentação dos membros da rede, principalmente as boas vindas aos novatos. Deve-se destinar um momento da reunião para os informes, pois o fluxo de informação é imprescindível para o bom andamento da rede.

Como parte estratégica do planejamento, o Assistente Social precisa pensar formas para estimular a participação dos integrantes, solicitando opiniões das ações escolhidas, se são condizentes com os objetivos da rede, se as ações são possíveis e sempre valorizar as iniciativas dos integrantes que fizeram propostas e perguntas.

A gestão das ações pode ser realizada através da formação de grupos temáticos, assim os integrantes se envolvem no movimento da rede e como critério para formação desse grupo, deve ser considerado a vontade do participante e relação com o campo de atuação ou vontade de aprender sobre o tema.

A rede é um espaço democrático e de exercício da cidadania. O Serviço Social é capacitado para as práticas no processo de trabalho em rede constituído como direito no artigo 12º do Código de Ética (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 27): “b) apoiar e/ou participar dos movimentos sociais e organizações populares vinculados à luta pela consolidação e ampliação da democracia e dos direitos de cidadania”.

A articulação entre os serviços e instituições é um dos objetivos do Projeto Social Cidadania.com, o que se fez muito presente durante o período de realização do estágio, através das participações em reuniões das redes, socialização das atas e serviços prestados em São Leopoldo, divulgação do calendário mensal das reuniões da rede e de Conselhos, realização de visitas às instituições com o intuito de estreitar os laços de aproximação entre o projeto e as instituições, deixando disponível o espaço de publicização e construção do *blog*.

Ao postar no *blog* do Cidadania.com esse acesso se amplia, possibilitando a circulação da informação. Há também disponível no *blog* outras informações como, resultados de pesquisas e apresentações de organizações na categoria “Conhecendo os fios na nossa rede”, que permitem a indispensável aproximação do projeto com a população usuária. No site ainda estão disponibilizadas as legislações municipais, as instâncias municipais responsáveis pela deliberação e controle das políticas sociais

Após a realização desta aproximação, o projeto Cidadania.com foi incluído em todas as redes e tornou-se presença confirmada nas reuniões, sendo então já reconhecido pelos participantes e acolhido por todos os espaços.

O processo de estágio neste projeto oportunizou a participação nos grupos de trabalho de todas as regiões, dando subsídios para a atualização constante do *blog* e site do Cidadania.com, aproximação com diversas demandas, políticas e segmentos populacionais e algumas vezes o projeto ocasionou a vivência da coordenação das reuniões, propiciando uma prática significativa para as possibilidades de trabalho do Assistente Social.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As construções elaboradas ao longo do processo de aprendizado nasceram a partir das experiências, dos sentimentos e dos estudos da própria acadêmica e evidenciam a existência de algumas considerações importantes. Esta monografia permitiu sistematizar, processos referenciais e práticos importantes para o desenvolvimento de uma proposta de Rede Socioassistencial e do protagonismo do Serviço Social neste processo.

Identifica-se que as redes socioassistenciais constituem-se em estratégias possíveis de afirmação da democracia nos territórios, da intersectorialidade das políticas, assim como da projeção de outros rumos de desenvolvimento local, a partir da relação entre Estado e Sociedade Civil.

Ao propor uma investigação acerca da temática da Rede Socioassistencial especificamente em São Leopoldo, a partir da inserção no Projeto Social Cidadania.com, foi possível conhecer as dinâmicas envolvidas nos processos de trabalho como instrumento que busca consolidar o direito à cidadania, a partir de estratégias que visam à articulação das políticas públicas na superação da fragmentação e encontrar a solução para grande parte dos problemas desvelados no cotidiano da população.

Os estudos foram fundamentados em autores e estudiosos que discorrem acerca da temática das redes para, com isso, compreender o seu significado e conceituação a partir de diversos olhares. Nesse processo foi possível perceber as diferentes formas de manifestação das redes e suas motivações.

A Rede Socioassistencial e o Projeto Social Cidadania.com, são espaços estratégicos na contemporaneidade para os processos de formação e trabalho do assistente social, incorporando categorias emergentes e apontando muitos movimentos de formação e trabalho no campo da cidadania. A Universidade é um lugar de articulação e de conhecimento que se concretizam através da conexão com a comunidade.

Com base na revisão teórica da experiência de estágio e da formação acadêmica, entende-se que o Projeto Social Cidadania.com é um campo rico para a realização de estágio obrigatório e não obrigatório, pois possibilita conhecer,

compreender e perceber diversas demandas, bem como instigar possibilidades de intervenção para o Serviço Social, a serem desenvolvidas pelos profissionais na rede de serviços no município de São Leopoldo e em especial as ações interdisciplinares existentes nos processos de trabalho em rede e constituídas como dever da profissão no Código de Ética (CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993).

Em relação às Redes Socioassistenciais do município de São Leopoldo, percebe-se um espaço de formação necessário para o exercício da cidadania e controle social, pois através da informação e conhecimentos produzidos nas reuniões de rede acontece a potencialização do sujeito. O assistente social é um profissional que contribui nesse processo, por estar habilitado a conduzir o sujeito para a construção de uma consciência crítica, fazendo com que esse sujeito busque o entendimento de suas limitações e consiga reverter muitas delas a partir de suas próprias investigações e proposições. Esse processo se dá através do empoderamento do sujeito, sendo uma construção conjunta resultante do reconhecimento de suas potencialidades. Mesmo as redes sendo espaços democráticos, percebem-se a ausência da população nessas instâncias, como provável causa tem-se a desinformação ou incompatibilidade de horário, já que as reuniões acontecem em dias de semana e horários de trabalho.

A Rede Socioassistencial de São Leopoldo, apresenta ao longo da experiência movimentos importantes e lacunas ainda existentes com relação à presença dos Conselhos de Direitos nas reuniões. Houveram alguns avanços neste sentido, pois em 2010, a partir da eleição para o Conselho Tutelar ocorrida em Agosto, percebeu-se uma participação dos conselheiros de forma mais sistemática nestes espaços, mas os demais conselhos ainda se fazem ausentes. Percebe-se a falta de identidade um com o outro e o desperdício de um espaço de articulação e interação entre Conselhos e Rede Socioassistencial.

O Serviço Social é parte constitutiva dos processos emancipatórios, sua permanência e atuação nestes espaços contribuem para o desencadeamento de uma consciência crítica, que levará o sujeito a questionar o sistema ao qual está inserido, suas ações, seus propósitos e ainda o papel que desenvolve dentro das suas atribuições e, com isso, fazer a auto-avaliação de suas potencialidades.

Percebe-se a necessidade de manter como prática no município uma agenda onde permaneça o Seminário das Redes de São Leopoldo, para a socialização dos trabalhos realizados no ano, visto que o primeiro seminário teve uma avaliação positiva dos participantes, ampliando as redes para além dos trabalhadores das instituições, com a participação dos cidadãos.

Diante de todo o processo de construção da monografia, foi possível fazer a indispensável relação entre a teoria e a prática, entre a investigação e a intervenção, entre as dimensões políticas e técnicas, entre a sociedade civil e o governo, entre a universidade e a cidade, assim como do assistente social com as redes.

Relações fundamentais para o assistente social que compromete-se ser um profissional de transformação social.

Como experiência percebe-se que a profissão de assistente social é muito mais do que um profissional garantidor de direitos, pode ser analítico, crítico e propositivo, sem perder a ternura e a paixão em cada uma das suas práticas e no conjunto dos seus processos de trabalho.

REFERÊNCIAS

ASSMANN, H.. **Reencantar a educação**: rumo à sociedade aprendente. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA - ABRAPIA. **Abuso sexual contra criança e adolescentes**. Petrópolis: Autores & Agentes Associados, 1997.

BAPTISTA, M.V. **Planejamento social**: intencionalidade e instrumentalidade. São Paulo: Veras, 2003.

BARBIER, René. Escuta sensível na formação de profissionais de saúde. In: BARBIER, René. Site personnel de René Barbier. 2002. Trabalho apresentado à Conferência na Escola Superior de Ciências da Saúde, Brasília, 2002. Disponível em:< www.barbier-rd.nom.fr/ESCUTASENSIVEL.PDF>. Acesso em: 02 maio 2011.

BARNES, J.A. Redes Sociais e Processo Político. In: FELDEMAN-BIANCO, Bela (Org.). Antropologia das Sociedades Contemporâneas - Métodos. São Paulo: Global, 1987. 223p.

BARNES, J.A. Social Networks. Cambridge: Module 26, p.1-29, 1972.

BATISTONE, M. R. Análise da inserção do assistente social nos espaços de ação profissional. IN: Serviço Social: as respostas aos desafios conjunturais. IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Congresso Chico Mendes. São Paulo: Cortez, 1991

BEHRING, E. R. A nova condição da política social. Em Pauta. Rio de Janeiro, n. 10, p. 9-49, nov. 1993.

BENNET, W. L. & ENTMAN, R. "Mediated Politics", "Communication and the future of democracy" In: _____ (eds.) Mediated Politics. Cambridge, Cambridge University Press, 2001

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Assessoria de Comunicação. **Comunicação Institucional**. Brasília, 2008.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Desenvolvimento Social. **Guia de Políticas e Programas do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS**: Governo e Sociedade trabalhando juntos. Brasília, 2008.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social e Norma Operacional Básica do SUAS. Brasília: SNAS, 2004.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Resolução MDS/CNAS nº 1 de 25/01/2007, aprova a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos – NOB-RH/SUAS. Disponível em:<[http:// www.mds.gov.br/](http://www.mds.gov.br/)>. Acesso em: 5 de maio de 2007.

BRASIL. Presidência da República. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Justiça. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Brasília, 2009a.

BRASIL. Ministério da Justiça. Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania. Territórios de paz. Brasília, 2007b.

BRASIL. Ministério da Justiça. Texto Base da 1ª CONSEG. Brasília. 2009b.

BRASIL. Ministério da Saúde. Arquivos. Cartilha da PNH Acolhimento nas Práticas de Produção de Saúde. Brasília, 2009c. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/APPS_PNH.pdf>. Acesso em 15 maio, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Consulta Pública. Brasília, 2007c. Disponível em <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/visualizar_texto.cfm?idtxt=28353>. Acesso em maio, 2011

BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde da Pessoa com Deficiência Publicações Disponível em <<http://www.saude.rs.gov.br/dados/1288791744349Cartilha%20da%20Sa%FAde%20da%20Pessoa%20com%20Defici%EAncia.pdf>>. Acesso em maio, 2011

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Norma Técnica: Prevenção e tratamento dos agravos resultantes da violência sexual contra mulheres e adolescentes. Brasília: Ministério da Saúde, 2010. (No prelo).

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Diretoria de Articulação de Redes de Atenção à Saúde. Redes regionalizadas e territórios integrados de atenção à saúde - TEIAS: a estratégia: pressupostos, componentes e diretrizes. Brasília, DF, 01 out. 2009a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Núcleo Técnico da Política Nacional de Humanização. Acolhimento nas práticas de produção de saúde. 2. ed. Brasília: Ministério da Saúde. 2009b. 42p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. VIVA - Vigilância de Violência e Acidentes 2006-2007. Brasília: Ministério da Saúde. 2009b. 154 p.

BRASIL. Ministério das Cidades. Caderno de Habitação 4. Brasília, maio 2006.

BRASIL. Ministério das Cidades. Caderno de Planejamento Territorial Urbano e Política Fundiária 3. Brasília, nov. 2004a.

BRASIL. Ministério das Cidades. Caderno de Política Nacional de Mobilidade Urbana Sustentável 6. Brasília, nov. 2004b.

BRASIL. Ministério das Cidades. Caderno de Saneamento Ambiental 5. Brasília, out. 2004c.

BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. Brasília, 2004d.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política nacional de assistência social. Brasília, 2004e. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/pnas.pdf/download>>. Acesso em 11 maio 2011.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate À Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Norma operacional básica: NOB/SUAS: construindo as bases para a implantação do Sistema Único de Assistência Social. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/politica-e-nobs/nob-suas.pdf/download>>. Acesso em:

BRASIL. Presidência da República. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Brasília, 20 de dezembro de 1999. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/d3298.htm>>. Acesso em 19 maio 2011.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, 11 de dezembro de 1990a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8112cons.htm>. Acesso em 11 maio 2011.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, 19 de setembro de 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>. Acesso em 15 abr 2011

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Brasília, 28 de dezembro de 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8142.htm>. Acesso em 14 maio 2011.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, 24 de julho de 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.htm>. Acesso em 13 maio 2011.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 de dezembro de 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em 11 maio, 2011.

CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos**. São Paulo: Cultrix, 1997

CAPRA, F. **As conexões ocultas**. São Paulo: Cultrix/Amana-Key, 2002.

CAPRA, F. **O ponto de mutação: a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Editora Cultrix, 1982.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CARVALHO, M. C. B. **A ação em rede na implementação de políticas e programas sociais públicos**. Disponível em: <http://rits.org.br/redes_teste/rd_tmtes_abr2003.cfm> Acesso em: 09 maio. 2011

CARVALHO; GUARÁ. **Gestão municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente**. São Paulo: IEE-PUC/CBIA, 1995.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. 5. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2005

CASTELLS, M. **Para o Estado-rede: globalização econômica e instituições políticas na era da informação**. In: PEREIRA, L. C. Bresser; WILHEIM, J.; SOLA, L. Sociedade e Estado em transformação. Brasília: ENAP, 1991.

CASTELLS, M.. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003a.

CASTELLS, M. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. v. 1. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003b.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede** 9. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CENTRO JACOBINA. **Levantamento do perfil das mulheres atendidas no Centro de Referência**. São Leopoldo. 2010.

CIP-Brasil. **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento /Fundação Banco do Brasil – Rio de Janeiro: 2004.

CÍRCULO OPERÁRIO LEOPOLDENSE - COL. **Movimentos Sociais em pauta**: Re-conhecendo e fortalecendo os movimentos sociais em São Leopoldo. São Leopoldo, 2011.

CLEMENTE, C. A; CELESTINI, E. C. **Trabalhando com a diferença**: responsabilidade social e inclusão de portadores de deficiência. São Paulo: Espaço da Cidadania, 2004.

CLEMENTE, C. A; CELESTINI, E. C. **Trabalho e inclusão social de portadores de deficiência**. 1. ed. Osasco: Gráfica e Editora Peres, 2003.

COLMÁN DUARTE, E. E. Fundamentação Teórico-Metodológica . Projeto de Pesquisa sobre as **Tecnologias de Informação**. Disponível em < <http://www.uel.br/cesa/sersocial/principalgeral.html> >. Acesso em: 05 maio 2011.

COLONOMOS, A. **Emergence d'un objet et perspectives internacionalistes**. In.: CHARILLON, F. et I. Sociologie des réseaux transnationaux. Paris: Editions L'Harmattan, 1995. 299p.

COSTA, A. **Redes Sociais**: limites e possibilidades na era da Internet. 2009. 35 f. Atividade acadêmica da disciplina Pesquisa em Serviço Social II, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2009.

COSTA, A. **Projeto Cidadania.com**: disseminando o acesso a informação na busca do protagonismo e da cidadania. 2010. 36 f. Atividade acadêmica de Estágio Supervisionado em Serviço Social, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2010.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL - CRESS, 10ª Região. **Coletânea de Leis**. Porto Alegre: Dacasa, 2009

DEMO, P. **Menoridade dos mínimos sociais**: encruzilhada da assistência social no mundo de hoje. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n.55, 1997.

DEMO, P. **Política pública de direitos humanos**. In: Ser Social - Direitos humanos e políticos. Brasília: PPG em Política social/ UnB, n. 8. jan/jun. 2001, 2001. p. 85-98

DICK H.: FERREIRA, J. S. **Para além de um monótono estribilho**. Violência e segurança na perspectiva juvenil- o caso de São Leopoldo. São Leopoldo: CEBI, 2009.

- DOWBOR, L.. **Informação para a cidadania e o desenvolvimento sustentável.** Revista de Economia & Desenvolvimento Sustentável, 2007. Disponível em <http://www.ufcg.edu.br/~edufcg/filestodownload/revistas/E&DS_Ano_1_N_0_Junho_2007.pdf>.. Acesso em 28 abr 2011.
- FALEIROS, V.de P. **Estratégias em Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 2001
- FÁVERO, E. A. G. **Direito das pessoas com deficiência:** Garantia de igualdade na diversidade. Editora WVA, Rio de Janeiro, 2004.
- FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI:** o dicionário da língua portuguesa. 3. ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999
- FERREIRA, R da S. **A sociedade da informação no Brasil:** um ensaio sobre os desafios do Estado. Brasília, 2003, v. 32, n. 1, jan./abr., p.36-41. Disponível em <http://www.cqgp.sp.gov.brodownloadessociedade_informação.pdf> Acesso em 28 abr.2011.
- FONSECA, R. Tecnologia e democracia. In. OTTERLOO, A. **Tecnologia Sociais:** Caminhos para a sustentabilidade. Brasília/DF: s.n, 2009. p. 145.-153.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GENTILLI, R. de M. L. **Representações e práticas:** identidade e processo de trabalho no serviço social. 2. ed. São Paulo: Veras, 2006.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São paulo: Ed. Atlas, 2002. 175p
- GIONGO, C. D. **Tecendo relações:** o trabalho com famílias na perspectiva de redes sociais. In: SCHEUNEMANN, Arno V; HOCH, Lothar Carlos (Orgs.). Redes de apoio na crise. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2003.
- GOHN, M. da G. **O protagonismo da sociedade civil:** movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. São Paulo: Cortez, 2005
- GOHN, M. da G. **Os Sem-terra, ONGs e cidadania.** São Paulo: Cortez, 2000.
- GOMES, M. C. P. A; PINHEIRO, R. Acolhimento e vínculo: práticas de integralidade na gestão do cuidado em saúde em grandes centros urbanos Interface - Comunic., Saúde, Educ., v.9, n.17, p.287-301, mar/ago 2005
- GOMES, W **Esfera pública política e media II.** In: Rubim, A.A.C., Bentz, I.M.G. & Pinto, M.J. (Eds), Práticas discursivas na cultura contemporânea. São Leopoldo: Unisinos, Compós, 1999
- GUERRA, Y. **A instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social.** Serviço Social & Sociedade, ano 20, n. 62, p. 5-33, mar. 2000

GUIA ONLINE DE CIDADANIA DE SÃO LEOPOLDO. **Cidadania.com**. In UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS. Disponível em <http://www.unisinos.br/projetos_sociais/cidadania/>. Acesso em 24 abr 2011.

HUPFFER, H. M. **Situando a Extensão na Unisinos**. Cadernos de Extensão I. São Leopoldo: Unisinos, 2000.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R de. **Relações sociais e Serviço Social no Brasil: um esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 1996

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no serviço social: ensaios críticos**. 3. ed. São Paulo, Cortez, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2009

INOJOSA, R. M. **Intersectorialidade e a configuração de um novo paradigma organizacional**. RAP, Rio de Janeiro, n. 32, p. 35-48, mar./abr. 1998.

INOJOSA, R. M. **Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade**. Cadernos Fundap, São Paulo, n. 22, p. 102-110, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades@: São Leopoldo**. Rio de Janeiro, [2011]. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 19 maio 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Sala de Imprensa. **Perfil dos Municípios Brasileiros 2009**. Perfil dos Municípios Brasileiros – 2009. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/2009/munic2009.pdf>> . Acesso em 23 abr 2011

INSTITUTO WCF-Brasil. **Refazendo laços de proteção: ações de prevenção ao abuso e à exploração sexual comercial de crianças e adolescentes**. Manual de orientação para educadores. São Paulo: Cenpec, 2006.

JUNQUEIRA, L.A.P.; INOJOSA, R. M. **Desenvolvimento social e intersectorialidade: a cidade solidária**. São Paulo, FUNDAP, 1997

KERN, F. A. et al. **A Informática e seus Impactos no Cotidiano**. [200-]. Disponível em < <http://www.uel.br/cesa/sersocial/principalgeral.html> >. Acesso em: 10 abr. 2011.

KERN, F. A. **As mediações em redes como estratégias metodológicas do Serviço Social**. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2005.

KOGA, D. **Medidas de cidades entre territórios de vida e territórios vividos**. São Paulo: Cortez, 2003

- LANDIN, L. “**Notas sobre a campanha do Betinho: ação cidadã e diversidade brasileiras**”. In: LANDIN, L. (org.). *Ações em sociedade*. Rio de Janeiro, Iser, 1998.
- LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PARA O SERVIÇO SOCIAL: **Coletânea de leis**, decretos e regulamentos para instrumentação do assistente social. CRESS SP. São Paulo: O Conselho, 2007.
- LOPES, M. H. C. **O tempo do SUAS**. Serviço Social & Sociedade Ano XXVI, São Paulo: Cortez, 2006.
- MAGALHÃES, R. “**Enfrentamento a pobreza, reconstruindo vínculos sociais: as lições da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida**”. *Cadernos de Saúde Pública* 18 (suplemento), 2002.
- MARTINELLI, M. L. **Serviço social: Identidade e alienação**. 10ª ed. São Paulo: Editora Cortez, 2006.
- MARTINHO, C. **Redes: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização**. Brasília: WWF-Brasil, 2003.
- MARX K. Capítulo V- **O Processo de Trabalho e o Processo de Produzir Mais Valia**. In: *O Capital: Crítica da Economia Política*. Tradução por Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).
- MATOS, M. C. **Assessoria e Consultoria: reflexões para o Serviço Social**. In: BRAVO, Maria Inês Souza e MATOS, Maurílio Castro. *Assessoria, Consultoria e Serviço Social*. Rio de Janeiro: 7 Letras; FAPERJ, 2006.
- MATURANA, H. **Emoções e Linguagem na Educação e na Política**. Tradutor José Fernando Campos Fortes. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- MERHY, E.E. **Em busca da qualidade dos serviços de saúde: os serviços de porta aberta para a saúde e o modelo tecnoassistencial em defesa da vida (ou como aproveitar os ruídos do cotidiano dos serviços de saúde e colegiadamente reorganizar o processo de trabalho na busca da qualidade das ações de saúde)**. In: CECÍLIO, L.C.O. (Org.) *Inventando a mudança em saúde*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MORGAN, G. **Imagens da organização**. São Paulo, Atlas, 1996.
- NETTO, J. P. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. In: MOTA, Ana Elizabete (Org.) et al. *Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional*. São Paulo: Cortez, 2006.
- NOGUEIRA, M. A. **Um estado para a sociedade civil-temas éticos e políticos da gestão democrática**. São Paulo: Cortez, 2004
- NORRIS, P. A. V. C. – **Political Communications in Postindustrial Societies**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

O TRABALHADOR com deficiência no Vale dos Sinos. In: UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS. Instituto Humanitas Unisinos. Notícias. São Leopoldo, 19 maio 2010. Disponível em <www.ihu.unisinos.br/index.php?option=com_noticias&Itemid=127&task=detalhe&id=32550>. Acesso em: 02 maio 2011.

OLIVEIRA, M. L. S.; BASTOS, A. C. de S. **Práticas de atenção à saúde no contexto familiar**: um estudo comparativo de casos. Psicologia. Reflexão. Crítica. Porto Alegre Vol. 13, n. 1, 2000.

PAIVA, B. A de. **O SUAS e os direitos sossioassistenciais**: a universalização da seguridade social em debate. Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez. nº87- ano XXVII- setembro 2006. p 05-24.

PASTORE, J.. **Oportunidade de trabalho para Portadores de Deficiência**. São Paulo: Editora LTr. 2000.

PERKINS, D.D.; ZIMMERMAN, M.A. (1995). **Empowerment meets narrative**: listening to stories and creating settings. American Journal of Community Psychology. Oct. v. 23. n. 5. p.569-79.

PERUZZO, C M. K (org.). **Vozes cidadãs**: aspectos teóricos e análise de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina. São Paulo: Angellare Editora, 2004. (Coleção Comunicação e Mídia)

PICHON-RIVIÈRE, E. – **“O Processo Grupal”**. Ed. Martins Fontes. São Paulo. 1986 (2ª edição).

PIES, M. 2005. **Concepção de sociedade civil no governo democrático** - popular do Rio Grande do Sul. São Leopoldo, RS. Dissertação de mestrado. PPGCSA – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 187 p.

PINHEIRO, R. **Práticas de saúde e integralidade**: as experiências inovadoras na incorporação e desenvolvimento de novas tecnologias assistenciais de atenção aos usuários no SUS. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Experiências Inovadoras no SUS: relatos de experiências. Brasília, 2002.

PONTES, R. N. **Mediação**: categoria fundamental para o trabalho do assistente social. In: In: Capacitação em Serviço Social e Políticas Sociais: Módulo 4: O Trabalho do assistente social e as políticas sociais – CEAD, Brasília, 2000. CRESS, 10ª Região. Coletânea de Leis. Porto Alegre: Dacasa, 2009.

PORTELLI, A. **O que faz a história oral diferente**. In: Cultura e Representação. São Paulo: Projeto História, no. 14. Educ, 1997.

RAICHÉLIS, R. **Análise da inserção do assistente social nos espaços de ação profissional.** In: Serviço Social: as respostas aos desafios conjunturais. IV Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, Congresso Chico Mendes. São Paulo: Cortez, 1991.

RAICHELLIS, R. **Democratizar a Gestão das Políticas Sociais – Um Desafio a Ser Enfrentado pela Sociedade Civil.** Fórum Nacional de Educação das Profissões na Área da Saúde. Disponível em <
http://www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto1-4.pdf>. Acesso em 25 maio 2011.

RESOLUÇÃO Nº 16, DE 5 DE MAIO DE 2010, Conselho Nacional de Assistência Social, 2010.

RIO GRANDE DO SUL. Fundação de Articulação e Desenvolvimento de Políticas Públicas para PPDs e PPAHs no RS – FADERS. Serviços: educação: salas de recursos multifuncionais. Porto Alegre, [2010a]. Disponível em: <
<http://www.portaldeacessibilidade.rs.gov.br/portal/index.php?id=servico&cat=27&cod=22>>. Acesso em: 02 maio 2011.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria Municipal de Saúde. Dados O SUS e a pessoa com deficiência no RS 2010. Porto Alegre, 2010b. Disponível em <
<http://www.saude.rs.gov.br/dados/1288791744349Cartilha%20da%20Sa%FAde%20da%20Pessoa%20com%20Defici%EAncia.pdf>>. Acesso em 13 maio 2011

RODRIGUEZ, J. M. M. **Desenvolvimento sustentável: níveis conceituais e modelos.** In: CAVALCANTI, Agostinho Paula Britto (org.) Desenvolvimento sustentável e planejamento- bases teóricas e conceituais. Fortaleza: UFC, 1997.

SÃO LEOPOLDO. Levantamento de dados sobre a situação de exploração sexual de crianças e de adolescentes em São Leopoldo/RS – 2009. São Leopoldo, 2009a.

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. Diretoria municipal de políticas para as pessoas com deficiência – DIMPD. São Leopoldo, [200-].

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. Estatísticas de pessoas referenciadas na DIMPD. São Leopoldo, [2010a].

SÃO LEOPOLDO. Prefeitura Municipal. Plano municipal de enfrentamento da violência doméstica e sexual contra crianças e adolescentes de São Leopoldo. São Leopoldo, 2010b.

SÃO LEOPOLDO. Relatório final NAPPI/2010. Dados NAPPI SRM 2010. São Leopoldo, 2010c.

SÃO LEOPOLDO. Vamos quebrar o muro do silêncio. São Leopoldo: Ferreira Artes Gráficas Ltda, 2009e.

- SARMENTO, H. B. de M. **Instrumentos e técnicas em Serviço Social: elementos para uma rediscussão**. São Paulo. PUC, 1994. Dissertação de Mestrado.
- SARTRE, J.P. – “**Crítica da Razão Dialética**”. DP&A editora. Rio de Janeiro. 2002.
- SCHERER – WARREN, Ilse. **Das mobilizações as redes de movimentos sociais**. Revista Sociedade e Estado. v. 21, n.1. Brasília: Editora da UnB, 2005, p. 109 – 130.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Cidadania sem fronteiras: ação coletiva na era da globalização**. São Paulo: Editora Hucitec, 1999
- SCHEUNEMANN, A. V. **Crises pessoais: sua interface com as novas articulações sociais e o aconselhamento como empoderamento em redes sociais de apoio, significando, serviço e trabalho**. In: SCHEUNEMANN, Arno V; HOCH, Lothar Carlos (Orgs.). **Redes de apoio na crise**. São Leopoldo: Escola Superior de Teologia, 2003.
- SCHLITHLER, C. R. B. **Redes de desenvolvimento comunitário: iniciativas para a transformação social**. São Paulo: Global; IDIS- Instituto para o Desenvolvimento de Investimento Social, 2004.
- SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SILVA, C. A. **Fundamentos e paradigmas das redes**. Disponível em: <www.rits.org.br/redes_teste/rd_coconceitos.cfm>. Acesso em: 21 abr. 2011a.
- SILVA, C. A. **O que são redes?** Disponível em: <www.rits.org.br/redes_teste/rd_opredes.cfm>. Acesso em 19 abr. 2011b.
- SIMIONATTO, I. **Os desafios na pesquisa e na produção do conhecimento em Serviço Social**. Revista Temporalis, ano V, nº9 – janeiro a junho de 2005 . Disponível em <<http://www.cchla.ufpb.br/meservso/2000.htm>>, Acessado em 18 maio, 2011.
- SOUZA, M. L de. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. 8. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2004.
- SOUZA, P. C. **Sociedade da Informação e Serviço Social : uma nova estratégia de intervenção?** Disponível em < <http://www.uel.br/cesa/sersocial/principalgeral.html> >. Acesso em: 10 maio 2011.
- SPECK, R V. e ATTNEAVE, C. L. (1990). **Redes Familiares**. Buenos Aires: Amorrortu Ed.
- SPOSATI, A. **Gestão pública intersetorial: sim ou não? Comentários de experiência**. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 85, p. 133-141, mar. 2006b.
- SPOSATI, A. **O primeiro ano do SUAS**. In: Serviço Social e Sociedade. São Paulo, Cortez, 83, 2006.

SPOSATI, A. **Regulação social tardia**: características das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e o terceiro milênio. In: Caderno Ideação: políticas sociais para um novo mundo necessário e possível. Porto Alegre: primeiro seminário balanço e perspectivas das políticas sociais no cenário mundial atual, 2002. Anais. Santa Maria: Gráfica Palloti, 2002. p. 33-53.

TORRES, M. M. **As múltiplas dimensões presentes no exercício profissional do assistente social**: intervenção e o trabalho sócio-educativo. In Serviço Social em Revista. Disponível em <
http://www.ssrevista.uel.br/pdf/2009/2009_2/85_As%20multiplas%20dimensoes%20presentes%20no%20exercicio%20profissional%20do%20assistente%20social%20artigo%20ultima%20versao_publicar.pdf>. Acesso em 14 abr, 2011.

TRENSURB e Prefeitura de São Leopoldo entregam 106 casas no loteamento Padre Orestes. In: EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE S.A. – TRENSURB. Notícias. Porto Alegre, 18 dez. 2010. Disponível em: <
http://www.trensurb.gov.br/paginas/paginas_noticias_detalhes.php?codigo_sitemap=2641&PHPSESSID=kuwcczhnnfaff>. Acesso em:

THOMAS, H.E. Tecnologias para inclusão social e políticas públicas na América latina. In. OTTERLOO, A. **Tecnologia Sociais**: Caminhos para a sustentabilidade. Brasília/DF: s.n, 2009. p. 25.-81.

UNISINOS. Ação social. **Balanco Social**. Disponível em <
http://www.unisinos.br/Balanco%20Social_2009.pdf> Acesso em 29 abr 2011

UNISINOS. Ação Social. **Projetos Sociais**. São Leopoldo, 2011. Disponível em <
http://www.unisinos.br/principal/index.php?option=com_content&task=view&id=124&Itemid=239&menu_ativo=active_menu_sub&marcador=239>. Acesso em 29 abr 2011.

VASCONCELOS, A. M. **Serviço Social e Prática Reflexiva**. Em Pauta, Rio de Janeiro, v. 10, p.131-181, 1997

VASCONSELOS, A. M. de. **Relação teoria/prática**: o processo de assessoria/consultoria e o Serviço Social. In Revista Serviço Social e Sociedade, nº 51, Rio de Janeiro, 1998

VIEGAS, W. da S. **O direito à informação como pressuposto para a participação popular no estatuto da cidade**. Revista da Faculdade de Direito de Campos, Ano IV, Nº 4 e Ano V, Nº 5 - 2003-2004. Disponível em <
<http://www.fdc.br/Arquivos/Mestrado/Revistas/Revista04e05/Discente/09.pdf>>. Acesso em 28 abr 2011.

VIEIRA, L. **Os argonautas da cidadania**. A sociedade civil na globalização. Rio de Janeiro: Record, 2001.

WASELF, J. J. **Mapa da violência dos municípios brasileiros-2011**. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, Instituto Sangari, Ministério da Saúde e Ministério da Justiça. Brasília: Ideal Gráfica e Editora, 2011.

YASBEK, M.C. **Sistema Único de Assistência Social e a Política de Assistência Social no governo Lula** Edição de 24 de dezembro de 2004. Caderno Especial nº 5. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br/cadespecial34.pdf>> Acesso em: 25 abr. 2011.

ANEXO A - MAPA DE SÃO LEOPOLDO



Figura 1 – Mapa São Leopoldo
 Fonte: Cidadania.com

**ANEXO B - FOTO REUNIÃO REDE SOCIOASSISTENCIAL REGIÃO
CENTRO/SUL/SUDESTE**



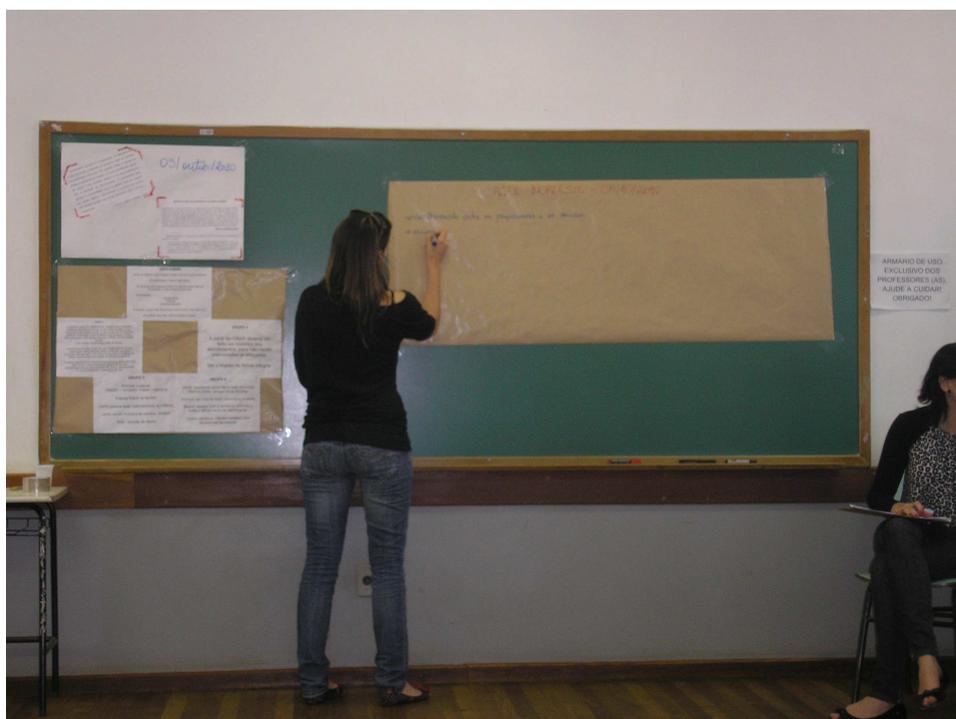
Fotografia 1 – Reunião Rede Sul
Fonte: Registrada pela autora



Fotografia 2 – Reunião Rede Sul
Fonte: Registrada pela autora

ANEXO C - FOTO REUNIÃO REDE SOCIOASSISTENCIAL REGIÃO NORDESTE

Fotografia 3 – Reunião Rede Nordeste
Fonte: Registrada pela autora



Fotografia 4 – Reunião Rede Nordeste
Fonte: Registrada pela autora

ANEXO D - FOTO 1ª JORNADA DE VALORIZAÇÃO À VIDA REGIÃO LESTE



Fotografia 5 – 1ª Jornada de Valorização à Vida Região Leste
Fonte: Registrada pela autora

ANEXO E - FOTO OFICINA DE GRAFITAGEM REGIÃO LESTE



Fotografia 6 – Oficina de grafiteagem Região Leste
Fonte: Registrada pela autora

ANEXO F - FOTO SEMINÁRIO DE VIOLÊNCIA E DIREITOS HUMANOS: UM DIÁLOGO POSSÍVEL? REGIÃO LESTE



Fotografia 7 – Seminário de Violência e Direitos Humanos: um diálogo possível? Região Leste

Fonte: Registrada pela autora



Fotografia 8 – Seminário de Violência e Direitos Humanos: um diálogo possível? Região Leste

Fonte: Registrada pela autora

ANEXO G - FOTO SEMINÁRIO SEXUALIDADE HUMANA: AVANÇOS E DESAFIOS EM UMA SOCIEDADE EM REDE REGIÃO NORTE



Fotografia 9 – Seminário de Sexualidade Humana: avanços e desafios em uma sociedade em rede Região Norte
Fonte: Registrada pela autora



Fotografia 10 – Seminário de Sexualidade Humana: avanços e desafios em uma sociedade em rede Região Norte
Fonte: Registrada pela autora

**ANEXO H - FOTO SEMINÁRIO DAS REDES SOCIOASSISTENCIAIS E LOCAIS
DE SÃO LEOPOLDO: QUEM SOMOS? O QUE FAZEMOS?**



Fotografia 11 – Seminário das Redes Socioassistenciais e Locais de São Leopoldo:
quem somos? o que fazemos?
Fonte: Paulo Ricardo Dias